

**MARIA TERESA PIRES CARVALHEIRO**

**UMA ANÁLISE ECOLÓGICA DO CONSUMO  
NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

ÉVORA

1994



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**MESTRADO EM ECOLOGIA HUMANA**

**UMA ANÁLISE ECOLÓGICA DO CONSUMO  
NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**



63477

**MARIA TERESA PIRES CAVALHEIRO**

**Orientador: Prof. Doutor Alexandre Bettencourt**

**Évora, 1994**

MARIA TERESA PIRES CAVALHEIRO

UMA ANÁLISE ECOLÓGICA DO CONSUMO  
NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada para  
obtenção do Grau Mestre em  
Ecologia Humana pela  
Universidade de Évora

ÉVORA

1994



## **Agradecimentos**

. Ao Prof. Dr. Alexandre Bettencourt.

. A todos os que das formas mais diversas me encorajam/apoiaram na realização desta dissertação.

## INDÍCE

	Páginas
INTRODUÇÃO.....	12
<b>I - <u>Do estudo da Ecologia Humana à problemática do consumismo</u></b>	
1. Breve análise histórica da evolução da Ecologia Humana.....	18
2. A problemática do consumo no âmbito da Ecologia Humana	
2.1 - Nota Introdutória.....	25
2.2 - De "Consumidor" a Produtor.....	31
2.3 - Do Produtor ao Consumidor.....	36
2.4 - Do Ecoconsumidor e do Ecoprodutor.....	60
<b>II - <u>Uma análise ecológica do consumo na educação escolar</u></b>	
1. A educação do consumidor no quadro da política do consumidor	
1.1 - Nota introdutória.....	67
1.2 - A educação não formal do consumidor.....	72
1.3 - A educação escolar no âmbito da Reforma Educativa.....	80
2. Análise dos programas do ensino básico	
2.1 - Indicações metodológicas.....	89
2.2 - Análise quantitativa.....	95
2.3 - Análise qualitativa.....	112
CONCLUSÕES.....	126
BIBLIOGRAFIA.....	134
ANEXOS (Ver volume II)	

## INDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico nº 1 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo por ciclo .....	95
Gráfico nº 2 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo, pelas áreas disciplinares no 1º ciclo .....	96
Gráfico nº 3 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo, pelas disciplinas do 2º ciclo ..	96
Gráfico nº 4 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo, pelas disciplinas do 3º ciclo.	97
Gráfico nº 5 - Distribuição das unidades de registo da componente consumo, por ciclo .....	98
Gráfico nº 6 - Distribuição das unidades de registo pelas categorias da componente consumo nos vários ciclos.	98
Gráfico nº 7 - Contributo das áreas disciplinares do 1º ciclo para as diversas categorias da componente consumo .....	99
Gráfico nº 8 - Contributo das disciplinas do 2º ciclo, para as diversas categorias da componente consumo ..	100
Gráfico nº 9 - Contributo das disciplinas do 3º ciclo, para as diversas categorias da componente consumo ..	101
Gráfico nº 10 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente por ciclo .....	103

	Pág.
Gráfico nº 11 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente, pelas áreas disciplinares do 1º ciclo .....	104
Gráfico nº 12 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente, pelas disciplinas do 2º ciclo.	104
Gráfico nº 13 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente, pelas disciplinas do 3º ciclo.	105
Gráfico nº 14 - Distribuição das unidades de registo da componente ambiente por ciclo .....	106
Gráfico nº 15 - Distribuição das unidades de registo pelas categorias da componente ambiente nos vários ciclos.	107
Gráfico nº 16 - Contributo das áreas disciplinares do 1º ciclo para as diversas subcategorias da componente ambiente .....	108
Gráfico nº 17 - Contributo das disciplinas do 2º ciclo para as diversas subcategorias da componente ambiente..	109
Gráfico nº 18 - Contributo das disciplinas do 3º ciclo para as diversas subcategorias da componente ambiente..	109

## **ABREVIATURAS**

**A.B.S. - Aquisição de Bens e Serviços.**

**A.C. - Ambiente e Consumo.**

**Alem. - Alemão.**

**C.A. - Componente abiótica**

**C.B. - Componente biótica.**

**C.F.Q. - Ciências Física-Química.**

**C.N. - Ciências Naturais.**

**D.A. - Diversidade de Ambientes.**

**D.C. - Defesa do Consumidor.**

**D.P.S. - Desenvolvimento Pessoal e Social.**

**D.S. - Diversidade de seres vivos.**

**E.F. - Educação Física.**

**E.M. - Estudo do Meio.**

**E.M.R.C. - Educação Moral e Religiosa Católica.**

**ESP. - Espanhol.**

**E.T. - Educação Tecnológica.**

**E.V. - Educação Visual.**

**E.V.T. - Educação Visual e Tecnológica.**

**Franc. II - Francês (L.E.II).**

Geo. - Geografia.

Hist. - História.

I.H.A.-Intervenção Humana no ambiente.

Ing. II - Inglês (L.E.II).

I.S. - Interações entre seres vivos.

L.E.I - Língua Estrangeira I.

L.E.II - Língua Estrangeira II.

L.P. - Língua Portuguesa.

M. - Mercado.

Mat. - Matemática.

M.N.E. - Meio Natural Envolvente.

Ou. - Outros.

P.A. - Problemas ambientais.

P. O. - População.

P.R. - Preservação do ambiente.

R.N. - Recursos Naturais.

S.C. - Sociedade de consumo.

U.B.S. - Utilização de Bens e serviços.

## **SIGLAS**

- A.C.O.P.** - Associação de Consumidores de Portugal.
- A.C.P.** - Automóvel Clube de Portugal.
- A.I.D.C.** - Associação Internacional de Direito do Consumo.
- A.I.L.** - Associação de Inquilinos de Lisboa.
- A.P. E.T.** - Associação Portuguesa de Espectadores de Televisão.
- B.E.U.C.** - Bureau Internacional das Associações de Consumidores.
- C.I.A.C's** - Centros de Informação Autárquica ao Consumidor.
- C.O.F.A.C.E.** - Confederação Europeia de Associações de Famílias.
- C.N.A.F.** - Confederação Nacional de Associações de Famílias.
- D.E.C.O.** - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.
- D.G.A.F.** - Direcção-Geral de Assuntos Farmaceuticos.
- D.G.C.S.P.** - Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários.
- D.G.E.B.S.** - Direcção Geral de Ensino Básico e Secundário.
- D.G.I.E.** - Direcção Geral de Inspeção Económica.
- E.F.T.A.** - Associação Europeia do Comércio Livre.
- E.U.A.** - Estados Unidos da América.
- E.U.R.O.C.O.O.P.** - Confederação Europeia das Cooperativas de Consumidores.

**F.A.O.** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

**F.E.N.A.C.O.O.P.** - Federação Nacional de Cooperativas de Consumidores.

**G.E.B.I.C.** - Grupo de Estudos Básicos dos Interesses dos Consumidores.

**I.O.C.U.** - Organização Internacional das Uniões de Consumidores.

**I.N.D.C.** - Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.

**I.P.Q.** - Instituto Português de Qualidade.

**M.E.** - Ministério da Educação.

**M.P.A.T.** - Ministério do Planeamento e Administração do Território.

**O.C.D.E.** - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

**P.N.B.** - Produto Nacional Bruto.

**R.D.P.** - Rádio Difusão Portuguesa.

**R.T.P.** - Rádio Televisão Portuguesa.

**S.E.A.D.C.** - Secretaria de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor.

**U.G.T.** - União Geral de Trabalhadores.

**U.N.E.P.** - Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

**U.T.3** - Associação Portuguesa de Utilizadores de Telefones, Telecomunicações e Telemática.



## INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação prende-se essencialmente com dois tipos de factores. O primeiro tem a ver com o facto da minha formação científica e actividade profissional estarem ligadas ao ensino; fazer investigação nesta área é estimulante em termos de actividade futura. O segundo foi ter compreendido que a Ecologia Humana, nos abre um espaço de reflexão sobre a natureza, importância e valor adaptativo das interacções entre o homem e o meio envolvente. A escola é um espaço privilegiado para se fazer essa reflexão. Reflectir sobre a História em curso é uma forma de preparar o futuro. A reflexão dependerá dos limites espaço-temporais que determinam a nossa visão e percepção do mundo. Ultrapassar esses limites é um desafio e raciocinar sobre o possível e o provável sem muito de especulativo, numa tentativa ao mesmo tempo global e ordenada de examinar o passado, o presente e o futuro, é o nosso objectivo.

O trabalho divide-se em duas partes principais. A primeira parte constitui o enquadramento teórico que serve de suporte e fundamento à segunda e a metodologia utilizada foi sobretudo a pesquisa bibliográfica. Na segunda parte, procedemos a uma análise de conteúdo dos programas do ensino básico, no âmbito da reforma educativa. Trata-se de uma análise temática assente nas mensagens relativas aos conteúdos (sobretudo os relacionados com as matérias de ensino-aprendizagem) desligada dos aspectos psico-pedagógicos e didácticos que os enformam. Apesar destes últimos aspectos não serem objecto da nossa análise, estamos conscientes que uma efectiva gestão de recursos humanos assentará necessariamente em processos de ensino-aprendizagem que estimulem a criatividade, a capacidade de diálogo, relações humanas e liderança, deixando-se de sobrevalorizar o domínio estritamente cognitivo.

Na primeira parte do trabalho começámos por descrever sinteticamente a evolução da Ecologia Humana e as dificuldades ligadas à complexidade do seu objecto de estudo. Estabelecemos depois algumas relações entre a Ecologia Humana e as problemáticas associadas aos fenómenos de produção e de consumo e seus impactes no ambiente. A alteração do tipo de relações entre o homem e a natureza envolvidas nestas actividades implica mudanças de atitudes e comportamentos, para as quais o sistema educativo poderá dar o seu contributo. Segue-se uma breve descrição da evolução das relações de produção e consumo, numa tentativa de compreender o êxito evolutivo do homem, o seu afastamento da natureza e a necessidade do reencontro. Neste tema centramo-nos, de modo particular, na análise da situação actual; como consumidor e produtor põe em causa o equilíbrio global da Biosfera, quer pelo número, quer pelos padrões de consumo. Foi nos países industrializados que os movimentos consumeristas surgiram, verificando-se a sua posterior expansão a todos os continentes. Os movimentos dos consumidores e de defesa do ambiente desenvolveram-se durante décadas com políticas distintas, com objectivos próprios, estruturas institucionais e associativas autónomas. O movimento ecologista ultrapassou em implantação o movimento consumerista e a sua mensagem impregnou-o. Preocupações ligadas à concretização do Mercado Único Europeu intensificaram a adopção de medidas destinadas à defesa do consumidor. A integração de Portugal na Comunidade Europeia acarretou a transposição dessas medidas para a legislação nacional. A educação do consumidor, como instrumento de concretização dessa política passa a ser uma exigência.

Enquanto que o desafio da década de 80, na Comunidade Europeia, foi a realização do mercado interno, na década de 90 passa a ser a reconciliação do desenvolvimento com o

ambiente. Na linha das orientações do Relatório Bruntland, o Tratado da União Europeia introduziu como objectivo principal a promoção de um desenvolvimento sustentável, que respeite o ambiente.

Até ao presente os programas comunitários de acção no domínio do ambiente baseavam-se sobretudo em legislação e medidas de controlo envolvendo os governos e a indústria. O Quinto Programa explicita pela primeira vez a concretização do desenvolvimento sustentável. A estratégia para a sua concretização assenta no conceito de responsabilidade partilhada, exigindo o envolvimento activo de todos os agentes económicos. Os consumidores são responsabilizados e convidados a dar o seu contributo na resolução de problemas ambientais. O comportamento do cidadão europeu deverá reflectir a perspectiva de que os recursos naturais são finitos, que o seu consumo não deve ser feito à custa dos direitos ao consumo de outros indivíduos e se deve assegurar a base de recursos às gerações futuras. Um consumidor com formação ecológica pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, escolhendo produtos e serviços ecologicamente mais compensadores; adoptando padrões de consumo ecologicamente suportáveis; exigindo um sistema de produção que preserve a base ecológica do consumo, encontrando uma nova legitimidade para a procura e reorientando as necessidades (valorizando mais as relações humanas e o contacto com a natureza). Consciencializa-se pois, da necessidade que tem de aprender a saber explorar, transformar e consumir, no estabelecimento de um compromisso entre a natureza, a prosperidade económica, a aplicação de novas tecnologias e a melhoria da qualidade de vida, no respeito por si próprio e sua dignidade.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo nacional está previsto que será garantida uma formação em educação do consumidor e educação ambiental. A sua concretização prevê-se que seja feita na Área-Escola, Área de Formação Pessoal e Social e em Actividades de Complemento Curricular. Entendemos que esta educação deva atender às características dos consumidores portugueses e ao contexto sócio-económico e cultural nacional, no respeito pelas exigências comunitárias e internacionais nesta matéria. Até ao momento não foram divulgados pelo Ministério da Educação programas específicos de educação do consumidor e educação ambiental. Dada a natureza da actual organização curricular, essa educação corre o risco de ser menos eficiente se não existir apoio suficiente em termos teóricos das diversas disciplinas, uma vez que a sua concretização assenta em trabalho interdisciplinar. O tempo torna-se um factor limitante quando se analisa o que é exigido em termos de formação disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Esforços que visem a articulação entre a componente ambiente e consumo serão de privilegiar, se quisermos dotar o aluno de uma visão mais holística e sistémica do fenómeno de consumo. Coloca-se-nos então o problema que norteia toda a segunda parte do trabalho: serão os conteúdos das várias disciplinas, identificáveis nos seus programas, facilitadores de uma formação integrada de um ecoconsumidor, interveniente activo na concretização de um desenvolvimento sustentável?

Definimos então os objectivos principais da análise:

- identificação nos programas do ensino básico de matérias que facilitem o estudo das interrelações entre as actividades de consumo e o ambiente;
- identificação dos possíveis pontos de intercepção nesses conteúdos, que permitam desenvolver simultaneamente, conhecimentos, capacidades e atitudes nessas duas temáticas, ao longo do mesmo ano e dos vários ciclos;

- análise dos assuntos que proporcionem uma formação integrada do ecoconsumidor;
- reflexão sobre o tipo de formação prevista, tendo em vista uma intervenção decidida e consciente nas relações entre o homem e o ambiente.

**Esta análise restringe-se ao ensino básico, porque tratando-se da escolaridade obrigatória, constituirá a formação comum com que ficarão todos os cidadãos portugueses no futuro.**

**I - DO ESTUDO DA ECOLOGIA HUMANA À PROBLEMÁTICA DO  
CONSUMISMO**

## 1 - Breve análise histórica da evolução da Ecologia Humana

A Ecologia Humana não pode ser compreendida fora do âmbito da evolução das "ciências ecológicas" e dos estudos de reflexão sobre a natureza do Homem.

As ciências ecológicas constituem áreas de saber relativamente recentes e os estudos da história da Ecologia dão agora os primeiros passos. A identificação dos primeiros estudos de cariz ecológico é bastante controversa. Segundo F. Egerton remontam à Antiguidade Clássica, mais concretamente a Aristóteles; outros ecólogos, de onde se destaca R. C. Stauffer atribuem-nos a C. Lineu, outros estabelecendo uma filiação conceptual entre C. Lineu, C. Lyell, C. Darwin e E. Haeckel, atribuem ao darwinismo a origem do movimento histórico que levou ao aparecimento da Ecologia (ACOT,1990).

Em 1866, o vocábulo ecologia criado por Ernest Haeckel, aparece pela primeira vez numa nota de pé de página da "*Generelle Morphologie der Organismen*" (DELÉAGE, 1993). E. Haeckel usa-o para designar o estudo das relações dos seres vivos com o meio. Ele precisou o conceito realçando-o nos aspectos que se relacionam com a economia da natureza, os equilíbrios naturais e a adaptação dos seres vivos ao meio. Foi pois na definição do objecto de estudo da Ecologia que o contributo de Haeckel foi mais significativo. Segundo ACOT (1990) a corrente que dá origem à disciplina científica da ecologia saiu da biogeografia, cuja problemática não era a dos equilíbrios naturais, nem a economia da natureza, mas os aspectos relacionados com a adaptação das plantas ou agrupamentos vegetais ao meio, fazendo da Ecologia Vegetal uma ramificação da Geografia Vegetal.

Em 1895, o termo ecologia aparece pela primeira vez no título de um tratado de geobotânica geral, da autoria de Eugen Warming, que muitos ecólogos apontam como fundador da ecologia, enquanto ramo da Biologia. Fala pela primeira vez em geobotânica ecológica.

A inaugurar a ecologia do séc. XX aparece A. F. W. Schimper com a publicação da obra "*Pflanzengeographie auf Physiologischer Grundlage*", estudo sistemático da maneira como os factores do ambiente influenciam o funcionamento dos órgãos das plantas (ACOT, 1990). Enquanto Warming e Schimper, na Europa, edificam uma ecologia estática, na mesma época e a partir de problemáticas idênticas os ecólogos americanos F. E. Clements e H. C. Cowles (respectivamente do ponto de vista fisiológico e fisiográfico) vão lançar as bases de uma ecologia dinâmica. A diferença no tipo de estudos não é alheia a natureza e as características da paisagem vegetal norte-americana e europeia. Os seguidores de Warming e Schimper darão origem na Europa à Escola de Fitossociologia (Braun-Blanquet) de Zurique-Montpellier e os seguidores de Clements e Cowles, (onde destacamos S. A. Forbes, C. Mc. Millan, C. B. Devenport, C. C. Adams e V. E. Shelford) constituem a chamada "Escola de Illinois", mais tarde conhecida como "Escola de Chicago".

É ainda ACOT (1990) que considera que os estudos práticos de ecologia animal nessa época estão consideravelmente atrasados em relação à geobotânica, embora em termos teóricos a diferença não pareça ser tão significativa. Entre os estudos da época destaca-se nesta área, pelo seu profissionalismo, a publicação de C. Adams intitulada "*Guide to the Study of Animal Ecology*".



Em 1935, A. G. Tansley cria o conceito de ecossistema (DELEAGE, 1993) a que R. Lindeman acrescenta a ideia de nele se processar a circulação de matéria e energia. Nesse mesmo período, os estudos ecológicos apresentavam uma frente particularmente ampla. Os trabalhos do Congresso de Amsterdão exprimiam a maturidade das grandes escolas da Sociologia Vegetal; é inscrita pela primeira vez a ecologia animal no programa do Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Lisboa e é publicado o primeiro tratado de Ecologia Humana. É da confluência de uma certa identidade de pontos de vista, entre as três áreas da Ecologia que se organiza a Ecologia Geral, que se irá demarcar da Biologia, quer em termos de objecto, como de conceitos e metodologia. Para esta demarcação destaca-se o contributo da publicação de "*Fundamentals of Ecology*" de E. P. Odum, em 1953, onde é sintetizado o conhecimento ecológico da época. Por sua vez H. T. Odum, explora as questões relativas à circulação de matéria e energia nos ecossistemas, bem como da Ecologia Humana.

Os desenvolvimentos teóricos do pensamento ecossistémico, assim como a sua tendência integradora constituem os grandes traços da ecologia geral no sentido de conseguir uma abordagem cada vez mais sistémica das relações dos seres vivos e o meio.

O estudo da ecologia da espécie humana tem sido particularmente difícil dada a complexidade da natureza do seu objecto de estudo: as interacções entre o homem e o ambiente. Segundo ACOT (1990, p. 116) a principal dificuldade reside no facto de "... o homem biológico, objecto da ecologia humana *stricto sensu*, escapar em parte, porque é igualmente homem social, às determinações dos factores do meio ambiente. Inversamente, o homem social, porque pertence a uma espécie biológica, escapa à análise puramente cultural". O equacionamento científico destas interacções data do início do século. No

entanto, já alguns estudos feitos no séc. XIX, em antropogeografia, pelos alemães F. Ratzel e K. Ritter favoreceram a penetração do pensamento ecológico na geografia humana, ao estudarem a influência do meio sobre as sociedades.

Um dos primeiros estudos que se centrou na totalidade das relações ecológicas existentes entre a sociedade humana e o meio externo foi feito por W.E. Ekblaw e publicado em 1921, na revista *Ecology*, sob o título "*Relações Ecológicas dos Esquimós Polares*". Em 1922, S. A. Forbes, publicou na mesma revista um artigo com alguma importância intitulado "*The Humanizing of Ecology*" onde afirma que o homem enquanto ser vivo é passível de ser objecto de estudo ecológico, tal como o são os outros organismos (ACOT, 1990).

A adaptação de conceitos da ecologia à ecologia humana, não foi feita pelos biólogos e o seu contributo não tem sido também significativo, nem em termos de metodologia ou de corpo teórico.

É ligada à Geografia Humana que aparece a primeira concepção de Ecologia Humana, dada por H. Barrows, em 1923. Considera-a o estudo da diversidade de comportamentos humanos no espaço e da diversidade das respostas sociais e culturais ao meio. Apesar deste impulso, o seu progresso como disciplina científica não foi muito significativo.

A Universidade de Chicago, com tradição na área da Ecologia Vegetal e Animal torna-se um campo propício para a transferência de conceitos da ecologia para a sociologia. É pois com os trabalhos dos sociólogos do "Grupo de Chicago" que a Ecologia Humana sofre um novo impulso. Entre esses estudiosos destacamos R. E. Park, Burgess e mais tarde R. D.

McKenzie, pela abordagem ecológica desenvolvida no estudo da comunidade urbana. É a E. Park que se deve o primeiro Tratado de Ecologia Humana, publicado no "*American Journal of Sociology*", em 1936. A ele se deve a transferência dos conceitos de teia da vida, cadeia alimentar, interdependência mútua, comunidade, simbiose, sucessão, dominância e competição (YOUNG, 1983).

Constatamos assim que as primeiras concepções de Ecologia Humana a apresentavam como uma disciplina no interior da Geografia e depois da Sociologia. Foi nesta última que a Ecologia Humana, como conceito e método mais fortemente se estabeleceu. Há ainda a salientar a realização de estudos numa perspectiva ecológica em Antropologia e Psicologia. Em Antropologia destacam-se os trabalhos de J. H. Steward. A tradição de estudos ecológicos nesta área conduziu posteriormente ao desenvolvimento da Ecologia Cultural, onde se privilegia a componente cultural como factor de adaptação do Homem ao meio (VIERTLER, 1988). Em Psicologia, esta perspectiva começou a desenvolver-se na década de 40 e nesse período deu o seu maior contributo, evidenciando-se os trabalhos de K. Lewin, onde identifica os factores psicológicos e não psicológicos de um ecossistema e do significado que estes últimos têm em situações da vida individual ou do grupo.

A história desta perspectiva na economia é muito reduzida e nela destacam-se os trabalhos de Kenneth Boulding; na Ciência Política houve um pequeno núcleo de estudiosos que trataram os aspectos políticos dos fenómenos ecológicos (YOUNG, 1983). Este passar de umas áreas científicas para outras denota já um alargamento do seu objecto de estudo pouco comum nas outras disciplinas científicas. Esta constatação deu lugar a atitudes generalistas, que atingiram o seu auge com J. W. Bews, que a considerou a síntese de todas as ciências sociais (MACHADO, 1985).

Posteriores dificuldades na demarcação desta área de estudo, leva L. Wirth, em 1945 a considerá-la como o estudo das áreas marginais adjacentes de diversas disciplinas, estabelecendo uma ponte entre as ciências naturais e sociais. Paul Shepard considera-a já uma perspectiva, uma nova visão das relações do homem com o ambiente. (YOUNG, 1983).

A evolução da Ecologia Humana como ciência foi marcada por impulsos mais ou menos importantes que a desligaram das ciências naturais e a aproximaram das ciências sociais, acompanhada de períodos de crises mais ou menos significativas, a que não são alheias dificuldades de natureza epistemológica.

O estudo desta ciência atinge especial interesse na década de 70 com a consciencialização do papel do Homem no desencadear dos problemas ambientais, ao mesmo tempo que se delineia uma nova concepção de Ecologia Humana. Segundo MACHADO (1985, p. 33) "A Ecologia Humana (...) é antes de tudo um novo nível de pensamento ao alcance de diferentes disciplinas (...) é o estudo interdisciplinar das interacções entre o homem e o meio ambiente, estudo realizado sob inspiração sistémica e com objectivos prospectivos".

Actualmente as relações do homem com o ambiente são objecto de estudo de várias disciplinas: sociologia, geografia, política, economia, direito, ecologia, etc. A maioria destes estudiosos apelam para a necessidade de se realizarem estudos de carácter interdisciplinar. No entanto persistem dificuldades em trabalharem fora da sua área específica. Para BURTON e TIMMERMAN (1989, p. 339) "... torna-se difícil um trabalho conjunto, existem diferenças profundas entre as ciências naturais e humanas. Nas

primeiras existe um consenso sobre o método científico, sobre os tipos de análise e sobre as provas a fornecer para discutir as hipóteses e as teorias. Nas ciências sociais não existe um consenso internacional. Das divergências de pontos de vista do método e teorias científicas, passa-se rapidamente a questões de valores e juízos, a propósito das quais se estabelecem barreiras de ordem cultural, ideológica, económica...". La RIVIERE (1991) aponta ainda como causa de divergências a terminologia e as diferentes percepções que os estudiosos das ciências naturais e sociais têm do sistema terrestre. Segundo RHIND (1991) para realização desses estudos é necessário que se disponha de uma base de dados mundiais com possibilidade de harmonização de diferentes variáveis, de meios financeiros e maior disponibilidade de consulta e divulgação de dados por parte das organizações que os possuem.

Parece pois que estamos ainda longe de possuir os instrumentos que nos permitam captar as ligações, as interacções e implicações mútuas dos fenómenos multidimensionais que caracterizam a complexidade das relações entre o Homem e a Natureza.

## **2 - A problemática do consumo no âmbito da Ecologia Humana**

### **2.1 - Nota Introdutória**

O objectivo da Ecologia Humana é a análise sistémica das interacções entre o sistema Homem e o sistema Ambiente, sistemas extremamente complexos e em interacção constante.

Ao longo da sua existência a espécie humana teve de vencer grandes desafios. Com a sua inteligência superior e as suas limitações biológicas, cresceu em número e em qualidade. Conseguiu alcançar benefícios inestimáveis como a abundância de alimentos, o aumento da esperança de vida, do conforto, circula no mundo inteiro e comunica com grande eficiência e rapidez. Mas à semelhança do passado enfrenta novos desafios, uma nova crise de adaptação. A persistência da pobreza nos países menos desenvolvidos traduz a repartição desigual de recursos e dos poderes económico, tecnológico e político.

Os resultados de um trabalho realizado por pesquisadores do Indira Ghandi Institute of Development Research, em 1991, para o secretário da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, relaciona os padrões de consumo para determinados bens com o nível de desenvolvimento (PARIKH e outros, 1994). O consumo de produtos que satisfazem as necessidades básicas como cereais e leite, representam nos países industrializados respectivamente 48% e 72% do total mundial. Outras discrepâncias significativas encontram-se no consumo de fertilizantes (60%), de papel (80%), cobre e alumínio (86%), ferro e aço (80%), produtos químicos (aproximadamente 85%), automóveis



(92%). A quota do consumo de energia é da ordem dos 75%. O consumo per capita é três a oito vezes superior para os produtos de necessidades básicas e com valores cerca de vinte vezes mais elevados para o cobre, alumínio, produtos químicos e veículos. Estes dados levam-nos a afirmar que o nível de organização das diversas comunidades humanas é desigual e na globalidade não atende às necessidades da maioria da população. Os países ricos oferecem um invejável conforto aos seus habitantes à custa do consumo crescente de recursos minerais e energéticos. Nos países pobres as necessidades básicas não são satisfeitas. Milhares de indivíduos morrem de fome. Despovoam-se os campos, superpovoam-se as cidades. Polui-se o ambiente. Ao mesmo tempo a espécie vai-se adaptando e tentando retomar o controle de todos os acontecimentos, procurando compreender o que se passa à sua volta e encontrar soluções.

O objecto do nosso estudo é assim um conjunto limitado de interacções entre o Homem e o Ambiente, mais especificamente as relações de consumo de bens e serviços. Tratam-se de relações entre o homem e o seu ambiente construído, mas para serem melhor compreendidas não pode ser descurada a componente que as liga ao ambiente natural. Assim interessa situá-las no conjunto das relações que envolvem a exploração de recursos naturais, as suas transformações e o impacto do seu consumo no ambiente.

Uma análise ecológica do consumo pressupõe que a análise do sistema homem, seja feita nas suas componentes biológica (genética, morfofisiológica, psicológica), social e cultural, a que correspondem necessidades específicas. Algumas dessas necessidades são satisfeitas na sua actividade de consumidor de bens (alimentos, vestuário, calçado, habitação, mobiliário, electrodomésticos, produtos domésticos de limpeza e conservação, medicamentos,

automóveis,...) e serviços ( de comunicação pessoal - correio e telefone, de comunicação social - jornais, revistas, rádio, televisão) de saúde, de transporte, de segurança social, seguros, bancários, hotelaria, ocupação de tempos livres -( actividades culturais, desportivas, lúdicas), distribuição de electricidade, abastecimento de água, recolha de lixo, etc.

Como consumidor é influenciado pelo contexto sócio-cultural, que por sua vez é fortemente regulado pelos sistemas político e económico nacionais e internacionais. Torna-se assim importante para compreender os impactes do consumo no ambiente identificarmos as relações das forças políticas, sócio-culturais e económicas que os determinam.

Concebemos assim o ambiente como um sistema global de suporte à vida humana, provedor de recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Segundo GUERREIRO (1981), o homem tem à sua disposição um conjunto de recursos, naturais e artificiais, susceptíveis de satisfazer as suas necessidades materiais e espirituais. Os primeiros resultam do funcionamento dos sistemas naturais, alimentados pela energia contínua e esparsa recebida do Sol. Podem ser classificados em renováveis e não renováveis. Os renováveis são formados na acção conjunta de um fluxo de energia e de um circuito de materiais, condicionados por factores ecológicos específicos; neles se incluem o ar, a água, os seres vivos, o solo e as formas de energia como expressão da energia fluxo (ondas dos oceanos, ventos, quedas de água, biomassa) ou solar. Os segundos são esgotáveis ou temporários porque o seu processo de formação é muito lento à escala humana ou à forma acelerada como o homem os utiliza. Os recursos artificiais resultam do funcionamento de sistemas que foram total ou parcialmente organizados pelo homem e neles se incluem os bens e serviços de produção e consumo. O ambiente fornece também à sociedade os meios de assimilar os



resíduos e os impactes resultantes das actividades de extracção, produção e consumo.

Segundo TURNER e MEYER (1991, pp. 719 e 715) "... as mudanças do ambiente atribuídas à intervenção humana resultam principalmente, senão inteiramente, da evolução dos modos de produção e de consumo...", e chamam a atenção para a necessidade de estudo do metabolismo industrial que entendem como "... a circulação de energia e de matéria ao longo de toda uma cadeia, que na sociedade urbana, vai da produção industrial ao consumo e até à eliminação de resíduos...". A velocidade com que a maior parte das matérias-primas atravessam o sistema produtivo, ou seja, com que são transformadas em produtos e estes em dejectos é cada vez maior, e os seus efeitos no ambiente também.

Ainda na mesma linha de raciocínio CLARK (1989, p. 358) salienta que "... a natureza da exploração dos recursos, das actividades produtivas e das relações comerciais de uma região, são também elementos indicadores da sensibilidade às transformações do ambiente..." e acentuando a importância dessas actividades, em referência aos trabalhos de Goldemberg acrescenta "... o crescimento, estrutura e distribuição da população só representam os alicerces do edifício das actividades que são as fontes imediatas e os receptores da mudança planetária. É preciso examinar conjuntamente as tendências da evolução da utilização dos recursos por habitante e as da densidade demográfica, se quisermos compreender como é que as sociedades exercem uma pressão variável sobre o ambiente".

Enquanto consumidores utilizamos recursos naturais e produzimos dejectos. Deste modo os problemas ambientais são determinados por comportamentos, que poderão ser modificados

pela educação.

Esta aprendizagem poderá ser feita formalmente através do sistema educativo. Como a adaptação humana se caracteriza pelo seu carácter dual, simultaneamente biológica e cultural, a educação aparece como um processo continuado de adaptação e assegura uma evolução decidida. O homem tem necessidade de assumir o controlo consciente da própria evolução. A escola poderá aparecer como um local privilegiado de reflexão sobre a realidade que vivemos, da importância da adaptação e dos riscos da inadaptação. O homem recebe um conjunto de informações que trata em função da sua memória genética, biológica e cultural, dando respostas, umas vezes mais outras vezes menos adequadas às situações a resolver. A descodificação da mensagem recebida depende das características do receptor, da natureza, frequência e duração da mensagem. Relativamente às características do receptor, convém lembrar que o homem possui um recurso de valor incalculável que é a sua capacidade de reflectir e de prever. No entanto, o psicólogo Lennart SJOBERG (1989) põe em questão, tal como muitos filósofos, o problema da racionalidade humana e do seu significado. Considera então que se a sobrevivência da humanidade é um valor positivo, então o problema da poluição do ambiente não pode ser racional e resignar-se à poluição para satisfazer a procura de produtos de luxo é evidentemente ainda menos racional. É difícil dar prioridade ao bem comum e à preservação do ambiente quando se põe em questão a necessidade de sacrificar o seu nível de vida, o seu tempo e o seu conforto. Esta "falta" de racionalidade é explicada por distinções cognitivas, assentes nas limitações dos seus processos cognitivos. Uma certa falta de realismo acompanha algumas vezes a maneira de pensar do indivíduo: os acontecimentos bons são considerados como prováveis e os maus como pouco prováveis; atribui importância excessiva às particularidades de um dado caso,

sem tomar em conta os dados de base e as informações contextuais gerais; as transformações lentas passam despercebidas, enquanto as bruscas, por vezes menos importantes, são exageradas. Outro factor é a confiança excessiva em si mesmo, crendo-se conhecedor de todas as questões, torna-se pouco receptivo a novas informações e perspectivas sobre a realidade. Lacunas de formação e falta de informação afectam a percepção correcta da realidade.

É preciso que cada indivíduo reflecta e procure compreender as mudanças no ambiente, o seu contributo para essas mudanças e os factores que influenciam a percepção que tem da realidade.

## 2.2 - De "consumidor" a produtor

A espécie humana ao longo da sua evolução modificou o ambiente natural e criou um ambiente construído de grande complexidade. Esta evolução é o resultado de um processo de interdependência e interacção das suas características biológicas e conquistas culturais, com o meio natural envolvente. O seu êxito evolutivo deveu-se em parte ao aumento da capacidade em utilizar os recursos do meio.

A data em que apareceu o primeiro ser humano é bastante controversa, no entanto há um certo consenso no facto de há dois milhões de anos existirem já organismos com características humanas (LIMA, 1990). As zonas tropicais e subtropicais onde habitavam caracterizavam-se pela grande variedade e diversidade de plantas. A posição que os nossos ancestrais ocupavam nos ecossistemas naturais era a de consumidores em sentido estritamente ecológico.

Alterações climáticas ocorridas há cerca de 10 milhões de anos, estiveram na origem do desaparecimento de grandes florestas e no aparecimento de savanas. Face a estas pressões ambientais, os primatas desenvolveram progressivamente a capacidade de andar erectos. Este facto foi um triunfo considerável para os homínídeos que viveram em savanas africanas àridas há dois milhões de anos. Ao elevar-se acima do solo presente o inimigo a maior distância, liberta os membros superiores da sua função locomotora, especializa-se no transporte de alimentos, manuseamento de objectos e posteriormente no seu fabrico.

Os registos fósseis dos primeiros objectos produzidos datam de há dois milhões de anos.

Segundo CLARKE (1980), paleontólogos admitem a hipótese de terem existido ferramentas há mais tempo, que por serem construídas em materiais mais frágeis, como a madeira, não chegaram até nós (por exemplo vâras para colher vegetais e cascas de árvores usadas como recipientes). Para caçar com sucesso e garantir a recollecção o *Homo erectus* (1.5 milhões a 200 mil anos) inventou machados e cutelos dotados de bordo afiado. Estes instrumentos pouco evoluíram até ao aparecimento do *Homo sapiens sapiens*, há 35 mil anos. Há cerca de 40 mil anos a diversidade de objectos aumentou significativamente, tal como as manifestações artísticas a elas associadas. As matérias-primas usadas eram a madeira, a pedra, os ossos e os chifres. Os utensílios de pedra polida datam de há 10 mil anos e o uso do metal no seu fabrico de há 5 mil anos.

A invenção e utilização de objectos e o domínio do fogo foram um grande passo para a emancipação do homem em relação ao ambiente. O fogo favoreceu a sua expansão territorial em condições climáticas mais adversas. Deixaram as zonas tropicais e subtropicais dirigindo-se para ambientes temperados e mesmo boreais (CAMPBELL, 1988). Garantem-lhes também melhor defesa e mais êxito na caça. Estas conquistas permitiram aos primeiros hominídeos praticar uma economia de caça bastante eficaz, facilitando a vida em sociedade e proporcionando um aumento da população. Há 25 mil anos a.C. já habitando grande parte do Velho e Novo Mundo iniciaram uma exploração sistemática de mamíferos migratórios. Tal como a exploração de recursos ribeirinhos e aves migratórias permite-lhes a exploração de energia oriunda de áreas distantes das que ocupam (CAMPBELL, 1988).

Com o fim da última glaciação, a população humana passou a dedicar cada vez mais tempo à recolha e armazenamento de alimentos de origem vegetal. A necessidade ou a curiosidade

natural levaram o homem a fazer uma observação mais cuidadosa do desenvolvimento das plantas permitindo a criação das condições propícias ao surgir da agricultura. Associado à criação de gado, este período caracterizou-se por ser uma das etapas mais decisivas da história da humanidade. A economia de recolção deu lugar à economia de produção, a população aumenta em número e sedentariza-se, aparecendo as primeiras aldeias. Associado aquelas actividades surge a necessidade do fabrico de novos instrumentos: a enxada, a foice, a enxó, a mó, o almofariz, o martelo. Novos produtos surgem também da actividade artesanal ligada à cerâmica e à tecelagem.

Algumas comunidades deslocaram-se para as planícies aluviais; terras férteis e regadas e meios de produção mais eficazes, levam a um aumento da produção e à acumulação de excedentes. Estes por sua vez são trocados por outros entre populações vizinhas. Ao grupo dos produtores - agricultores, pastores e artesãos, juntam-se os mercadores. Nesta altura os consumidores eram os produtores da maior parte dos bens necessários à sua sobrevivência. A maior parte do que se produzia não era comercializado. Os produtos têm mais um valor de uso do que de troca (CIDADE MAESTRO, 1991).

Utilizando as matérias-primas locais, desenvolve e especializa-se na actividade artesanal, aumentando o número e a diversidade dos objectos produzidos, desde a cestaria, à olaria, ourivesaria e trabalho de metais.

Ao aproveitamento da energia térmica obtida pela queima da madeira e da energia motora resultante da tracção animal junta-se a força da água e do vento também aproveitadas como fontes de energia. O aproveitamento da energia ambiental livre era cada vez maior.

O ambiente de insegurança e instabilidade social durante os séc. III a V na Europa fez com que as cidades perdessem muita da sua actividade comercial, os excedentes eram escassos, consumia-se o que se produzia. Apesar da fome ser o principal problema, na Idade Média assistiu-se a um certo dinamismo rural que activou o comércio e permitiu a realização de mercados e feiras nas povoações mais importantes. As relações comerciais caracterizam-se pelo contacto directo entre produtores e consumidores. Os produtos são limitados em número, a que não é alheio o facto de continuar a existir uma dependência muito grande da produção relativamente aos factores naturais (qualidade das terras, riqueza dos bosques, abundância de pesca e minerais) e técnicas rudimentares. No final da Idade Média assiste-se ao surgir das organizações corporativas de artesãos. Embora se preveja o controle da qualidade dos produtos não é a defesa dos consumidores que orienta os artesãos mas a eliminação da concorrência. Esta situação alterou-se profundamente com a expansão peninsular dos séc. XV e XVI, intensificando-se o comércio intercontinental. Existe uma separação entre o produtor e o consumidor e a figura do mercador assume grande importância. O aumento da circulação de produtos conduziu à diminuição do preço, aumentando o consumo e os lucros.

No Norte da Europa, durante o séc. XVII os comerciantes associam-se em poderosas companhias e surgem novas instituições financeiras (os bancos públicos e as bolsas). O séc. XVIII ainda foi marcado pelo proteccionismo económico, os governos apoiam a indústria e o comércio, proibindo e restringindo a importação de produtos estrangeiros.

Segundo DELÈAGE (1993), até ao momento nenhuma destas civilizações está

ecologicamente inocente; causavam-se já modificações significativas, de que a desflorestação é o exemplo mais antigo.



### 2.3 - Do produtor ao consumidor.

O desenvolvimento científico conduziu à criação de instrumentos e máquinas, que simplificando o trabalho humano, aumentaram a produção. Na Inglaterra as inovações no sector agrícola - novas culturas, novos métodos de cultivo, melhoramento dos solos, selecção de sementes e animais reprodutores, criação de gado e cultivo de pastagens - proporcionaram uma produtividade até aí nunca alcançada. Só na segunda metade do séc. XVIII estes avanços se expandiram de forma significativa na Europa. Alterações paralelas deram-se ao nível da indústria, facilitadas por uma nobreza e burguesia empreendedoras, disponibilidade de mão-de-obra, abundância de capitais, matérias-primas, uma vasta rede de comunicações e um amplo mercado interno e externo.

No séc. XIX começou a utilizar-se na indústria, sobretudo têxtil e metalúrgica, a energia produzida pela máquina a vapor. O trabalho manual cede lugar à maquinização, o artesanato à produção em série, a oficina à fábrica, o artesão ao operário. A Inglaterra passa a exportar além de bens de consumo, bens de equipamento. A Revolução Industrial expandiu-se progressivamente a outros países da Europa e América do Norte. Com o advento da Segunda Revolução Industrial, o carvão e a máquina a vapor começaram a ser substituídos pela electricidade e petróleo e pelo motor de explosão e o eléctrico. Ocorre um aumento extraordinário na diversificação das indústrias orientadas para a produção em massa. A melhoria do nível de vida e das condições sanitárias asseguram um crescimento da população. A organização da produção assente nos princípios do liberalismo económico

conduziu a um extraordinário crescimento económico, mas acarretou profundos desequilíbrios sociais. Através do domínio colonial directo ou indirecto os países desenvolvidos conseguem a obtenção de matérias-primas baratas, mercados para os seus produtos e colocação de capitais.

Nos E.U.A. na década de trinta, o problema fundamental começou a ser o da superprodução, que se estendeu depois a outros países desenvolvidos. Ao serviço da produção a publicidade e o marketing despertaram o desejo de consumo das grandes massas. A melhoria das condições de vida, associada aos sistemas de crédito bancário e venda a prestações multiplicam o poder de compra. Torna-se necessário manter o consumo a níveis elevados. Os supermercados e centros comerciais são concebidos para estimular o interesse do público, de o incitar a adquirir grande quantidade e variedade de produtos. As famílias passam a renovar com frequência os electrodomésticos, a decoração da casa, os automóveis. O consumo supérfluo e o desperdício atingem proporções desmedidas. A análise illichiana dos utensílios desperta o consumidor para o facto do funcionamento deste sistema preverter as necessidades naturais. Assim a necessidade de se deslocar transforma-se na de possuir automóvel, a de comunicar na de ter telefone, a de se distraír na de ter televisão (SIMONNET, 1988).

A economia mundial torna-se cada vez mais interdependente e o mundo um só mercado. MORIN e outros (1993, p. 18) chamam pertinentemente a atenção para este facto quando referem que "... todas as manhãs, tomo o meu chá do Iucrão, ou o meu moca que vem da Etiópia, ouço a minha telefonia japonesa (...), visto o meu slip e a minha camisola de algodão egípcio, confeccionados em Taiwan ou na Coreia, pego no meu jornal (...) feito

com madeira da Noruega ou do Brasil. Ao almoço e ao jantar como toranjas da Califórnia ou de Israel, os ananases e mangas de África, as bananas da Martinica, o feijão verde do Quénia, o arroz do Paquistão. ...".

Segundo BRAUDILLARD (1981), nos países desenvolvidos existe uma evidência fantástica da abundância, criada pela profusão de objectos, serviços e bens materiais. Deu-se uma mutação fundamental na ecologia da espécie humana; o homem não se encontra rodeado, como sempre acontecera pela natureza, ou por muitos homens, mas por mais objectos. Os objectos deixaram de valer pela sua utilidade específica, mas pelo seu conjunto, pela sua significação total. Coloca ainda a seguinte questão: os seres humanos organizar-se-ão em função da sobrevivência ou em função do sentido individual e colectivo que dão à vida? A "luta pela existência" parece constituir, nestes povos, um estado de excepção, a regra é a luta pelo poder, a ambição de ter "mais" e "melhor", "mais depressa" e "muitas mais vezes". A lei do simbólico faz com que o essencial esteja sempre além do indispensável. Os bens, outrora gratuitos, como o espaço, a água, o silêncio tornaram-se bens de luxo.

A produção institucionalizou-se socialmente e especializou-se sectorialmente, convertendo-se em produção para um mercado impessoal e anónimo. O papel dos consumidores no sistema das relações económicas torna-se mais débil. A fraude na produção e na comercialização tornou-se mais generalizada.

É neste contexto sócio-económico que os fenómenos de produção e consumo conduziram à deterioração do estado do ambiente. Outrora as crises ecológicas provocadas pelo

desequilíbrio população/recursos eram regionais e locais. Hoje desenham-se à escala planetária. Um dos factores mais determinantes desta crise é o populacional.

Porque o acto de consumir é universal, a evolução da população a nível mundial traduz a evolução da população de consumidores, em sentido lato.

Segundo NAZARETH (1988), o aumento significativo da população a partir do séc. XVIII, começou por afectar os países europeus, depois o Japão, estendendo-se no séc. XX, aos países da América do Sul, Ásia e África. Estes últimos tornaram-se actualmente, os principais responsáveis pelo crescimento demográfico. Com um total de 3671 milhões de habitantes, em 1985, constituíam 76% da população mundial. A população dos países desenvolvidos com 1174 milhões, rondava os 24%. A distribuição é outro factor a ter em atenção, na pressão que a população exerce no meio. Entre as zonas de grande concentração populacional temos a Ásia Oriental e Sul, a Europa, seguidas da Indonésia, Brasil, América Oriental, África Ocidental e Médio Oriente. No conjunto de espaços vazios e pouco povoados, correspondente a um quarto da superfície descoberta do planeta (norte do círculo polar, desertos, maciços montanhosos, regiões tropicais muito húmidas), vivem cerca de 2% da população mundial.

Segundo uma estimativa feita em 1986, pelo Population Reference Bureau, o crescimento da população vai prosseguir a um ritmo menos intenso que o previsto há alguns anos. Encara-se a hipótese da estabilização da população mundial em 10 milhares de milhão de habitantes, no ano 2100. Apesar de outras projecções demográficas apontarem para valores mais baixos e elevados, as Nações Unidas, consideram a hipótese anteriormente referida como a mais

provável (TOLBA e outros, 1992).

Prevê-se que continue a verificar-se um aumento da percentagem das pessoas a viver em centros urbanos, fenómeno particularmente preocupante nos países em desenvolvimento. A dimensão desses centros tenderá também a aumentar (NAZARETH, 1988 e TOLBA e outros, 1992).

Ainda segundo NAZARETH (1988), em 1985, o P.N.B. per capita nos países desenvolvidos era de 9380 dólares, enquanto nos países em desenvolvimento rondava os 700 dólares. Apesar da controvérsia acerca da utilização deste parâmetro como indicador da qualidade de vida, estes valores traduziriam diferenças substanciais do mesmo nestes grupos de países. As sociedades da abundância circunscrevem-se essencialmente aos países desenvolvidos da Europa e América do Norte.

Três quartos da população mundial têm baixos padrões de consumo. A incidência da subnutrição nestas populações diminuiu de 25% para 20%, nas duas últimas décadas, mas o número de subnutridos aumentou, passando de 460 para 550 milhões. Em 1991, as projecções da World Food Council apontavam para que no final do século este valor ultrapasse os 600 milhões. Cerca de 60% dos famintos vivem na Ásia, 25% na África subsahariana e 10% na América Latina (TOLBA e outros, 1992). A subnutrição, a falta de água potável e serviços de saneamento básico favorecem a propagação das doenças infecto-contagiosas e parasitárias, que constituem a principal causa de morte nestas regiões. Por sua vez, padrões de consumo elevados e pouco racionais podem ser associados á principal causa de morte dos países desenvolvidos, as doenças cardio-vasculares.

As migrações são apontadas como a variável demográfica mais determinante da evolução da população mundial nas próximas décadas. Segundo NAZARETH (1988), na actualidade as migrações internacionais definitivas são reduzidas e o motivo principal das migrações temporárias é o factor económico. Daí que os principais fluxos migratórios tenham como destino os países desenvolvidos ou recém industrializados. Admitimos então, a possibilidade de se vir a estabelecer uma homogeneização das exigências dos consumidores em estilos de vida e padrões de consumo. Também o aumento da população a viver em zonas urbanas e o progressivo envelhecimento da população exigirão a reconversão nos sistemas de produção e distribuição de bens. A curto prazo torna-se mais preocupante os impactes no ambiente e carências que urge evitar, decorrentes do facto de cerca de 33% da população mundial, em 1990, corresponder a jovens com menos de 15 anos. Segundo o Relatório da U.N.E.P. sobre o Estado do Ambiente, de 1990, antes do final do século prevê-se o nascimento de 1,5 milhar de milhão de crianças só nos países em desenvolvimento (TOLBA e outros, 1992).

Nos países em desenvolvimento dado o elevado número de consumidores prevê-se um aumento da pressão sobre o meio, em consequência da sobreexploração dos recursos na tentativa de assegurar as necessidades básicas. Nos desenvolvidos, padrões de consumo altamente exigentes, produzem impactes diferentes, mas não menos significativos.

Os dados recolhidos sobre o estado do ambiente a nível mundial, europeu e nacional, apontam para a sua progressiva deterioração nas últimas décadas. Verificamos também que

os problemas do esgotamento dos recursos naturais e degradação do ambiente aparecem sobretudo associados às actividades humanas de produção e não de consumo.

A agricultura aparece responsável pelo(a) desflorestação ( segundo Lanly em 1980, provocou 35% da desflorestação na América Latina, 70% na África e 45% no Sudoeste Asiático ), degradação de solos (Buringa e Dudal estimaram em 200 milhões de hectares os terrenos agrícolas que se tornaram impróprios para cultivo, nas duas últimas décadas; desses, 50 milhões encontram-se muito degradados e outros 50 milhões caminham já para a desertificação), elevado consumo de água ( a superfície de áreas irrigadas passou de 168 milhões de hectares em 1970, para 228 milhões em 1990), poluição dos solos e da água ( a contaminação da água por nitratos é um dos maiores problemas da Europa e América do Norte e começa a sê-lo nos países em desenvolvimento) (TOLBA e outros, 1992). É ainda responsável pela extinção de espécies (práticas agrícolas em regime de monocultura, uso de pesticidas, introdução de espécies exóticas, desflorestação de terrenos para a agricultura são alguns dos factores que conduzem à redução da diversidade biológica).

A criação de gado contribui para a degradação dos solos (pela sobreexploração dos terrenos de pastagem), a desflorestação ( na América Latina, a criação de terrenos para pastagens é a principal causa da desflorestação; segundo Lander e Joyce nos finais dos anos 70 cerca de 2 milhões de hectares por ano eram convertidos em terrenos de pastagem, nesta região) (TOLBA e outros, 1992), poluição do solo, da água e da atmosfera.

A indústria, aparece como a actividade que consome mais recursos naturais (sobretudo energéticos não renováveis e minerais) e como importante fonte de poluição do solo, da

água e da atmosfera.

Os países desenvolvidos são os principais consumidores de combustíveis fósseis. O consumo de petróleo decresceu, mas o de gás natural, carvão e energia nuclear têm aumentado. Em 1980, 58% da energia consumida em África, 17% na Ásia e 8% na América Latina proveio da combustão da lenha. Alguns países africanos estão altamente dependentes desta, por exemplo o Kénia (68%), a Etiópia (96%) e Moçambique (98%) ; estudos de Lanly, publicados em 1982, referem que entre 30% a 40% da população mundial utiliza-a como combustível (TOLBA e outros, 1992). Os impactes do consumo de energia no ambiente, relacionam-se com a desflorestação e degradação do solo, nos países em desenvolvimento; nos desenvolvidos com a poluição atmosférica, esgotamento de recursos energéticos não renováveis e poluição dos solos e da água resultantes das actividades da sua extracção, transformação e transporte.

Os serviços associados ao sector dos transportes desempenham papel cada vez mais importante na economia mundial. Cerca de 80% dos automóveis encontram-se nos países desenvolvidos, nos em desenvolvimento circulam sobretudo nos centros urbanos. No final do séc. XX, o andar a pé, o uso de animais para transporte e as bicicletas continuam a ser os "meios de transporte" mais vulgares. Entre 1972 e 1990, o número de pessoas que utilizaram transportes aéreos triplicou. O transporte marítimo foi o mais utilizado no transporte de mercadorias de importação/exportação (TOLBA e outros, 1992). Nos impactes no ambiente, salienta-se a poluição atmosférica e de modo particular o efeito de estufa. Estudos da O.C.D.E. indicam que nos países desenvolvidos este sector contribui com 70% a 90% das emissões de CO, entre 40% a 70% das de NOx e cerca de 50% de



hidrocarbonetos (TOLBA e outros, 1992). Os transportes marítimos contribuem para a poluição da água. A construção de infraestruturas (estradas, aeroportos e portos) ocupa vastas áreas de solo nos países desenvolvidos. A construção dos veículos e infraestruturas consomem quantidades elevadas de recursos energéticos e minerais. Além de importante fonte de ruído, a inutilização dos veículos contribui para o problema da acumulação de lixos.

O turismo como fenómeno de massas desenvolveu-se sobretudo nos países industrializados, após a segunda guerra mundial. Segundo Ascher a sua importância nos países em desenvolvimento é pouco significativa; uma parte dos rendimentos é utilizada na importação de bens e serviços solicitados pelos turistas, no pagamento e manutenção de infraestruturas (TOLBA e outros, 1992). Esta actividade pode ter efeitos muito positivos na conservação do património natural e histórico, mas também pode levar á degradação das zonas costeiras, reservas de água, paisagens naturais, habitats, à intensificação do comércio de certas espécies, poluição por detritos e ocupação dos solos por infraestruturas.

Uma vez que os problemas ambientais na Comunidade Europeia se identificam com os dos países desenvolvidos, passamos a uma análise muito geral do estado do ambiente em Portugal. Durante a década de 80, registou-se um acréscimo da poluição atmosférica, associada sobretudo à produção de energia, transporte rodoviário e indústrias (M.P.A.T.,1991). Os maiores consumos de água cabem ao sector agrícola, seguido da indústria, produção de energia e abastecimento doméstico (M.P.A.T., 1990). As grandes fontes poluidoras de âmbito nacional são as indústrias químicas, pasta de papel e textéis. As fontes localizadas são a indústria de curtumes, destilarias de vinho, lagares de azeite, instalações pecuárias e actividades agrícolas (M.P.A.T., 1989). A maior parte dos rios não

estão muito poluídos. As águas de estuários e lagos encontram-se em condições aceitáveis (M.P.A.T., 1991). Para as águas subterrâneas a situação global do país é mal conhecida. As fontes de ruído mais apontadas nas reclamações, são a indústria, similares de hotelaria e tráfego rodoviário. Debato-nos com problemas de degradação dos solos, sendo o Alentejo a região mais afectada. A degradação da vegetação natural deveu-se sobretudo à substituição de espécies e à necessidade de extensão de áreas agrícolas e sociais. As acções desenvolvidas referem-se essencialmente à criação de áreas protegidas (M.P.A.T., 1989). São grandes as carências de estudos biológicos aprofundados, que possam traduzir inventários completos de todos os grupos zoológicos, com caracterização adequada da ecologia, áreas de distribuição geográfica e avaliação da evolução das populações. Entre as actividades com impacte negativo na fauna temos a expansão da área construída e rede viária, a intensificação da agricultura e florestação, a ocupação do litoral, a sobreexploração de algumas reservas pesqueiras e a prática não regulamentada da actividade cinegética (M.P.A.T., 1989).

Foi nas sociedades ditas de consumo, que se desenvolveram as condições favoráveis à emergência do movimento consumerista. O próprio conceito de "sociedade de consumo" tem sido objecto de muita reflexão, discussão e controvérsia. Há autores que se preocupam com a própria escolha do termo, alegando que sociedades de consumo têm sido todas ao longo da História. Parece-nos de consenso mais geral o facto apontado por CABALLERO ROMERO (1978), que quando falamos em sociedade de consumo nos referimos a um tipo de sociedade que surge com o desenvolvimento industrial e é portanto característica dos países desenvolvidos; assenta num sistema de produção maciça de objectos, a que uma grande parte da população tem acesso. Dado o nível de conforto garantido, este modelo de

consumo é facilmente transmitido por processos sociais, tanto a nível nacional como internacional.

Uma das definições que tem sido objecto de grandes críticas é a de KATONA (1968) que a caracteriza pela abundância, poder do consumidor e influência da psicologia do consumidor. Para GALBRAITH (1976) a liberdade e a soberania do consumidor não passam-de mistificações. CIDADE MAESTRO (1991) considera que a designação de sociedade de consumo é eminentemente ideológica, encobridora de interesses económicos; leva a acentuar as críticas às estruturas de consumo em vez de se centrarem nas de produção. Os sistemas produtivos operam como agentes de socialização garantindo formas de pensamento e acção necessárias à sua manutenção. A este propósito referimos os apelos ao consumo, feitos pelo Presidente Clinton, no Natal de 1993, através dos meios de comunicação social.

Curiosa é também a observação de BRAUDILLARD (1981) quando ao delinear a genealogia do consumo na sociedade industrial, refere que na ordem de produção, o sistema de necessidades aparece como uma força produtiva, a par dos outros factores de produção.

Segundo ALPHANDERY e outros (1991, p. 114), a sociedade de consumo é " ... aquela que, na história da humanidade, conseguiu organizar, sob a aparência da mais completa liberdade, o controle social mais apertado e mais eficaz das necessidades, tanto no plano individual como colectivo."

Uma perspectiva mais global, acentuando os impactos que esta sociedade tem no ambiente natural e social é a proposta por Réne Dumond (s/ autor, 1978, p.9): "... é uma sociedade de

privilegiados, que explora o conjunto dos recursos naturais do mundo (...). A outra face é a sociedade do subconsumo, nos países subdesenvolvidos, cuja situação se agrava a cada momento e onde a fome é um facto".

As primeiras manifestações de descontentamento dos consumidores datam da década de 50, nos E.U.A.. Segundo NAVARRO LOPEZ (1978) a acção dos consumidores começou por ligar-se a luta contra os abusos e fraudes provenientes de práticas comerciais desonestas. Dirige-se depois contra as empresas fabricantes de produtos perigosos ou de má qualidade, questionando-se práticas comerciais ligadas á publicidade, ao marketing e informação que acompanha o produto. A partir da década de 60 é já um conjunto de questões ligadas á problemática da qualidade de vida que se generaliza. A afirmação dos interesses do consumidor ganha importância na mensagem, do Presidente Kennedy, em 15 de Março de 1962, sobre os direitos dos consumidores.

O movimento consumerista americano vai influenciar decisivamente a Europa durante as décadas de 60 a 80. Os movimentos europeus assentam numa tradição diferente da norte americana. Os movimentos cooperativos e sindical já há muito associados a formas de luta pela melhoria do nível de vida, passam facilmente a reivindicar a solução dos problemas relativos ao consumo. Na década de 70 dá-se a consolidação destes movimentos na Europa, conseguindo grande difusão pública das suas ideias e reconhecimento formal das administrações e instituições. O reconhecimento institucional dá-se com a formulação da Carta do Conselho da Europa para a Protecção do Consumidor, em 1973 e pelos Programas de Protecção e Informação do Consumidor da Comissão Europeia.

Actualmente, na Europa, podemos encontrar modelos diversos de defesa do consumidor (I.N.D.C., 1991). Um modelo associado à tradição anglo-saxónica e o mais próximo do norte-americano; caracteriza-se por associações de consumidores fortes, privadas, independentes e de grande importância social. Têm como objectivo prioritário a informação. O modelo adoptado pelos países escandinavos, em que as associações de consumidores cooperam com as instituições da administração pública na defesa dos consumidores. Um modelo "misto", existente na Alemanha e França, onde coexistem e colaboram entre si vários movimentos sociais (federações de donas de casa, cooperativas, grupos ecologistas e feministas e as próprias associações de consumidores). Temos ainda o modelo característico dos países do Sul da Europa, incluindo Portugal, Espanha e Itália, onde o movimento legislativo está mais adiantado que a tomada de consciência do público e as próprias organizações de consumidores (I.N.D.C., 1991).

Ao longo dos tempos, as associações de consumidores têm exercido diversas formas de pressão junto dos órgãos dos governos e das empresas: boicotes, manifestações, processos judiciais contra as empresas, acusações e denúncias através dos meios de comunicação social.

Para CIDADE MAESTRO (1991), o consumerismo tenta modificar depois o próprio sistema económico, legislativo, político, filosófico redefinindo as relações de força entre os diversos parceiros económicos. Desencadeiam-se acções que incentivam a participação, a reivindicação, a cooperação e o diálogo com as instâncias que exercem o poder e outros agentes económicos. Cabe-lhes exercer uma acção não só já de contestação, mas de participação na reflexão e decisão na política e orientação económicas.

Nos anos 80 o movimento consumerista expande-se aos países em desenvolvimento e o âmbito destas questões alarga-se. Os problemas destes consumidores assumem um carácter diferente. O direito à escolha perde o sentido, numa sociedade onde domina a pobreza e as necessidades básicas não são satisfeitas. Contrapõe-se ao "valor do dinheiro" o "valor das pessoas" (KARPATKIN, 1987). A principal exigência é a satisfação das necessidades básicas. Nestes países os grupos de consumidores tendem a ser mais pequenos e de organização mais descentralizada. Foi na Ásia que este movimento mais cedo se implantou e mais se desenvolveu. Só muito recentemente se estendeu aos países de África e da América Latina. Nele as populações encontram uma resposta às estratégias neocolonialistas das empresas multinacionais e a outros meios de penetração e difusão de ideias consumistas dos países ricos.

A expansão do movimento consumerista a nível mundial conduziu à fundação da Organização Internacional das Uniões de Consumidores (I.O.C.U.). As organizações que a integram assentam a sua acção nos mesmos princípios: o interesse pelas pessoas, a defesa dos direitos humanos, a luta pela justiça e a protecção da Terra (protegendo-a e conservando-a, assegurando uma exploração racional dos seus recursos). Apela ao respeito pelos oito direitos do consumidor (satisfação das necessidades básicas, segurança, informação e educação do consumidor, escolha, representação, reparação de danos e a um ambiente saudável) e a necessidade de assumirem as suas responsabilidades (espírito crítico, participação, preocupação social, solidariedade e preocupação com o ambiente) (I.N.D.C./I.O.C.U., 1987).

Actualmente muitos comportamentos ligados a situações que não eram consideradas de consumo, tornaram-se explícitas e passa-se a valorizar os produtos e os bens com base não apenas nas suas propriedades físico-químicas ou funcionais, mas também pelas propriedades humanas que envolvem o acto de compra e consumo: atenção, o conforto dos espaços, a qualidade dos serviços. Preza-se a humanização da produção, as condições de trabalho ligadas à elaboração e distribuição dos produtos e prestação de serviços.

É a humanização das condições de vida, que o consumerismo pretende, ao abarcar os problemas do Quarto Mundo - o mundo dos excluídos: deficientes físicos e mentais, desempregados, reformados e sem abrigo.

O movimento ecológico, por sua vez demonstrou que o mundo constitui uma frágil rede de interdependência, em que o consumidor é um elo importante do ciclo de produção-consumo. A sua responsabilidade aumenta quando o produto a que aspira inclui um custo com consequências social e ecologicamente degradantes (CIDADE MAESTRO, 1991).

O movimento consumerista europeu viu recentemente satisfeitas algumas das suas exigências. Face à necessidade de concretização do mercado único a Comunidade Europeia foi induzida a adoptar medidas destinadas à protecção do consumidor. Data de 1962 a criação do Comité de Contacto dos Consumidores que em virtude da reestruturação sofrida em 1973 se passou a designar de Comité Consultivo dos Consumidores (CAS, 1975). Em 1968 foi instituído o "Serviço de Representação dos Interesses dos Consumidores". Em 1970, o Parlamento Europeu aponta para a necessidade de uma política comum do

consumidor, que se iniciou em 1975, com o Primeiro Programa da Comunidade Económica Europeia para uma Política de Protecção e Informação do Consumidor. O segundo, terceiro e quarto programas foram lançados respectivamente em 1981, 1986 e 1993.

Estes programas têm como base a consolidação dos direitos dos consumidores, incluídos na Carta dos Direitos Básicos do Consumidor. Foi durante a presidência portuguesa das Comunidades Europeias que se fez a apresentação do projecto de resolução do programa comunitário para a promoção dos interesses dos consumidores, com aplicação prevista para o início de 1993. As linhas de acção, consideradas neste projecto de importância estratégica, são a integração da política de defesa do consumidor nas outras políticas comuns, aposta na informação e formação do consumidor, aprofundamento das medidas de acesso à justiça, à saúde, segurança e representação dos consumidores. Em notícia publicada na revista, " O Consumidor", nº39, salientamos nas medidas a tomar na área da informação e formação dos consumidores, a necessidade de os informar sobre os programas de reciclagem, utilização racional dos recursos naturais e a utilização da rotulagem ecológica.

A aplicação do definido nos programas tem ficado muito aquém do desejado, por motivos vários de onde se destacam o contexto económico (no seguimento das crises petrolíferas de 1973 e 1978) a obrigatoriedade de se ter legislado por unanimidade e a coexistência de diferenças apreciáveis no quadro da protecção oferecido pelas legislações nacionais (LAWLOR, 1990).

A adopção do Acto Único Europeu reforça a política de defesa do consumidor no quadro da criação do mercado único. Preconizando no Art. 100 A, que a aproximação das legislações



em matéria de saúde, segurança, protecção do meio ambiente e do consumidor se devem basear num nível de protecção elevado.

Com a entrada em vigor do Tratado da União Europeia surge uma formulação jurídica para a promoção dos direitos dos consumidores à escala europeia (Art. 129 A) e é reafirmada a competência da Comissão no desencadear e coordenar de acções comuns na defesa do consumidor (Art. 3º).

Em Portugal, na década de 60, assiste-se a uma maior abertura ao exterior e a um certo crescimento económico, provavelmente como consequência da nossa adesão à E.F.T.A. e à O.C.D.E. (M.A.R.N./S.E.A.D.C., 1991). Relativamente a mecanismos de protecção dos consumidores reduziam-se a alguma legislação dispersa e nem sequer orientada exclusivamente para esta matéria. A legislação existente encontra-se sobretudo na relativa à aplicação da política de abastecimento e preços, nas medidas de repressão de infracções antieconómicas e contra a saúde pública.

Segundo ESTEVÃO e outros (1986) em Abril de 1974 estava agendada na Assembleia Nacional a discussão de uma proposta que incluía as bases gerais da protecção do consumidor e que previa a criação de um Instituto de Defesa do Consumidor. Após o 25 de Abril, na sequência da dinâmica do movimento associativo e cooperativo surge a necessidade de tomar algumas medidas no âmbito da defesa do consumidor. Em resposta a estas exigências fez parte do VI Governo Provisório um Subsecretário de Estado da Defesa do Consumidor.

Em 1976 a Constituição da República Portuguesa inclui na parte dedicada à organização económica, no Art. 81º, alínea m) a responsabilidade por parte do Estado de proteger o consumidor, apoiando a criação de associações e cooperativas de consumidores e proibindo no Art. 109º a publicidade enganosa. Com a revisão constitucional de 1982, alargam-se o âmbito da protecção ao consumidor na consagração dos seus direitos à informação, formação, segurança, saúde, salvaguarda dos seus interesses económicos, reparação de danos e representação.

Em 1978, foi criado um Grupo de Estudos Básicos dos Interesses dos Consumidores (G.E.B.I.C.), da responsabilidade do Ministério do Comércio e Turismo. No início da década de 80 deram entrada para discussão na Assembleia da República um conjunto de documentos de grande importância para a posterior promulgação da Lei de Defesa do Consumidor, de 22 de Agosto de 1981.

Com a nossa adesão à Comunidade Europeia em função das exigências na transposição de directivas comunitárias produz-se legislação abundante. Segundo FROTA (1993) é bastante heterogénea, pouco sistematizada, muito dispersa - "Não há jurista que a domine, Autoridade que a articule para a invocar no exercício das suas actividades, simples cidadão que a assimile". Em comunicação efectuada no II Encontro Nacional de Direito do Consumo, o Dr. M. L. Estevão, salientou a necessidade de se proceder à reformulação da actual lei. Com base em estudos efectuados pelo Instituto do Consumidor e em consultas às associações de consumidores referiu alguns dos aspectos passíveis de alteração; a inclusão no domínio dos direitos dos consumidores da devolução de bens defeituosos e a

identificabilidade da publicidade; a obrigatoriedade da existência de serviços de assistência pós-venda; a redução do número de associados exigidos para as associações de representatividade genérica e a ampliação dos poderes das associações .

Em Portugal além de instituições públicas como o Instituto do Consumidor existem outras estruturas organizativas que actuam directamente na defesa do consumidor, nomeadamente associações de defesa do consumidor, sindicatos, cooperativas de consumo e associações afins do associativismo do consumo e ainda as que actuam indirectamente como acontece com alguns organismos da Administração Pública

Além da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (D.E.C.O.), existem outras associações que também se ocupam da defesa dos interesses gerais deste grupo, tal como a recém criada Associação de Consumidores de Portugal (A.C.O.P.).

Ao nível do movimento sindical referimos a existência da U.G.T.-Consumidores que surge no final de 1987; existe apenas como um departamento desta central sindical.

A primeira iniciativa de organização dos consumidores numa cooperativa de consumo, ocorreu em Braga, em 1970, com a formação da Cooperativa "Novos Pioneiros". Face à alteração política verificada em Portugal, depois do 25 de Abril de 1974, o número de cooperativas de consumo aumenta significativamente para se tornar cada vez menor nos nossos dias.

Relativamente às organizações afins do associativismo do consumo, temos a destacar o Automóvel Clube de Portugal (A.C.P.), a U.T.3 - Associação Portuguesa de Utilizadores de Telefones, Telecomunicações e Telemática, a Associação de Inquilinos de Lisboa (A.I.L.) e a Associação Portuguesa de Espectadores de Televisão (A.P.E.T.).

Particularmente interessante é a actividade desenvolvida em Portugal na área do Direito do Consumo . No decurso do I Congresso Europeu sobre Condições Gerais dos Contratos, em Maio de 1988, em Coimbra, surge a ideia da criação da Associação Internacional de Direito do Consumo (A.I.D.C.). Esta teria como objectivo desenvolver o Direito do Consumo como disciplina funcionalmente autónoma, dotando os consumidores de uma clara consciência dos seus direitos e deveres. Esta ideia foi concretizada e desde então esta associação, com sede em Coimbra, promoveu um conjunto de actividades de projecção nacional e internacional.

As organizações nacionais de consumidores estabelecem ligações com as suas congéneres a nível internacional. Assim a D.E.C.O., está filiada no B.E.U.C. (Bureau Europeu das Associações de Consumidores) e na I.O.C.U. (Organização Internacional das Associações de Consumidores), a U.G.T.-Consumidores está ligada ao Departamento de Consumidores da Confederação Europeia dos Sindicatos, a F.E.N.A.C.O.O.P. (Federação Nacional de Cooperativas de Consumidores) é membro da E.U.R.O.C.O.O.P. (Confederação Europeia das Cooperativas de Consumidores), a C.N.A.F. (Confederação Nacional de Associações de Famílias) está associada à C.O.F.A.C.E. (Confederação Europeia das Associações de Família) e a A.P.E.T. integra já a Federação Europeia de Telespectadores.

Enquanto as empresas não reconhecerem os consumidores e suas organizações como

parceiros sociais e estas não ultrapassarem a sua debilidade estrutural e representativa, mantem-se a necessidade da Administração Pública exercer a função de defesa dos consumidores. São vários os organismos públicos que actuando nas áreas da economia e da saúde protegem indirectamente o consumidor. Entre os mais importantes temos: as Câmaras Municipais, as Regiões de Turismo, o Instituto Português de Qualidade (I.P.Q.), a Direcção-Geral dos Cuidados da Saúde Primários (D.G.C.S.P.), a Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos (D.G.A.F.), a Direcção-Geral de Inspeção Económica (D.G.I.E.) e o Instituto de Qualidade Alimentar (I.Q.A.) (I.N.D.C., 1987).

O comportamento do consumidor tem sido objecto de investigação por parte de políticos, economistas, legisladores, profissionais de direito, psicólogos, sociólogos, publicistas, educadores. Apesar dos esforços feitos no sentido de investigar este fenómeno NAVARRO LOPEZ (1978) considera que o estudo do comportamento do consumidor tem sido um campo relativamente abandonado das ciências sociais e constitui um exemplo claro de um conjunto de noções pré-científicas. Na mesma obra o autor refere algumas críticas a estes estudos, nomeadamente as que se relacionam com o objecto em estudo. Considerando que se tem centrado nos factores que condicionam a aquisição do produto e a opção por determinada marca, quando o comportamento do consumidor é uma realidade muito mais complexa. Compreende além do acto de compra propriamente dito, a utilização ou consumo do bem adquirido, as implicações que essa compra terá em aquisições futuras e a avaliação de todo este processo. Salienta, ainda que os comportamentos a estudar não deverão ser exclusivamente relacionados com os objectos adquiridos no mercado, mas também os que respeitam à utilização de bens colectivos ou de bens distribuídos gratuitamente.

Face à complexidade do objecto, os diferentes modelos teóricos explicam o fenómeno centrando a sua atenção em elementos diversos, como a natureza e origem dos estímulos condicionantes da compra, as características da estrutura da personalidade do consumidor ou privilegiando a interacção entre o indivíduo e o meio. No âmbito desta investigação distinguem-se duas perspectivas de análise em ciências sociais, a que se centra no estudo do comportamento dos consumidores individuais e a que respeita ao comportamento de grandes conjuntos de consumidores; a primeira normalmente realizada por psicólogos e a segunda é frequente nas análises das ciências económica e sociológica.

A manifestação das preocupações com as questões relativas à defesa do consumidor é relativamente recente em Portugal, o que em parte explica a escassez de estudos relacionados com a definição de um perfil do consumidor português. Neste âmbito temos a destacar essencialmente dois estudos, de natureza distinta e ambos promovidos pelo Instituto do Consumidor. O primeiro intitulado "Estudo sobre Atitudes e Comportamentos do Consumidor Português" e o segundo, "O Mercado Interno e os Consumidores Portugueses - Impacto Previsível para 1993". Este último estudo foi objecto de debate e reflexão numa conferência expressamente realizada com essa finalidade. A caracterização do consumidor efectuada neste último estudo assenta fundamentalmente em dados relativos ao ano de 1985. Na opinião do Prof. Dr. V. Martins, citado por REIS e outros (1992, p. 31) o documento "... apresentou mais ou menos um perfil do consumidor português que pode corresponder ao verdadeiro, mas que não deixa de ser um perfil estatístico, ou seja, de um consumidor representativo e de um consumidor médio ...".

É com base nestes estudos que vamos proceder a uma breve caracterização do consumidor português:

- tem um rendimento per capita em média três vezes inferior à média dos países mais desenvolvidos da comunidade europeia;
- o seu poder de compra nominal, dentro da comunidade, é inferior a 1%;
- adquire bens e serviços a um nível geral de preços que é sensivelmente metade da comunidade. Mas enfrenta um conjunto significativo de preços acima da média comunitária, nomeadamente o dos electrodomésticos, automóveis de maior cilindrada ou novos equipamentos associados ao lazer e à cultura. Temos ainda preços que se aproximam dos comunitários, o dos bens de produção industrial. Relativamente aos preços de habitação, temos um conjunto de famílias para quem o preço é inferior a -16% do preço comunitário e outras, as mais recentemente constituídas, para quem os preços se aproximam muito ou até ultrapassam os encontrados na comunidade;
- ao nível da estrutura de consumo têm despesas muito grandes com a alimentação; é menor o peso das despesas com serviços de saúde, educação, cultura e muito menor ainda ao nível de equipamentos e bens duradouros;
- apresenta-se com o valor de consumo per capita mais baixo da comunidade, cerca de 52% do consumo médio; representando no conjunto 2% do nível de consumo total da comunidade;
- sente-se mais insatisfeito com a prestação dos serviços (principalmente os de assistência médica, fornecimento de electricidade e transportes) do que com a venda de produtos. Destes queixa-se sobretudo dos produtos alimentares, porque apresentam preços elevados, má qualidade, falta de peso e por vezes encontram-se estragados;
- quando vai às compras dirige-se ao mesmo estabelecimento comercial e é fiel à marca.

Durante as compras observa e compara os preços e no final verifica a conta e confere o troco, descurando como se pode notar os aspectos que se relacionem com a qualidade dos produtos. Sempre que possível aproveita os saldos e as ofertas especiais;

- preocupa-se com o futuro, recorrendo quando possível à poupança e ao pronto pagamento;
- não conhece bem os organismos criados para a defesa do consumidor, embora já tenha ouvido falar neles;
- normalmente não reage quando se sente lesado nos seus direitos. Quando o faz é sob a forma de protesto verbal e as reclamações por escrito são reduzidas;
- considera que a publicidade dá informações pouco úteis e induz a compra de produtos desnecessários;
- considera também que os meios de comunicação social e as escolas informam pouco ou nada sobre a temática da defesa do consumidor, referindo a necessidade da existência de programas de rádio e televisão com esse fim e a inclusão nos programas escolares de matérias sobre educação do consumidor. (CASCÃO, 1989) e (REIS e outros,1992).



#### 2.4 - Do Ecoconsumidor e do Ecoprodutor

Actualmente, as medidas mais apontadas aos consumidores para que possam ter uma participação mais activa na preservação do ambiente, centram-se na utilização racional de recursos e na redução de lixos. Assim a poupança de água, papel, energia; escolha de ecoprodutos; opção por embalagens reduzidas, reutilização de sacos de plástico ou a sua substituição por outros materiais; o uso do papel reciclado; o acondicionamento selectivo do lixo; a preferência pela utilização de transportes públicos; a escolha de automóveis com conversores catalíticos e baixo consumo energético; a compra por atacado, avulso e não embalado; o cumprimento rigoroso das instruções de utilização de produtos perigosos; a opção por produtos da agricultura biológica, contam-se entre as medidas adoptadas pelos consumidores.

A taxa de reciclagem de papel, vidro, alumínio aumentaram; tomaram-se medidas relativamente ao tamanho, formato e materiais de embalagem de certos produtos; o etanol, o metanol e o hidrogénio são propostos como combustíveis alternativos; investem-se em carros que consomem menos energia e em conversores catalíticos; substituem-se os produtos com gases propulsores com aerossóis. Em contrapartida, o consumo de energia pelos transportes continua a aumentar, a redução do chumbo na gasolina não tem sido uma prioridade, já 10% do total da produção mundial de automóveis foram equipados com aparelhos de ar condicionado, os equipamentos com sistema de refrigeração e produtos de limpeza ocupam o lugar deixado pelos aerossóis de clorofluorcarbonetos, a quantidade de resíduos de plástico continua a aumentar (TOLBA e outros, 1992).

A respeito dos ecoprodutos, tem-se assistido a uma explosão de neologismos, com base no termo verde de conotação ecológica: a gasolina verde, telefone verde, cosméticos verdes, sapatos verdes, motorizadas e automóveis verdes, detergentes sem fosfatos, desodorizantes amigos do ozono, etc. Estes produtos são acompanhados de ecoetiquetas, por vezes bastante sugestivas. Roger CANS(1993), refere o desapontamento verificado em Inglaterra em relação a estes produtos. Este mercado está florescente. Se é certo que alguns destes produtos merecem confiança, outros traduzem o oportunismo dos seus fabricantes. Segundo BEJA SANTOS ( 1992) a informação que os acompanha deveria ser fiável, útil e facilmente compreensível. As embalagens em si não deveriam ser encaradas como ecoprodutos, mas só o conteúdo. Este deveria ser avaliado em função do seu impacte global sobre o ambiente. A fiscalização e classificação deveriam ser feitas por uma entidade idónea. No rótulo deveriam constar as principais razões da classificação e o produto não deveria por esse facto sofrer redução nos parâmetros de qualidade e segurança.

Acerca dos objectos várias têm sido as listas de critérios a que deve obedecer o seu fabrico. Entre os propostos por Paul Goodman, citado por SIMONNET (1981), salientamos :

- a) a utilidade;

- b) durabilidade (que a sua deterioração não seja programada);

- c) eficácia (que os critérios ecológicos preponderem no seu fabrico);

- d) reparabilidade;

- e) amenidade (que tenham em conta os sentimentos humanos na sua utilização;

- f) pertinência (que considerem a escala humana, o tempo, o espaço, o

porte proporcional ao indivíduo);  
g) a moderação (que não sejam maiores, nem mais numerosos do que a sua função o justifique).

Outra questão relacionada com o consumo e desde muito cedo associada à problemática ecológica é a definição das necessidades. No seguimento do Maio de 1968, alguns ecologistas tendiam a pautar-se por uma austeridade voluntária. Afirmavam que um aumento da produção e do consumo não equivalia necessariamente a uma vida melhor. As críticas à civilização industrial e a interrogação sobre as necessidades formavam em conjunto, uma das maiores dimensões do pensamento ecológico. A reorientação das necessidades torna-se particularmente pertinente no processo de ocidentalização do mundo e conseqüentemente do seu modelo de consumo. Muito se poderia fazer neste campo, tendo em atenção que as necessidades de grande parte da população mundial ainda se mantêm afastadas deste padrão de consumo. Nos países industrializados conduziria à redução do consumo.

Se uma redução do consumo é desejável nos países desenvolvidos, o mesmo não acontece para os países em desenvolvimento, sobretudo no que se relaciona com bens essenciais. Esta preocupação conduz-nos a outro tipo de questões. Segundo SCHUMACHER (1973) um dos maiores erros do nosso tempo é a crença de que o problema da produção já está resolvido. Essa percepção é captada sobretudo quando se considera que produzimos o suficiente e que é a má distribuição a responsável pelo problema da fome nos países em desenvolvimento. Consideramos que a resolução deste problema, entre outros factores, passa não só por uma melhor distribuição, mas também pela reconversão do sistema de produção. Apesar da produção agrícola ter registado um

aumento nas duas últimas décadas, não traduz um aumento substancial da produção nos países em desenvolvimento - aumentou na Ásia, manteve-se na América Latina e desceu na África (TOLBA e outros, 1992). Continua-se a produzir mais e em excesso nos países desenvolvidos. Os métodos de produção continuam a ser altamente dispendiosos em consumo energético e impactes no ambiente. O aumento da produção de alimentos nos países em desenvolvimento inclui o aumento da produção de "cash-crops" (TOLBA e outros, 1992). Não traduz as verdadeiras necessidades da população. Embora a venda de "cash-crops" continue a desempenhar papel importante nestas economias, o mercado começa a estar saturado, com a correspondente baixa de preços. Outra tendência registada na evolução da produção de alimentos nas duas últimas décadas, foi o aumento das áreas de produção para forragem. Estudos de Daring e Brought indicam que cerca de 38% da produção de cereais, especialmente milho, cevada, aveia e sorgo, foi para consumo animal (TOLBA e outros, 1992). Segundo a F.A.O. a produção de carne quase quadruplicou desde 1950, mas persistem diferenças significativas no consumo per capita de proteínas entre países desenvolvidos (60g/dia) e em desenvolvimento (16g/dia); cerca de 60% da população dos países em desenvolvimento obtêm cerca de 40% do total de proteínas que consome do peixe, e além disso 20% da população mundial depende dos animais para transporte e como força de tracção nas actividades agrícolas (TOLBA e outros, 1992). Perante estes dados somos levados a pensar que esta tendência oferece sobretudo uma via para o escoamento do excesso de produtos agrícolas energéticos, nos países desenvolvidos e não traduz uma séria alternativa à resolução do problema da subnutrição nos países em desenvolvimento. Uma observação nos parece óbvia, enquanto a distribuição de alimentos não for mais equitativa e as relações comerciais entre países ricos e pobres não se alterarem, estes últimos têm de considerar seriamente como prioridade a produção de alimentos para satisfazer as necessidades básicas da sua

população. Esta só será ecologicamente sustentável se ocorrer uma reorientação dos processos e técnicas de produção agrícola.

Novas formas de produzir tornam-se uma exigência extensível à indústria. Ainda segundo SCHUMACHER (1973), torna-se pouco compreensível a continuidade da actividade industrial em moldes tradicionais quando exige tanto e dá tão pouco. Dá o exemplo dos E.U.A., em que 5,6% da população mundial requeria cerca de 40% dos recursos primários do globo para funcionar. Esta situação tem sido facilmente mantida, em parte, porque grande parte desses recursos provêm dos países em desenvolvimento, cuja exportação tem papel significativo nas suas economias. Apesar de se registarem algumas modificações das práticas produtivas, ligadas a este sector económico, ainda será pertinente reflectir sobre o tipo de indústrias em expansão. Por exemplo, na Europa, na década de 80, a produção de adubos, plásticos e materiais sintéticos, pesticidas, lacas, perfumes, cosméticos e produtos de toilette, pasta de madeira, papel e cartão registaram importante expansão (C.C.E, 1992).

No contexto da reconversão do sistema produtivo começa a assumir cada vez maior importância a figura do ecoprodutor. Segundo BEJA SANTOS (1992) as principais empresas do mercado já subscreveram a "Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável". Nela o produtor assume a gestão do ambiente como uma das principais prioridades da empresa. Responsabiliza-se pela avaliação do impacte ambiental antes do início das actividades, ter em conta a eficiência do consumo de energia e materiais, a redução dos impactes ambientais locais e transfronteiriços e o uso de tecnologias que respeitem o ambiente.

Ultrapassando o contexto da reconversão do sistema produtivo, segundo ALPHANDÉRY e outros (1991) torna-se cada vez mais necessária a análise da cadeia ininterrupta que vai da necessidade à ciência, da ciência à técnica, da técnica à economia, da economia ao objecto, do objecto ao uso, do uso às relações sociais e políticas e destas à nossa relação com a natureza.

## **II - UMA ANÁLISE ECOLÓGICA DO CONSUMO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

## 1 - A Educação do Consumidor no Quadro da Política do Consumidor

### 1.1 - Nota Introdutória

A Educação do Consumidor é considerada um direito a nível comunitário e nacional. Na Resolução nº 543 de 17 de Maio de 1973, a Assembleia Consultiva do Conselho da Europa definiu os direitos dos consumidores, na "Carta de Protecção do Consumidor". Na alínea D, deste documento é reconhecido o direito do consumidor à educação, nos seguintes termos:

- "(i) - Deverá ser dada às crianças em idade escolar uma formação em matéria de consumo que lhes permita actuar como consumidores informados durante a sua vida;
- (ii) - Do mesmo modo deverão ser postos à disposição dos adultos meios educativos no domínio do consumo".

Em Portugal, a Constituição da República, de 1976, considerou da responsabilidade do estado a protecção do consumidor, nomeadamente através do apoio à criação de cooperativas de consumo e associações de consumidores e proibindo a publicidade dolosa. Após a primeira revisão constitucional de 1982, apareceram pela primeira vez consignados na Constituição da República os direitos dos consumidores, no Art. 110º (Protecção do Consumidor). O nº 1 refere que: "os consumidores têm direito à formação e à informação, à protecção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos e à reparação de danos". Estes direitos porém já eram reconhecidos no sistema jurídico nacional integrando a Lei de Defesa do Consumidor, no Capítulo III (Dos direitos do consumidor e de prevenção de riscos), Art. 3º (direitos dos consumidores). Neste Artigo destaca-se na



alínea b) o direito à formação e à informação.

Após a segunda revisão constitucional, em 1989, estes direitos apareceram agora no Art. 60º (Direitos dos Consumidores), nº 1, no capítulo relativo aos "direitos e deveres económicos" e acrescenta um novo direito: o direito à qualidade de bens e serviços.

Na terceira revisão constitucional, em 1992, mantiveram inalterado o número e o conteúdo do artigo.

Na maioria dos países europeus a Educação do Consumidor na escola sofreu um grande impulso a partir de directrizes das instituições comunitárias. As primeiras orientações constam da Resolução do Comité do Conselho de Ministros da Europa, de 15 de Outubro de 1971. Em Março de 1974, foi aferido o grau de aplicação desta legislação nos diferentes países da Comunidade. De 1979 a 1983, a Comunidade procedeu à implantação de uma rede de escolas-piloto distribuídas pelos países membros, em colaboração com as autoridades nacionais, envolvendo os alunos do final do ensino primário e início do ensino secundário.

Nova Resolução do Conselho das Comunidades Europeias e dos Ministros da Educação, sobre esta matéria é criada em Julho de 1986 (86/C184/07). Tem como objectivos prioritários: a sensibilização dos jovens para os problemas do consumo, das forças do mercado e questões do ambiente e a promoção da formação dos professores do ensino básico e secundário nesta matéria. Em Abril de 1989 fez-se um balanço das actividades desenvolvidas a nível comunitário, no cumprimento das recomendações incluídas na Resolução. Com base nos resultados das diversas experiências realizadas desde 1970 a 1990,

CIDADE MAESTRO (1991) faz o ponto da situação, no início da década de noventa. A Comissão Europeia insiste na necessidade da formação escolar dos cidadãos, preparando-os para enfrentarem a abertura do mercado único; há um desigual progresso na aplicação da resolução nos diferentes países; consolida-se a tendência para o tratamento interdisciplinar da temática; há necessidade de partilha de experiências entre os diversos países; os esforços realizados para a formação inicial e contínua de professores continua a ser escasso tal como a produção de material didáctico. Para ultrapassar estas dificuldades a Comissão Europeia insiste na necessidade da aplicação da Resolução de 1986 e da estender à educação de adultos e ensino profissional em colaboração com as organizações de consumidores.

No Ministério da Educação, em 1986, foi criado um Grupo Coordenador das Acções Comunitárias em Matéria Educativa. Em colaboração com a D.G.E.B.S., efectua trabalhos para a concretização do previsto na Resolução do Conselho de Ministros da Educação, de 9 de Junho de 1986 (86/C184/07), relativa a educação do consumidor. O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, através do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, deu o seu contributo quando solicitado e emitiu pareceres sempre que achou necessário.

Na referida resolução, os temas a tratar devem incidir sobre aspectos da sociedade contemporânea (funcionamento do mercado, papel dos consumidores na economia, publicidade, meios de comunicação, ocupação de tempos livres e sensibilização para as questões do ambiente).

Os aspectos relativos ao consumo também são preocupação comunitária quando se pretende

fazer educação ambiental. No sentido de reforçar os programas de acção das Comunidades Europeias, em matéria de ambiente (de 1973, 1977, 1983 e 1987), foi criada uma Resolução em Conselho de Ministros da Educação, de 24 de Maio de 1988 (88/C177/03), relativa a educação ambiental. Entre os objectivos da resolução, refere-se a importância de tratar os assuntos relacionados com:

"- a maneira como cada indivíduo pode contribuir, através do seu comportamento enquanto consumidor, para a protecção do ambiente..."

O tratamento escolar destas matérias também se prevê que seja feito em trabalho interdisciplinar.

Da comunicação efectuada pelo Dr. M. L. Estevão, no I Encontro Nacional de Professores - Educação do Consumidor na Escola, salientamos as principais etapas da implementação da educação escolar do consumidor em Portugal:

. criação de um grupo de trabalho interministerial, em 1986. Estudou a possibilidade de integração da temática da Educação do Consumidor no sistema educativo.

. integração da temática da defesa do consumidor na Área de Formação Complementar no Ensino Preparatório Nocturno (ao abrigo do Despacho nº 73/86 e da Portaria nº 247/88). Para tal realizaram-se experiências piloto e a formação de professores.

. inventariação pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, em 1988, de cerca de 400 escolas do ensino secundário em todo o país, a trabalharem por sua iniciativa temas de Educação do Consumidor.

. a colaboração do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, entre 1988/89, com a Comissão para a Reforma do Sistema Educativo. Emitiu pareceres sobre projectos e

programas e verificou a dificuldade que algumas disciplinas tiveram em integrar de forma explícita os conteúdos de educação do consumidor.

. constituição de novo grupo interministerial, em 1989. Em relatório apresentado em Julho de 90, clarificaram o conceito, objectivos e a concepção de educação do consumidor.

Prevê-se, actualmente, a criação de novo grupo interministerial com o objectivo de concretizar a integração de Educação Ambiental e do Consumidor nos planos curriculares, definir metodologias, programas de formação de professores e elaboração de materiais.

## 1.2 - A Educação não formal do consumidor

A formação do consumidor, como parte integrante da Política do Consumo é actualmente concebida como um direito e uma necessidade, podendo vir a desempenhar papel significativo na melhoria das condições de vida dos cidadãos.

A formação do consumidor será potencializada se for tida em atenção a realidade sócio-cultural e económica do local, região e país onde se exerce. Neste contexto há que ter em atenção o papel desempenhado pela aprendizagem não formal. Esta é veiculada por vários agentes, que actuam em áreas complementares e interdependentes, cuja acção tem repercussões a diversos níveis no comportamento do consumidor, assumindo um papel de reforço ou diluidor da educação formal.

A educação não formal goza da vantagem de abranger indivíduos de todos os grupos etários, assumindo particular importância para os analfabetos, grupos de pessoas que já há muitos anos abandonaram a escola ou que tendo completado a escolaridade obrigatória não prosseguiram estudos e ingressaram no mercado de trabalho.

Este tipo de educação pode assumir um carácter mais ou menos intencional. Com carácter mais intencional podemos fazer referência à actuação segundo três eixos, descritos pelo Dr. BEJA SANTOS ( s/data), nos textos de apoio à Disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social . Um deles ligado à educação popular e às instituições pró-alfabetização, onde poderá vir a desempenhar papel significativo a Direcção-Geral de Extensão Educativa. Um segundo envolvendo acções da responsabilidade de organizações não governamentais e grupos de

interesse público, como por exemplo organizações diversas de mulheres, famílias, consumidores, sindicatos e cooperativas. Finalmente um terceiro eixo, talvez o mais importante dada a extensão da sua área de actuação, ligado aos meios de comunicação social.

Com carácter menos intencional, o que não significa contudo menos importante, temos os conhecimentos adquiridos nas relações com a família e o grupo de amigos.

a) A família e o grupo de amigos

A família, como principal agente da preparação dos filhos para a vida, poderá vir a assumir-se como veículo privilegiado na transmissão de competências relativas ao consumo. Os familiares poderão prestar esclarecimentos oportunos aos filhos, face por exemplo, a um anúncio publicitário, à rotulagem de um produto, à opção por determinada marca; ou respondendo fundamentadamente a problemas colocados pelos filhos, relacionados com o processo de consumo.

O estilo de vida nas sociedades industrializadas, faz com que a família só se encontre à noite depois de um dia de trabalho. Os filhos passam cada vez mais tempo com os colegas da sua idade. O grupo de amigos aparece cada vez mais como grupo de referência, um modelo a imitar e uma fonte de valores, nos aspectos que se relacionam com o fenómeno do consumo.

## b) Instituto do Consumidor

O direito do consumidor à informação é um princípio constitucionalmente consagrado e os projectos da sua concretização poderão desempenhar papel importante na educação não formal do consumidor.

Existem várias entidades que podem contribuir para a informação do consumidor. A Lei de Bases do Consumidor ( Artº 15º, nº 3, alínea e) atribui ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor o papel de incentivar e propor medidas de informação.

De acordo com o referido no Livro Branco da Defesa do Consumidor, na Política de Informação ao Consumidor, desenvolvida pelo Instituto do Consumidor, temos a salientar três momentos específicos. Ao primeiro e segundo, corresponde um conjunto de acções bastante centralizadas no Instituto e ao terceiro momento acções que visam garantir a descentralização destes serviços.

No primeiro momento procedeu-se à divulgação dos direitos dos consumidores, da existência do próprio instituto e suas funções. Investiu-se depois na edição de cartazes, desdobráveis, folhas temáticas, ensaios comparativos, na publicação do Guia do Consumidor, em comunicados à imprensa e a estações de rádio, na produção de uma série de programas de televisão, transmitidos na R.T.P., com o título "Quem Cala Consente" e na realização de uma exposição pedagógica itinerante "Consumo: Preto no Branco". Na última fase procedeu-se à informação de públicos específicos com professores e meios autárquicos. Iniciou-se a criação de uma rede nacional de videotex ( base de dados informática, que

fornecerá aos consumidores legislação e elementos úteis sobre bens e serviços) a instalar nos Centros de Informação Autárquica ao Consumidor (C.I.A.C's) e que posteriormente poderá integrar uma futura rede europeia de informação ao consumidor.

c) O produtor, fabricante, importador, distribuidor, embalador, armazenista, retalhista ou prestador de serviços

A Lei 29/81 de 22 de Agosto ( Art. 9º, nº 3), refere que "A obrigação de informar, impende sobre o produtor, o fabricante, o importador, o distribuidor, o embalador, o armazenista e o retalhista ou o prestador de serviços...". No Livro Branco da Defesa do Consumidor, o Instituto do Consumidor, considera insuficiente o cumprimento do dever de informação por parte destes agentes. Salaria que a rede de comerciantes em Portugal é grande, mas com formação escolar e cultural relativamente baixa e onde prima a ausência de formação profissional, o que constitui um entrave significativo à informação dos consumidores. Por outro lado, a escassez de recursos materiais e humanos, faz com que a acção da fiscalização seja morosa e pouco eficaz, o que faz também com que os comerciantes descurem o seu dever de informarem os consumidores.

Especialmente vocacionados para prestar informações ao consumidor, salientamos ainda os C.I.A.C's, os meios de comunicação social e as organizações de defesa do consumidor.

d) Os meios de comunicação social



Os meios de comunicação social, em especial a televisão, têm adquirido na sociedade actual grande influência na definição da percepção que os consumidores têm da realidade. A publicidade posta ao serviço da informação do consumidor poderia revelar-se um instrumento extremamente útil, acontece que o seu papel tem sido mais o oposto. Segundo a opinião do Dr. Beja Santos proferida no decurso de uma comunicação subordinada a esta temática, no II Encontro Nacional de Direito do Consumo, em Coimbra em 1993, a legislação sobre publicidade permanece inoperante desde 1988. Existe falta de diálogo entre os intervenientes no processo que a regulamentam e torna-se urgente criar a vontade política necessária à aplicação efectiva do decreto-lei.

A revista, " O Consumidor", nº 26, descreve num conjunto de notícias, como tem sido feita a informação dos consumidores através dos diversos meios de comunicação social. Relativamente à imprensa especializada informa que não tem expressão e divulgação significativas. Não existe nenhuma publicação com características comerciais, editada de acordo com a lógica do mercado. Destaca, no entanto, três publicações com alguma importância a nível nacional:

- a revista "Proteste", editada pela D.E.C.O., de periodicidade mensal e com tiragem que rondava os vinte sete mil exemplares;
- o boletim "O Pioneiro", editado com alguma irregularidade pela Cooperativa de Consumo Novos Pioneiros de Braga, com uma tiragem de mil exemplares;
- e o Jornal "U.G.T.-Consumidores" de periodicidade mensal propriedade daquela central sindical.

Ainda com carácter informativo, referimos a própria revista "O Consumidor" de periodicidade bimestral, publicada pelo Instituto do Consumidor e com uma tiragem de

5000 exemplares.

Na imprensa diária e semanal de expansão nacional, consideram que a cobertura tem sido positiva, apesar de muitas notícias publicadas terem sido fornecidas pelo próprio Instituto ou associações de consumidores. Raramente os temas de defesa do consumidor têm sido objecto de tratamento aprofundado, por iniciativa dos próprios meios de comunicação social.

Entre as excepções ao acima referido salientamos um conjunto de artigos publicados semanalmente no Expresso, sob a temática da Qualidade de Vida. A sua compilação, por parte da sua autora, a socióloga, Luísa Smith, esteve na origem da publicação de um livro intitulado "*Consumo Bem Esprimido*".

No que se refere à informação radiofónica, destacam o papel desempenhado pelas rádios locais, estando a ser divulgados na altura vinte programas, elaborados pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, em mais de oitenta estações de rádio.

Na televisão, destacam um conjunto de experiências mal sucedidas. O primeiro programa de informação ao consumidor intitulava-se "Come e Cala", da autoria do Dr. Beja Santos, seguiu-se um segundo, denominado "Gato por Lebre" da D.E.C.O. e o último foi o programa "Quem Cala, Consente", do Instituto do Consumidor. Sobre esta experiência referem que "... Enquanto os dois primeiros foram interrompidos pela R.T.P., em virtude de conflitos ocasionados por denúncias de comportamentos lesivos dos consumidores, no programa do I.N.D.C.(...) a colaboração da R.T.P. foi praticamente nula e o Instituto viu-se

obrigado a suportar todos os custos de produção da série (...) exibidos em horário de fraca audiência...".

Nos dois últimos anos, temos assistido a uma maior divulgação televisiva destes assuntos. No telejornal da R.T.P., salientamos as notícias relacionadas com a deficiente segurança nos aquaparkes portugueses, a falta de segurança dos aquecedores a óleo, a problemática da taxa relativa à utilização dos cartões de crédito; problemas relativos às facturas emitidas pela EDP, que pareciam apresentar valores excessivos de consumo de electricidade. Foi em 1993, que se iniciou a rubrica "O meu bolso", que com alguma regularidade, apresenta no telejornal da R.T.P. assuntos relativos ao consumo.

#### e) Centros de Informação Autárquicos ao Consumidor (C.I.A.C's)

Os C.I.A.C's desempenham papel fundamental na política de descentralização da informação e protecção do consumidor. Pelas relações que estabelecem com o Instituto do Consumidor, autarquias locais, consumidores do concelho e outros C.I.A.C's favorecem a articulação e complementariedade das acções a nível central, regional e local.

As autarquias locais têm nos C.I.A.C's um meio de concretização das competências que lhe são atribuídas no Art. 1º, da Lei de Bases do Consumidor (especificamente na protecção local do consumidor) e no Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março (Lei das Autarquias Locais). Este último decreto atribui-lhes responsabilidades nas áreas do abastecimento público, da saúde, da salubridade pública e saneamento básico, da educação e do ensino, da cultura, tempos livres, desporto, defesa do ambiente e qualidade de vida.

Existem actualmente cerca de 30 C.I.A.C's, distribuídos por todo o país, mas mais concentrados nos concelhos dos arredores de Lisboa e Porto.

O futuro e a expansão destes centros dependerá entre outros factores da criação de estruturas locais adequadas, da existência de recursos económicos suficientes, da formação qualificada dos conselheiros do consumo e da intensificação das relações com os consumidores locais no sentido de procurar soluções viáveis e satisfatórias para os seus problemas.

Segundo o Prof. Dr. M. FROTA, em comunicação proferida no decurso do II Encontro Nacional de Direito do Consumo, as estruturas de informação do consumidor em Portugal primam pela sua fragilidade, referindo que "... os centros de informação criados, não representam mais do que 10% dos municípios (...) Nem todos funcionam. Nem todos os que funcionam são fidedignos. Nem dispõem de estruturas e recursos que os habilitem a prestar consequente serviço aos consumidores...".

### 1.3 - A Educação Escolar no âmbito da Reforma Educativa

O modelo de organização curricular que preside à actual reforma do sistema educativo, varia ao longo dos vários ciclos do ensino básico. Ao 1º ciclo corresponde um modelo de ensino globalizante, a cargo de um único professor e privilegia o desenvolvimento integrado dos estudos e actividades. O 2º ciclo apresenta-se organizado por áreas disciplinares; no 3º ciclo predomina o modelo tradicional de organização por disciplinas, acompanhado de uma organização de pendor interdisciplinar, a Área-Escola e transdisciplinar, nas áreas de Desenvolvimento Pessoal e Social, valorização Humana do Trabalho e domínio da Língua Materna.

No 1º ciclo, o programa contém as Áreas de Expressão e Educação Físico-Motora, Musical, Dramática e Plástica, Estudo do Meio, Formação Pessoal e Social, Língua Portuguesa e Matemática.

A organização de currículos em áreas disciplinares é uma variante do modelo centrado nas disciplinas, pretendendo-se uma integração dos conhecimentos das várias disciplinas, em torno dos grandes princípios organizadores comuns. As áreas de conhecimento desenvolvidas no 2º ciclo são: Área de Línguas e Estudos Sociais, Área das Ciências Exactas e da Natureza, Área de Educação Artística e Tecnológica e Área de Formação Pessoal e Social.

Os novos programas disciplinares continuam a ser a principal fonte dos conteúdos curriculares a leccionar. Além das inovações disciplinares a que já aludimos, convém referir

a introdução na área opcional do 3º ciclo das disciplinas de Espanhol, Alemão e Educação Tecnológica. Esta última pretende ser motora de uma "atitude tecnológica", em que o aluno perante uma situação que envolva problemas técnicos, actue autónoma e criticamente, perspectivando-a em todo o seu contexto e mobilize depois todos os recursos adequados de modo criativo para a sua resolução. Facilita assim o desenvolvimento de capacidades que lhe permitem assumir-se como consumidor crítico e consciente.

Entre as teorias psicopedagógicas da aprendizagem subjacentes ao modelo curricular da reforma educativa, destacam-se as de D. P. Ausubel, J. Piaget, H. Witkin e J. Bruner. A importância que D. Ausubel dá à estruturação do conhecimento e ao contributo dos saberes adquiridos na construção de novos saberes, fez com que nas orientações pedagógicas dos novos programas se faça apelo ao diagnóstico dos conhecimentos do aluno e com base nele se processe depois todo o processo de ensino-aprendizagem. Atendendo aos conceitos de estágio e nível de desenvolvimento cognitivo e nível de desenvolvimento moral criados por J. Piaget, as orientações pedagógicas vão no sentido de respeitar o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, da selecção de estratégias e metodologias individuais e da necessidade de desenvolvimento de atitudes e valores. O contributo de H. Witkin projecta-se no apelo ao respeito pela diferença e à diversificação de metodologias em função dos interesses dos alunos. É com base no conceito de currículo em espiral, de J. Bruner que se pretende uma verdadeira articulação entre as diversas componentes do currículo, tanto horizontal como verticalmente, isto é, no mesmo ano e ao longo dos diversos ciclos (KIERBY, 1992).

Na Lei de Defesa do Consumidor, foi determinado no Art. 8º, ponto 1 que "O Governo adotará medidas tendentes a assegurar a formação permanente do consumidor"; essas medidas vêm indicadas no ponto 2 : "Os programas escolares da R.T.P e da R.D.P. devem incluir matérias relacionadas com a defesa do consumidor". São sem dúvida medidas insuficientes. No entanto, temos conhecimento que o Governo tem desenvolvido acções no sentido de integrar esta temática na educação escolar. Para tal aponta já a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), no Art. 47º, ponto 2: "Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor , a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito".

Dando seguimento ao anteriormente proposto foi publicado o Decreto-Lei nº 286/89. O Art 7º, nº1, refere que "... é criada para todos os alunos dos Ensinos Básico e Secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no nº 2 do Art. 47º da Lei de Bases do Sistema Educativo". A Educação do Consumidor pode assim ser tratada na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, que tem a duração de uma hora semanal e é alternativa à Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

Outra área vocacionada para o efeito é a Area-Escola. O Despacho nº 142/ME/90, de 1 de Setembro, no Art. 10, define-a como uma área curricular, de natureza interdisciplinar e de frequência obrigatória. Ao abrigo do Decreto-Lei nº 286/89 (Art. 7, nº 3), a Área-Escola

no 3º ciclo inclui um programa de Educação Cívica, que favorece a formação para a participação nas instituições democráticas, um dos objectivos da educação do consumidor.

As diversas disciplinas poderão contribuir para a educação do consumidor quando intervem na Área- Escola e quando ao abrigo do Decreto-Lei nº 286/89 (Art. 9, nº 1) ficam sujeitas à obrigatoriedade de intervir de forma sistemática na formação pessoal e social.

Outra possibilidade de concretização da educação do consumidor é através de actividades de complemento curricular. O Despacho nº 141/ME/90, de 1 de Setembro, define-as no Art. 1º, ponto 1 como "... um conjunto de actividades não curriculares que se desenvolvem predominantemente, para além do tempo lectivo dos alunos e que são de frequência facultativa". Privilegiam a ligação da escola com o meio e podem concretizar-se, nomeadamente na criação de Clubes de Defesa do Consumidor.

O Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro, no Art. 9º, relativo à gestão de currículos, programas e actividades educativas, na alínea e), concede às escolas autonomia para organizar as actividades de complemento curricular e na alínea f) autonomia para implementar experiências e inovações pedagógicas próprias. No âmbito desta autonomia, as escolas podem, sempre que acharem conveniente, realizar projectos de educação do consumidor a integrar no seu plano educativo.



Como não existe um programa de educação do consumidor, as escolas sobre este assunto têm à disposição um conjunto de textos de apoio à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social e três dossiers subordinados aos temas: Alimentação, Supermercados e Publicidade.

A definição de educação do consumidor, que passamos a citar foi apresentada nos referidos materiais de apoio e pela representante da D.G.E.B.S, no I Encontro Nacional de Professores sobre Educação do Consumidor na Escola. Corresponde à definição proposta pelo grupo interministerial criado em 1989: "... é o processo que estrutura e qualifica o cidadão para intervir no bem estar e no desenvolvimento sócio-económico e cultural. Este processo decorre da aceitação crítica de valores e da aquisição de conhecimentos necessários para a percepção das diferentes dimensões económicas, sociais e culturais do consumo e, simultaneamente, dos seus direitos e deveres" (D.G.E.B.S., 1992, p.2).

Os objectivos da educação do consumidor, propostos no material de apoio à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social são:

- estar consciente de que vive numa sociedade de consumo;
- estar informado acerca dos mecanismos da sociedade de consumo;
- compreender que pertence a um colectivo de comunidades;
- conhecer os seus direitos e saber impulsioná-los;
- ter elevado sentido participativo e de respeito pelos outros consumidores;
- estar comprometido com o desenvolvimento das organizações de consumidores;
- assumir que a reclamação é uma obrigação com fins positivos;
- possuir hábitos de análise, comparação e crítica no momento de usar bens e serviços;
- distinguir o necessário do supérfluo;
- estar consciente das relações entre consumo e degradação ecológica".

No segundo documento (D.G.E.B.S., 1992, pp. 4 e 5) podem ler-se os objectivos da educação do consumidor, propostos no relatório do grupo de trabalho interministerial já referido:

"A Educação do Consumidor deverá propiciar:

- A possibilidade de os formandos resolverem os seus próprios problemas enquanto consumidores, e decidindo com conhecimento dos seus direitos e responsabilidades;
- A compreensão de conceitos e a aquisição de instrumentos (...), de modo a que possam assumir as suas possibilidades de acção como consumidores num mercado onde proliferam bens e serviços;
- O desenvolvimento de uma postura analítica e crítica, perante os problemas e possibilidades de acção, que contribua simultaneamente para a organização, a longo prazo, de uma sociedade mais favorável aos consumidores;
- O comportamento dos formandos como cidadãos, consumidores e utentes, analíticos e críticos;
- Uma maior liberdade e racionalidade no consumo de bens e utilização de serviços;
- A compreensão e utilização oportuna da informação;
- O conhecimento dos direitos e deveres do consumidor e as formas de os exercitar;
- Integração dos problemas e decisões na área do consumo nos comportamentos dos consumidores com particular incidência no ambiente".

Em termos de grandes finalidades do sistema educativo foi elaborado um documento onde é definido o perfil desejável do aluno (KIERBY, 1992). Relativamente a esta temática prevê-se na categoria das atitudes e valores que o aluno ao sair do primeiro ciclo revele atitudes de respeito pela saúde, natureza e ambiente. Ao sair do 2º ciclo revele uma atitude crítica construtiva em relação à saúde, segurança, ecologia, qualidade de vida e consumo e

finalmente ao completar a escolaridade básica formule e fundamente criticamente juízos pessoais sobre saúde, segurança, estética, ideologia, qualidade de vida e consumismo.

Não existe um documento onde explicitamente se definam os conteúdos a transmitir ou a privilegiar ao fazer educação do consumidor. O conceito de conteúdo introduzido nos novos programas, considera que além das matérias de ensino-aprendizagem, os valores, atitudes e capacidades passem a ser também conteúdos. Atendendo ao novo conceito de conteúdo e aos objectivos de educação do consumidor anteriormente referidos, podemos genericamente inferir algumas das matérias, valores, atitudes e capacidades a desenvolver na educação do consumidor. Entre as matérias a abordar temos:

- Alimentação;
- Supermercados;
- Publicidade;
- Sociedade de consumo;
- Direitos e deveres dos consumidores;
- Organizações de consumidores;
- Como comprar e reclamar;
- Ecologia.

Entre as atitudes e capacidades temos o desenvolvimento de:

- Autonomia;
- Espírito crítico;
- Hábitos de análise de fontes de informação;
- Responsabilidade;
- Respeito;
- Capacidade de intervenção.

Segundo CIDADE MAESTRO (1991), um estudo publicado pelo B.E.U.C. em 1976, sobre a temática da Educação do Consumidor nas escolas apresenta quatro perspectivas de educação do consumidor: a liberal, a reformista, a responsável e a radical. Em termos práticos raramente aparecem nas suas formas puras, acontecendo os programas educativos apresentarem objectivos que os permitem integrar em várias, embora por vezes domine uma delas. Na educação consumerista nos E.U.A. predomina a perspectiva "liberal", nos países europeus predominam as perspectivas "reformista" e "responsável", enquanto em certos países do Terceiro Mundo se observam a perspectiva responsável acompanhada de elementos mais ou menos significativos da perspectiva radical.

Na perspectiva "liberal" considera-se que praticamente tudo está correcto na sociedade de consumo a não ser a existência de um certo desequilíbrio das forças entre os produtores e os consumidores no sistema de mercado; em detrimento dos últimos. Interessa fornecer aos alunos a informação e os meios indispensáveis para se tornarem conhecedores dos seus direitos e deveres e fazerem escolhas mais racionais.

Na perspectiva "reformista" admite-se que além da situação de desvantagem que o consumidor assume nas relações de compra e venda, este é fortemente influenciado pela publicidade e possui hábitos de consumo errados. Deste modo o papel da educação vai no sentido de criar situações que permitam ao aluno enfrentar os problemas de consumo em contacto directo com a realidade política e económica da sociedade que integram. Pretende-se que a partir de análises críticas intervenham na solução dos problemas e desenvolvam novos hábitos de consumo, compatíveis com modos de vida mais saudáveis.

A perspectiva "responsável" é mais abrangente que as anteriores. Pretende desenvolver a

responsabilidade individual e social, favorecendo a tomada de uma atitude crítica face ao consumo e suas implicações. Um consumidor responsável é o que escolhe os melhores produtos. Mas também os mais duradouros, os recicláveis, cujo fabrico implique baixo consumo de energia e de matérias-primas e não agrave os problemas ambientais .

Na perspectiva "radical" põe-se em questão toda a estrutura social que serve de suporte ao sistema de produção e consumo; sistema gerador de injustiça social que garante a uma minoria da população níveis de conforto extraordinários à custa da exploração de uma maioria pobre e subdesenvolvida. Assim a educação do consumidor terá que formar cidadãos capazes de intervir activamente nas questões políticas no sentido de modificarem completamente a situação actual.

Tendo em atenção as diferentes perspectivas de educação do consumidor e o conteúdo da definição e objectivos da mesma em Portugal, verificamos que predominam as perspectivas "liberal" e "reformista". "Liberal" quando se acentua a importância da aquisição de conhecimentos e a consciencialização dos seus direitos e deveres. "Reformista" quando pretende dotar o aluno de instrumentos que favoreçam a sua intervenção no mercado, assumindo uma postura analítica e crítica facilitadora do desenvolvimento de uma sociedade mais favorável aos consumidores. Aproxima-se da perspectiva "responsável", quando faz referência à necessidade de confrontar o consumidor com as implicações que têm os seus comportamentos no ambiente.

## **2 - Análise dos Programas do Ensino Básico**

### **2.1 - Indicações metodológicas**

Esta parte do trabalho consistiu no tratamento da informação contida nos programas escolares do ensino básico relativa a:

- . Componente ambiente
- . Componente consumo
- . Componente ecológica do consumo

Fez-se uma análise essencialmente temática, centrada no significado das mensagens.

As etapas seguidas em termos metodológicos foram as seguintes:

1. Selecção dos princípios orientadores
2. Definição do problema
3. Definição dos objectivos

Estes três pontos constam na introdução do trabalho.

4. Escolha dos documentos

O universo dos documentos para análise foi o conjunto dos programas do ensino básico, no âmbito da Reforma Educativa.

5. Pré-análise dos documentos

Estabelecemos um primeiro contacto com os documentos, fazendo uma primeira leitura, sem

a preocupação de analisar.

## 6. Exploração do material

. Verificamos que as componentes ambiente e consumo são tratadas isoladamente, pelo que decidimos fazer uma análise separada.

. Verificamos não existir uma uniformidade na terminologia dos níveis de organização dos programas ao longo dos vários ciclos e nos 2º e 3º ciclos ainda nas disciplinas do mesmo ano.

. Para facilitar o tratamento e comparação desta informação decidimos agrupar as diferentes níveis de organização pelo seu grau de generalidade/especificação. No 1º ciclo tratamos conjuntamente:

- Princípios orientadores e objectivos gerais
- Objectivos específicos/conteúdos

Nos 2º e 3º ciclos:

- Finalidades/objectivos gerais
- Objectivos específicos/conteúdos/clarificação de conteúdos
- Observações/sugestões metodológicas.

## 7 - Tratamento dos Dados

### 7.1. Codificação

#### 7.1.1. O recorte - recolha das unidades de contexto

O critério de recorte foi de ordem semântica e foram identificadas unidades de contexto, correspondentes a períodos, frases ou expressões, nas partes dos programas que continham informação de interesse para a nossa pesquisa.

### 7.1.2. Unidade de registo

Nas unidades de contexto identificamos as unidades de registo. Uma unidade de registo corresponde a uma afirmação acerca do assunto/tema seleccionado.

### 7.1.3. Categorização

#### a) Definição das categorias

Entre as diferentes possibilidades de categorização optamos pela investigação de temas - análise temática. As categorias são rúbricas que reúnem um conjunto de assuntos sob um título genérico. O critério de categorização utilizado foi o semântico e como tal as nossas categorias são temáticas. A definição das categorias foi feita à priori, com base em pressupostos teóricos.

Para a componente consumo, baseamo-nos nas definições de consumo e consumidor dos Programas Comunitários e Lei de Defesa do Consumidor. Verificamos que o alargamento do campo de acção consumerista, teve o correspondente reflexo na emergência de uma multiplicidade de definições de consumo e consumidor. Para mantermos uma certa uniformidade de linguagem e seu significado, optámos por seleccionar definições de uso comum a nível comunitário e nacional. No Art. 2º da Lei de Defesa do Consumidor pode ler-se "... considera-se consumidor todo aquele a quem sejam fornecidos bens ou serviços destinados ao seu uso privado, por pessoa singular ou colectiva que exerça com carácter profissional, uma actividade económica". Esta definição referencia o acto de consumo à aquisição para uso de bens e serviços que constituíram objecto de comércio jurídico. Excluem-se assim os consumos "invisíveis" designadamente o ar, os espaços verdes, a beleza



das paisagens, etc. Quando consideramos os bens destinados ao uso privado, exclui-se a sua utilização com a finalidade de os colocar de novo nos circuitos comerciais. Segundo ESTEVÃO e outros (1986) esses bens por sua vez só podem ser fornecidos por uma pessoa singular ou colectiva que exerça uma actividade económica (comerciante, profissões liberais, empresas públicas...). Esta definição relaciona-se com a de consumo dada por CIDADE MAESTRO (1991, p. 16) "... é a acção pela qual as pessoas adquirem e/ou utilizam para seu bem estar individual ou familiar, e de forma adequada à natureza do objecto, os bens e serviços que estão à sua disposição no mercado". Na noção de consumidor apresentada no Primeiro Programa Comunitário para uma Política de Defesa do Consumidor, este "... já não é considerado somente um comprador e utilizador de bens e serviços para uso pessoal, familiar ou colectivo, mas uma pessoa a quem dizem também respeito diferentes aspectos da vida social que o possam afectar nessas funções directa ou indirectamente". Entre esses aspectos consideramos os que determinam os comportamentos consumistas e a sua posição de contraente débil nas relações económicas. Outros aspectos podem afectá-lo positivamente, como por exemplo, as conquistas do movimento consumerista e suas repercussões no reconhecimento dos seus direitos. Definimos as categorias para a análise da componente consumo em: aquisição e utilização de bens e serviços, contexto sócio-cultural que serve de enquadramento ao acto de compra, mercado e formas de acção social que asseguram o respeito pelos direitos dos consumidores e o acesso a padrões de qualidade de vida superiores (ver categorias da componente consumo, em anexo, p. 9).

Para a componente ambiente, tivemos como ponto de partida a definição de ambiente apresentada no Art. 5, nº2, alínea a) da Lei de Bases do Ambiente: " Ambiente é o conjunto de sistemas físicos, químicos e biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais

e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato sobre os seres vivos e a qualidade de vida dos homens", (ver categorias da componente ambiente, em anexo, na p. 11).

#### **b) Categorização propriamente dita**

Comporta duas etapas:

- . inventário - isolamento das unidades de registo.
- . classificação - repartição dos elementos constitutivos das mensagens por diferenciação e reagrupamento nas categorias anteriormente definidas.

#### **7.1.4 - Análise quantitativa - tratamento estatístico dos resultados.**

Procedeu-se à contagem das unidades de registo de cada programa. Realizaram-se depois operações estatísticas simples (%), na determinação de frequências simples, com as quais se estabeleceram quadros de resultados e gráficos que põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

A análise comparativa destes resultados vai incidir sobre os conteúdos/objectivos específicos. As razões desta selecção foram:

- nos três ciclos, apenas os níveis de organização correspondentes aos objectivos se mantêm em comum e como tal susceptíveis de comparação;
- aos conteúdos/objectivos específicos corresponde o corpo principal dos conteúdos programáticos;
- os objectivos gerais, de distribuição muito irregular, de conteúdo muito geral, permitem identificar as directrizes dos programas e verificar da coerência entre o que nelas vem

proposto e os restantes níveis de organização;

- as observações/sugestões metodológicas, normalmente especificam os conteúdos, repetindo-os ou dão sugestões para o seu tratamento, não tendo tratamento de carácter obrigatório.

Assim os quadros nº 4 a 14 e 17, 21, 24, 26 registam respectivamente para as componentes consumo e ambiente, o inventário das unidades de registo por disciplina, que foi sujeito a tratamento estatístico. Nesses quadros a presença do sinal (.), indica que essas unidades de registo se encontram associadas na mesma unidade de contexto.

Nos quadros nº 15 e 18, 23, 28, encontramos a classificação das unidades de registo, para as componentes consumo e ambiente, também sujeitas a tratamento estatístico.

7.1.5 - Análise qualitativa - análise das mensagens nos aspectos relativos ao seu significado, temas presentes, assuntos abordados em cada tema, em que conteúdos aparecem, em que disciplina, como se sucedem.

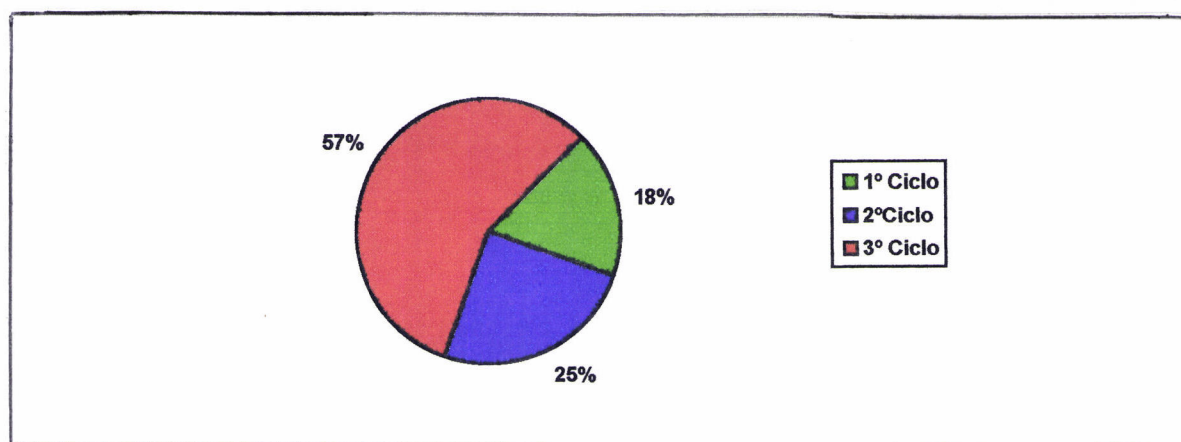
## 2.2 - Análise quantitativa

Para proporcionar uma leitura mais clara dos gráficos, devido ao elevado número de disciplinas por ciclo, decidimos omitir as que explicitamente não dão qualquer contributo. De igual modo procedemos com as categorias ou subcategorias onde não foi integrada por classificação nenhuma unidade de registo.

### Componente Consumo

Na análise dos programas foram identificadas 176 unidades de contexto para esta componente. A sua localização nos níveis de organização dos programas pode ser observada no quadro nº 37 (em anexo, pp. 139 a 142). A sua distribuição por ciclo pode ser visualizada no gráfico nº1.

Gráfico nº 1 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo por ciclo.



De acordo com as indicações feitas na metodologia, a análise comparativa vai incidir sobre o nível dos conteúdos/objectivos específicos, a que correspondem 117 unidades de contexto. A sua distribuição pelas áreas disciplinares/disciplinas para os vários ciclos está representada nos gráficos nº 2, 3 e 4.

Gráfico nº 2 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo pelas áreas disciplinares no 1º ciclo.

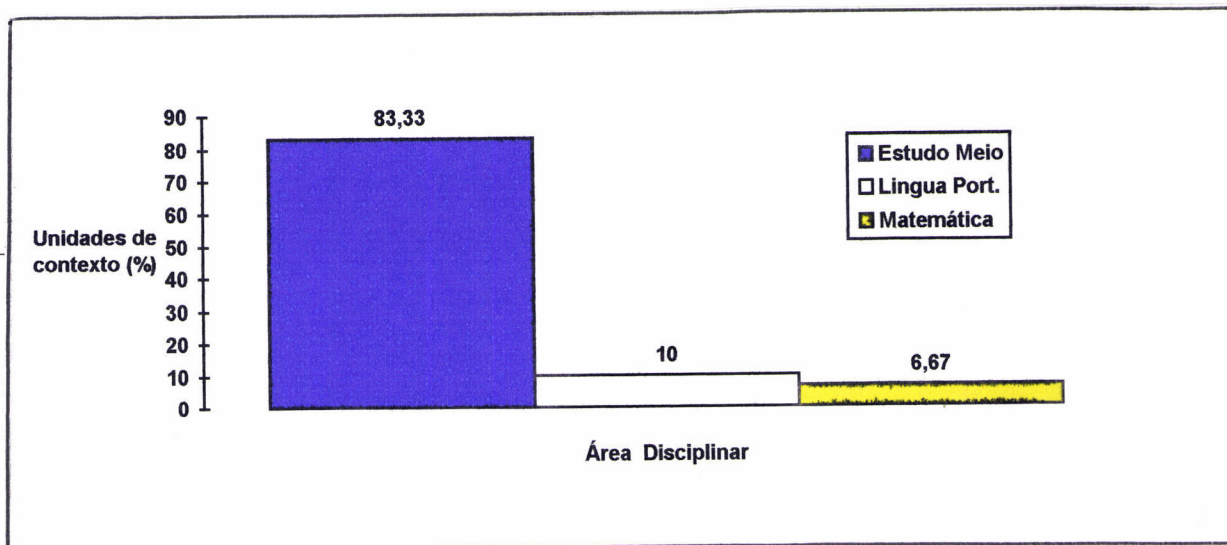
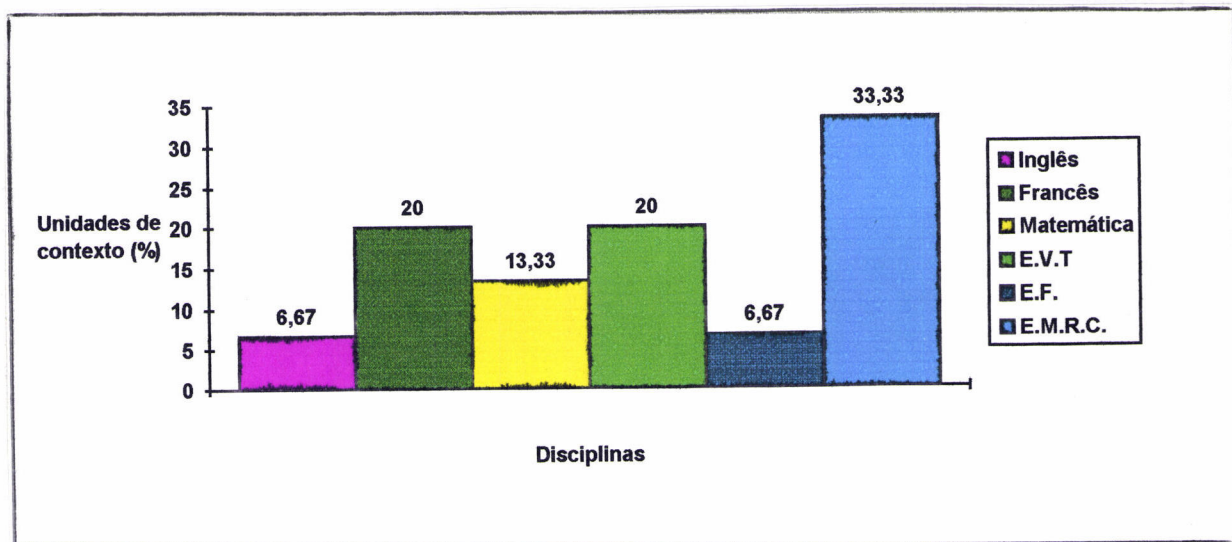
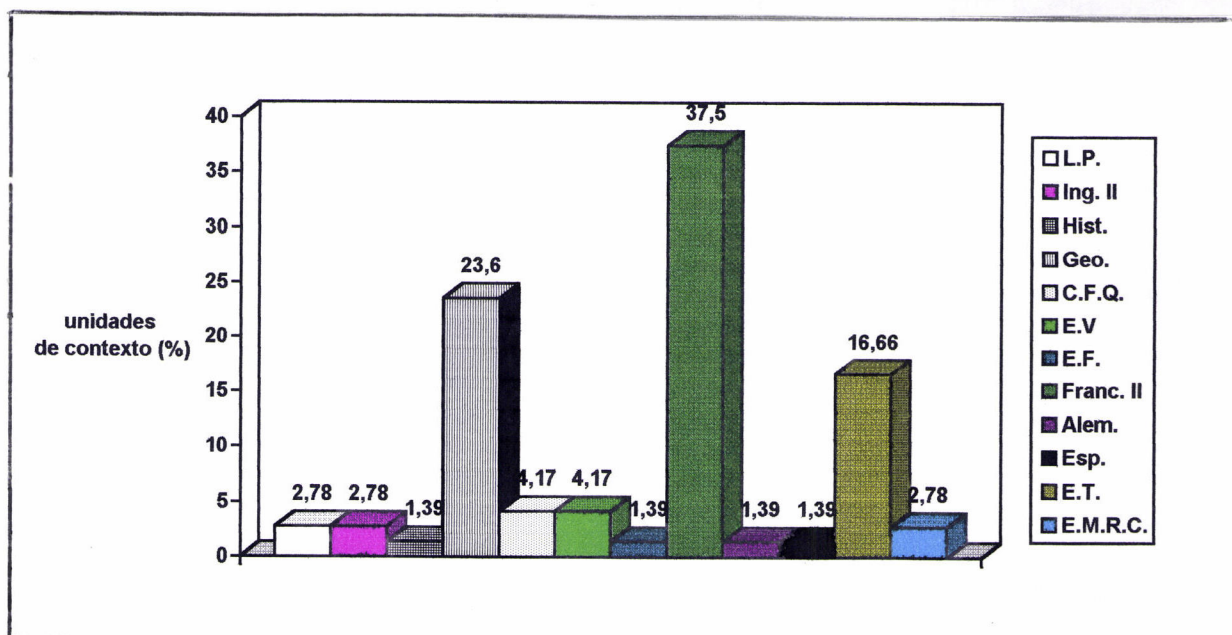


Gráfico nº3 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo pelas disciplinas, no 2º ciclo.



**Legenda:** Disciplinas E.V.T - Educação Visual e Tecnológica, E.F - Educação Física, E.M.R.C. - Educação Moral e Religiosa Católica.

Gráfico nº4 - Distribuição das unidades de contexto da componente consumo pelas disciplinas, no 3º ciclo.



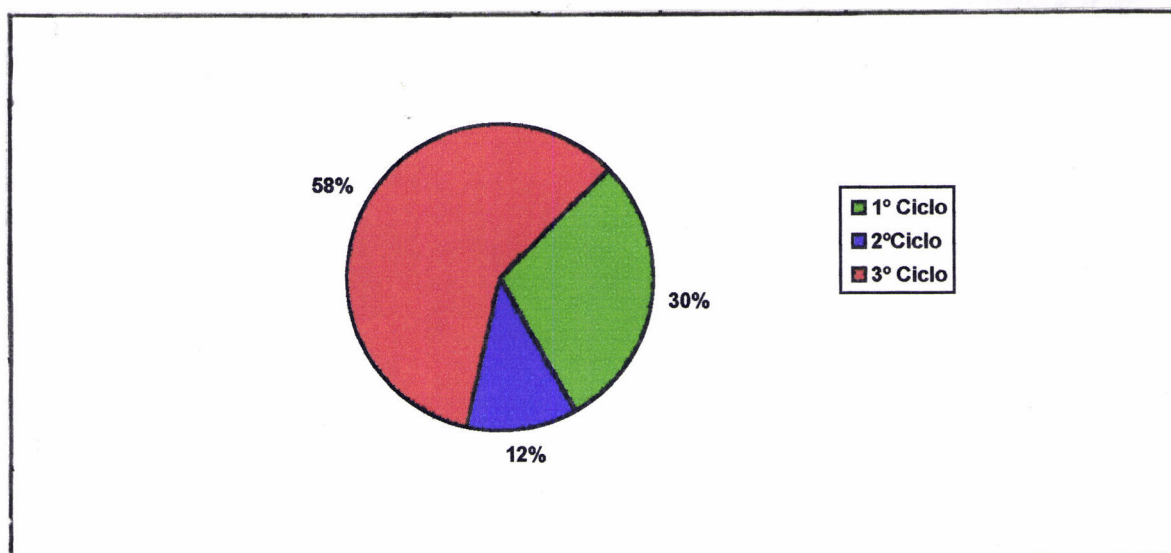
**Legenda:** Disciplinas L.P.- Língua Portuguesa, Ing.II - Inglês (L.E.II), Hist. - História Geo. - Geografia, C.F.Q. - Ciências Física Química, E.V. - Educação Visual, E.F. - Educação Física, Franc. II - Francês (L.E.II), Alem. - Alemão, Esp. - Espanhol, E.T. - Educação Tecnológica, E.M.R.C. - Educação Moral e Religiosa Católica.

No 1º ciclo é a área de Estudo do Meio que contribui mais significativamente. No 2º ciclo, salientamos entre as disciplinas comuns a todos os alunos a Educação Visual e Tecnológica e em disciplinas alternativas as de Educação Moral e Religiosa Católica e o Francês (L.E. I.). No 3º ciclo, destacam-se as disciplinas opcionais de Francês (L.E.II) e Educação Tecnológica e nas obrigatórias a Geografia.

As 117 unidades de contexto dos conteúdos/ objectivos específicos correspondem 138 unidades de registo, assim distribuídas por ciclo.

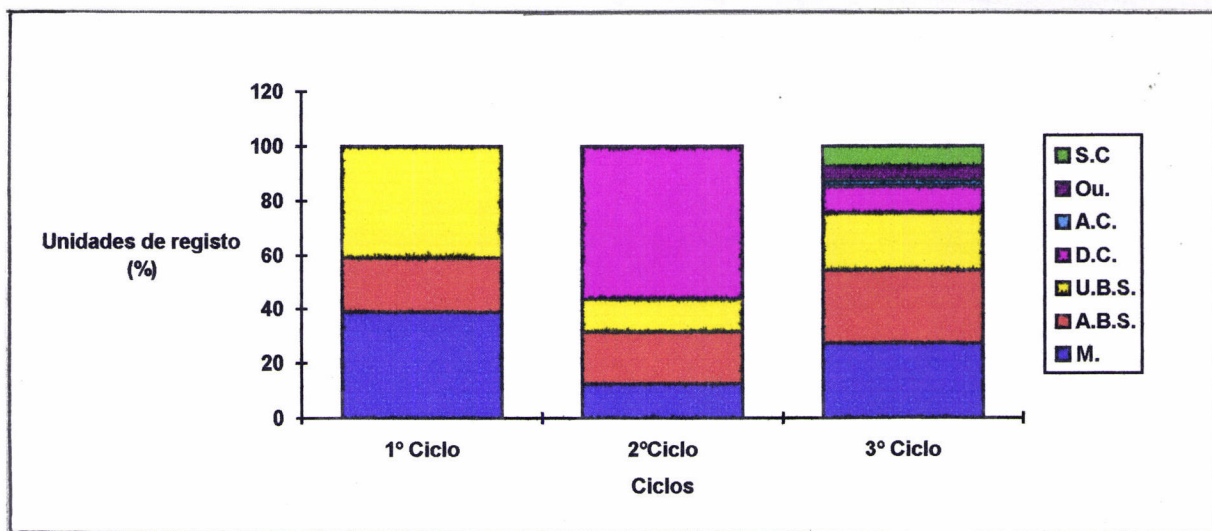


Gráfico nº 5 - Distribuição das unidades de registo da componente consumo por ciclo.



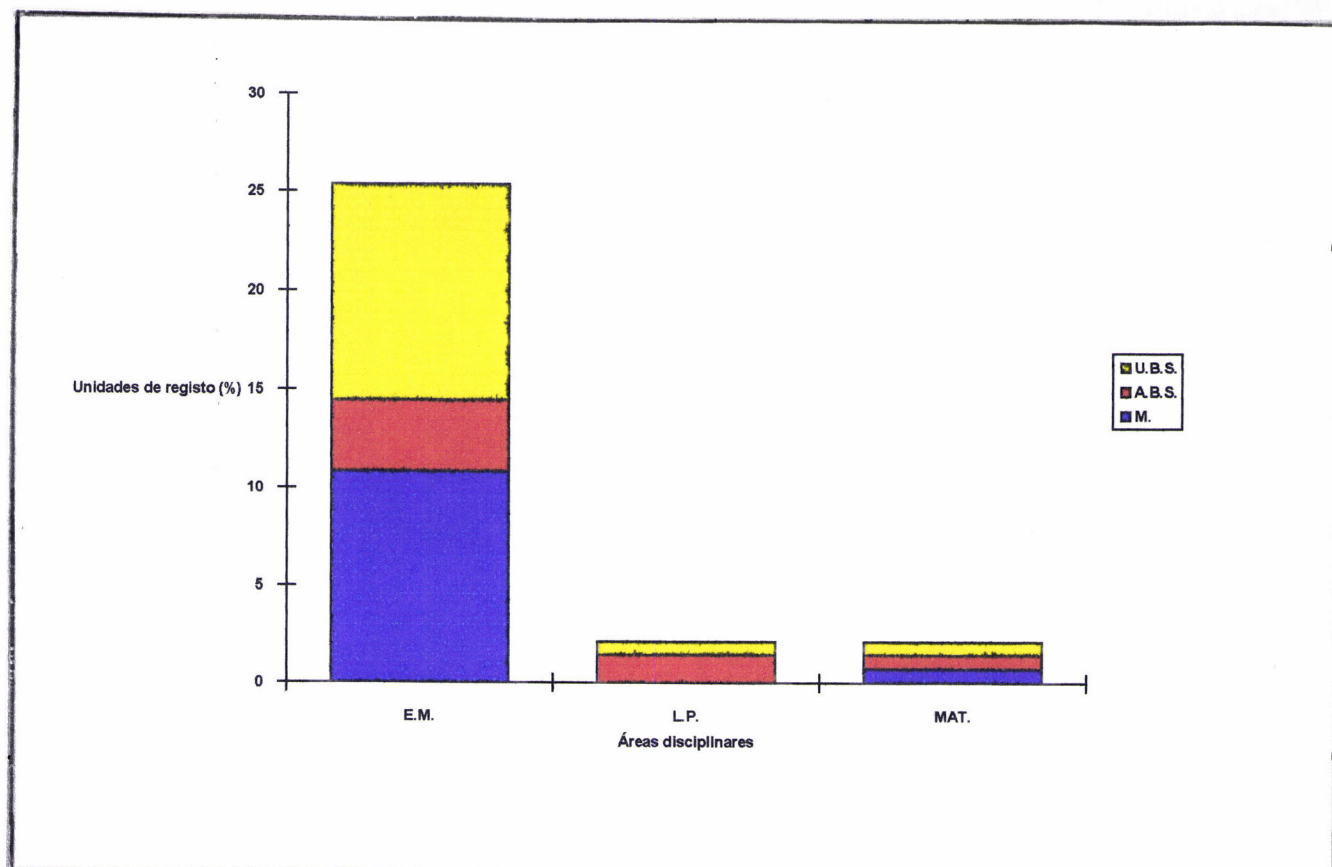
Segue-se a distribuição das unidades de registo pelas categorias da componente consumo, nos vários ciclos (gráfico nº 6) e o contributo das áreas disciplinares/disciplinas para as diversas categorias por ciclo (gráficos nº 7, 8 e 9).

Gráfico nº 6 - Distribuição das unidades de registo pelas categorias da componente consumo, nos vários ciclos.



**Legenda:** Categorias Ou. - Outros, A.C - Ambiente e Consumo, D.C. - Defesa do Consumidor, U.B.S. - Utilização de Bens e Serviços, A.B.S. - Aquisição de Bens e Serviços, M. - Mercado, S.C. - Sociedade de Consumo.

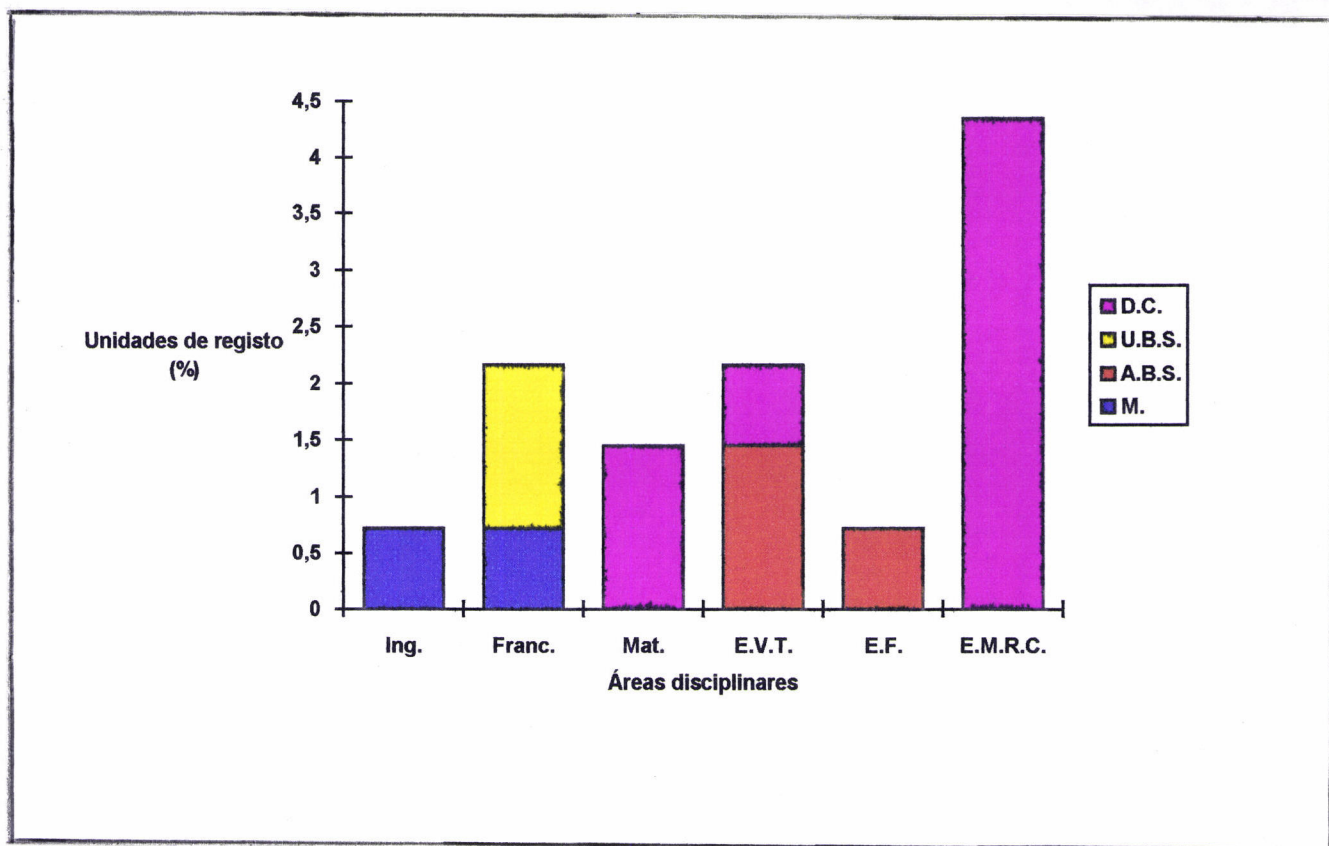
Gráfico nº 7 - Contributo das áreas disciplinares do 1º ciclo para as diversas categorias da componente consumo.



**Legenda:** Categorias U.B.S. - Utilização de Bens e Serviços, A.B.S. - Aquisição de Bens e Serviços, M. - Mercado.

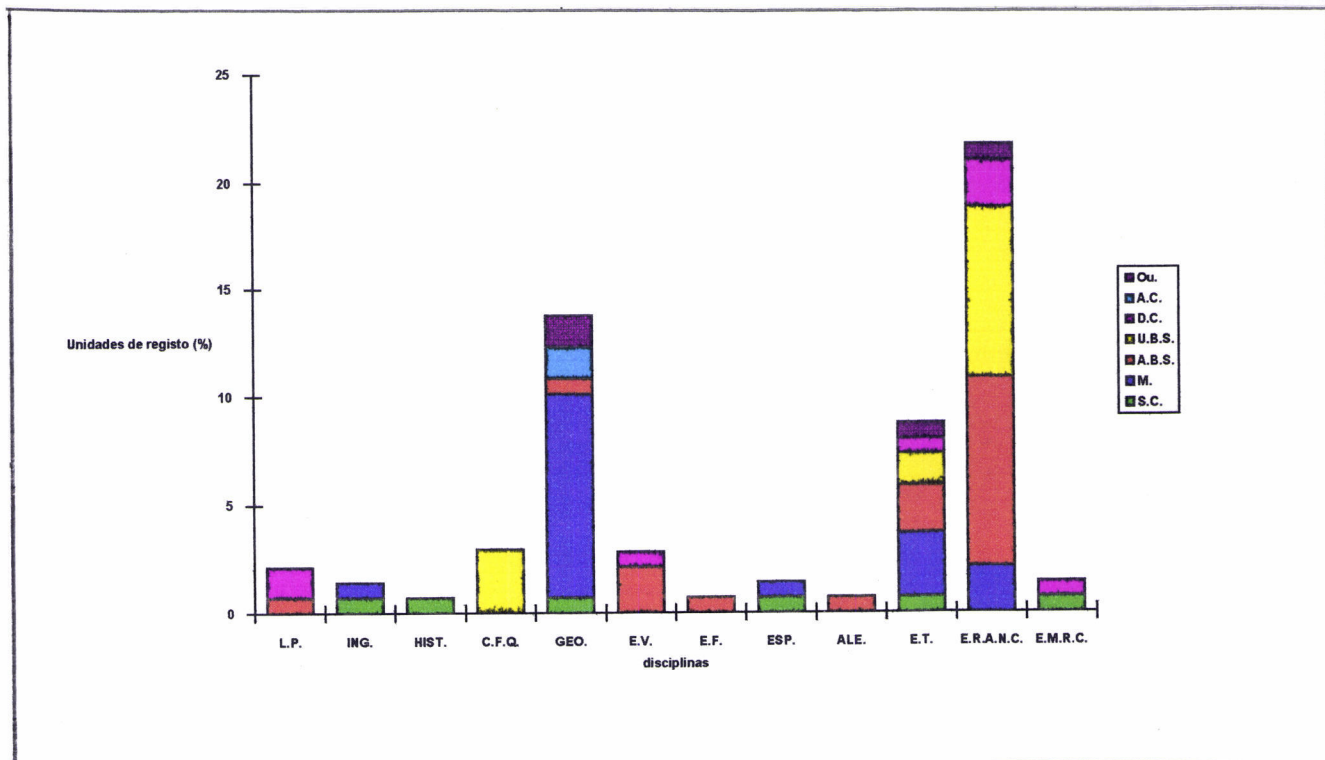


Gráfico nº 8 - Contributo das disciplinas do 2º ciclo para as diversas categorias da componente consumo.



**Legenda:** Categorias D.C. - Defesa do Consumidor, U.B.S. - Utilização de Bens e Serviços, A.B.S. - Aquisição de Bens e Serviços, M. - Mercado.

Gráfico n° 9 - Contributo das disciplinas do 3º ciclo para as diversas categorias da componente consumo.



**Legenda :** Categorias Ou. - Outros, A.C. - Ambiente e Consumo, D.C. Defesa do Consumidor, U.B.S. - Utilização de Bens e Serviços, A.B.S. - Aquisição de Bens e Serviços, M. - Mercado, S.C. - Sociedade de Consumo.

Da sua comparação verificamos:

- no 1º ciclo, o contributo significativo da área de Estudo do Meio, possibilita sobretudo a compreensão de assuntos relativos à organização e funcionamento do mercado e utilização de bens e serviços;
- na generalidade no 2º ciclo a componente consumo é pouco estudada, com excepção de assuntos ligados á defesa do consumidor. Como são leccionados na Educação Moral e Religiosa Católica não abrangem toda a população escolar.
- no 3º ciclo, foram identificadas unidades de registo para todas as categorias. Os assuntos passíveis de serem tratados em maior número de disciplinas são os relacionados

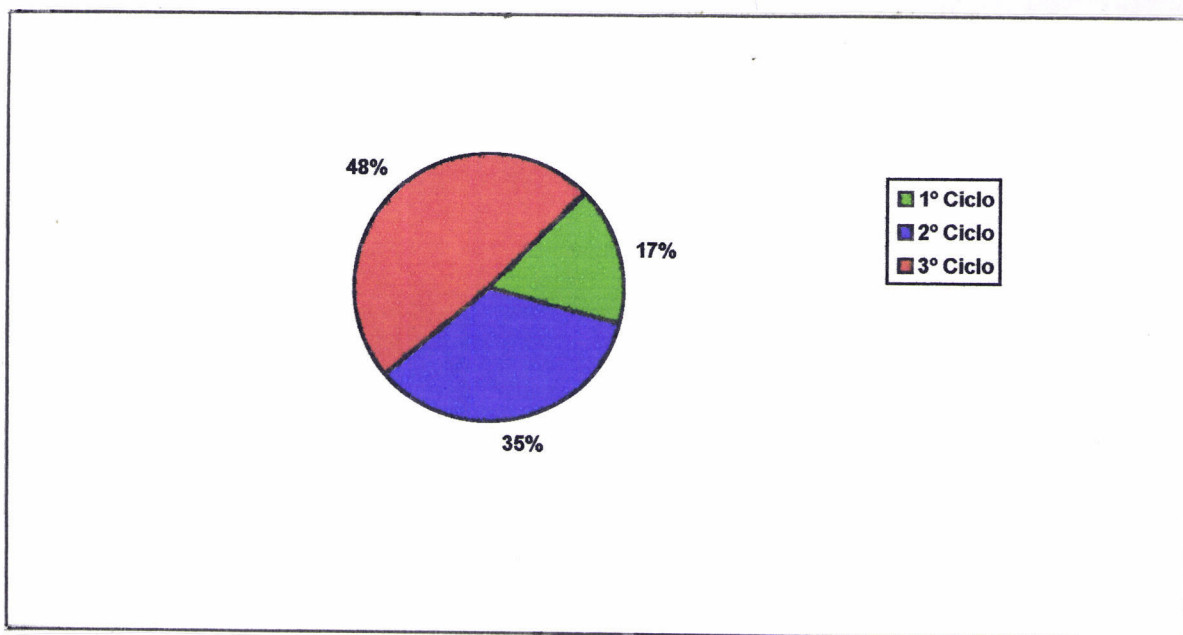


com a Aquisição de Bens e Serviços; seguem-se os que possibilitam a compreensão da organização e funcionamento do mercado. Nas disciplinas de opção, salientamos o contributo dado pelo Francês, favorecendo a interligação entre a Aquisição e Utilização de Bens e Serviços, com o contexto económico e a Defesa do Consumidor. Os conteúdos da Geografia, possibilitam a aquisição de conhecimentos essencialmente relacionados com o funcionamento do Mercado. É a única disciplina onde localizamos unidades de registo na categoria Ambiente e Consumo. Em termos globais o programa que maior contributo dá para o estudo da componente consumo, no ensino básico é a área de Estudo do Meio (1º ciclo), seguem-se por ordem de importância o Francês (L.E.II), a Geografia e a Educação Tecnológica (3º ciclo).

Componente ambiente

Comparando o contributo das várias disciplinas, em número de unidades de contexto e de registo, verificamos que para a componente ambiente é bastante superior. Foram identificadas 534 unidades de contexto, cuja localização nos níveis de organização dos programas pode ser observada, no quadro nº 47 (em anexo, p. 152). A distribuição das unidades de contexto, por ciclo, pode ser visualizada no gráfico, nº10.

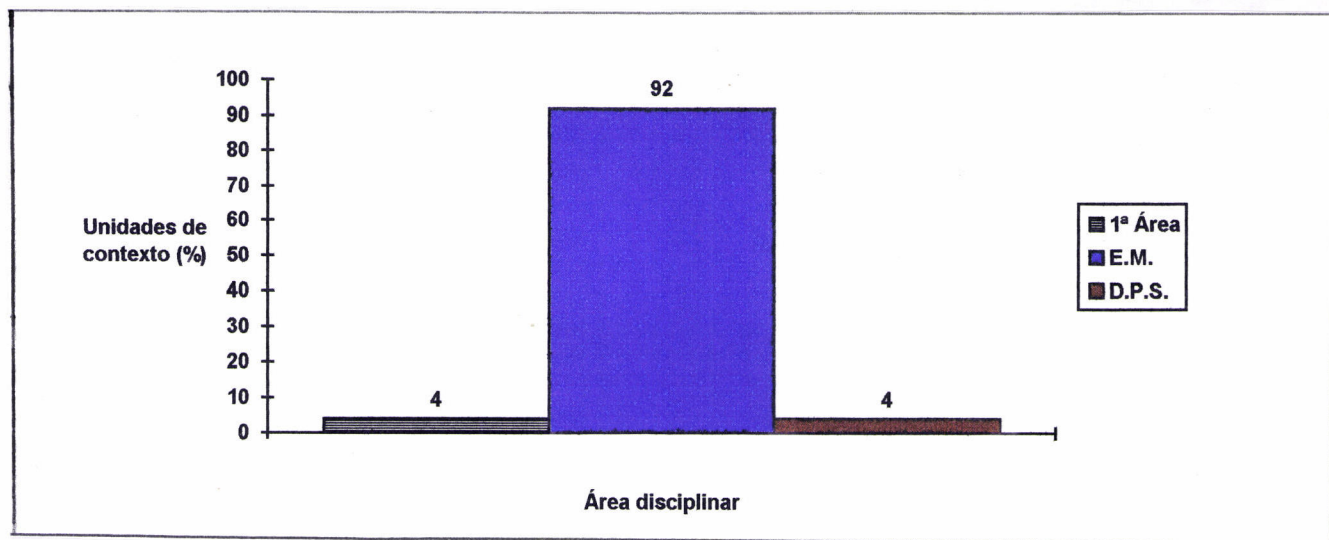
Gráfico nº 10 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente por ciclo.



A distribuição das unidades de contexto, pelas áreas disciplinares/disciplinas, por ciclo, apenas ao nível dos conteúdos/objectivos específicos, aparece representado nos gráficos nº11,12 e 13.

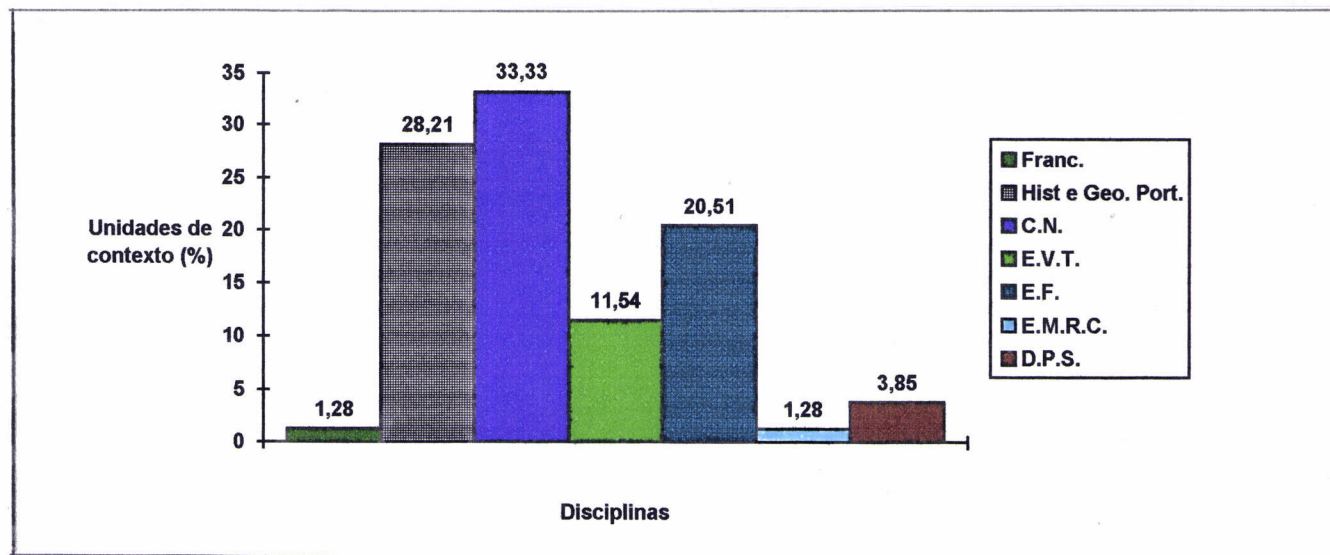


Gráfico nº11 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente pelas áreas disciplinares do 1º ciclo.



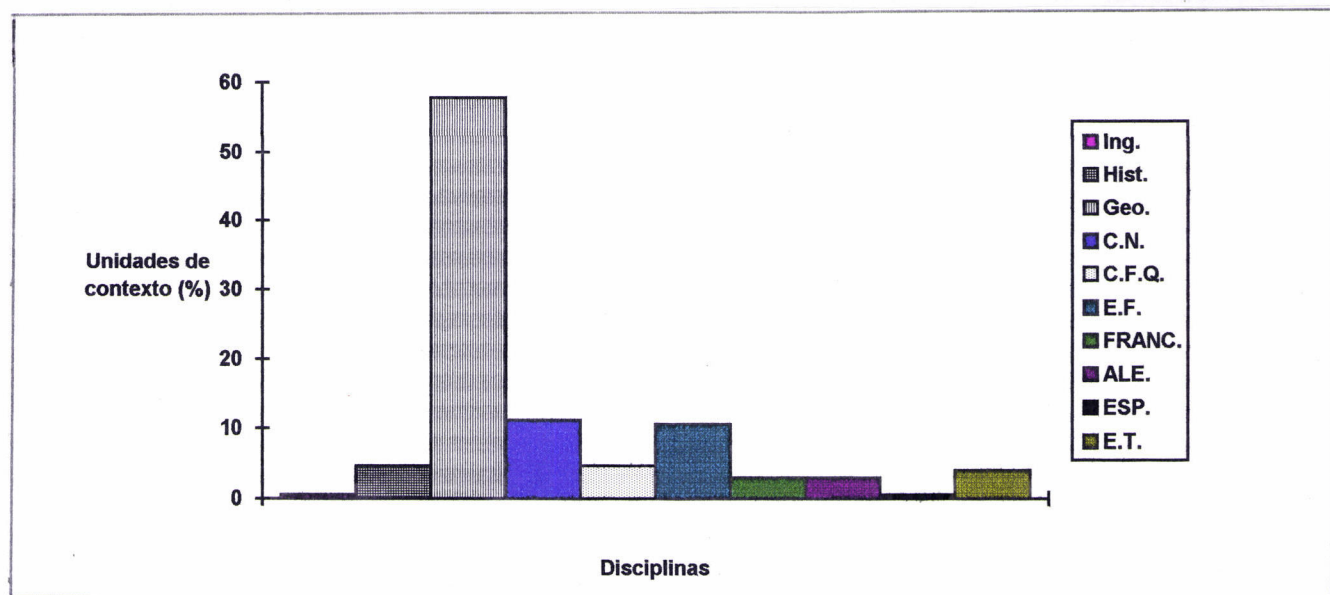
Legenda: Área disciplinar E.M - Estudo do Meio, D.P.S. - Desenvolvimento Pessoal e Social.

Gráfico nº12 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente, pelas disciplinas no 2º ciclo.



Legenda: Disciplinas Franc. - Francês (L.E.I), Hist. e Geo. Port. - História e Geografia de Portugal, C.N.- Ciências da Natureza, E.V.T. - Educação Visual e Tecnológica, E.F. - Educação Física, E.M.R.C. - Educação Moral e Religiosa Católica, D.P.S. - Desenvolvimento Pessoal e Social.

Gráfico nº13 - Distribuição das unidades de contexto da componente ambiente pelas disciplinas no 3º ciclo.



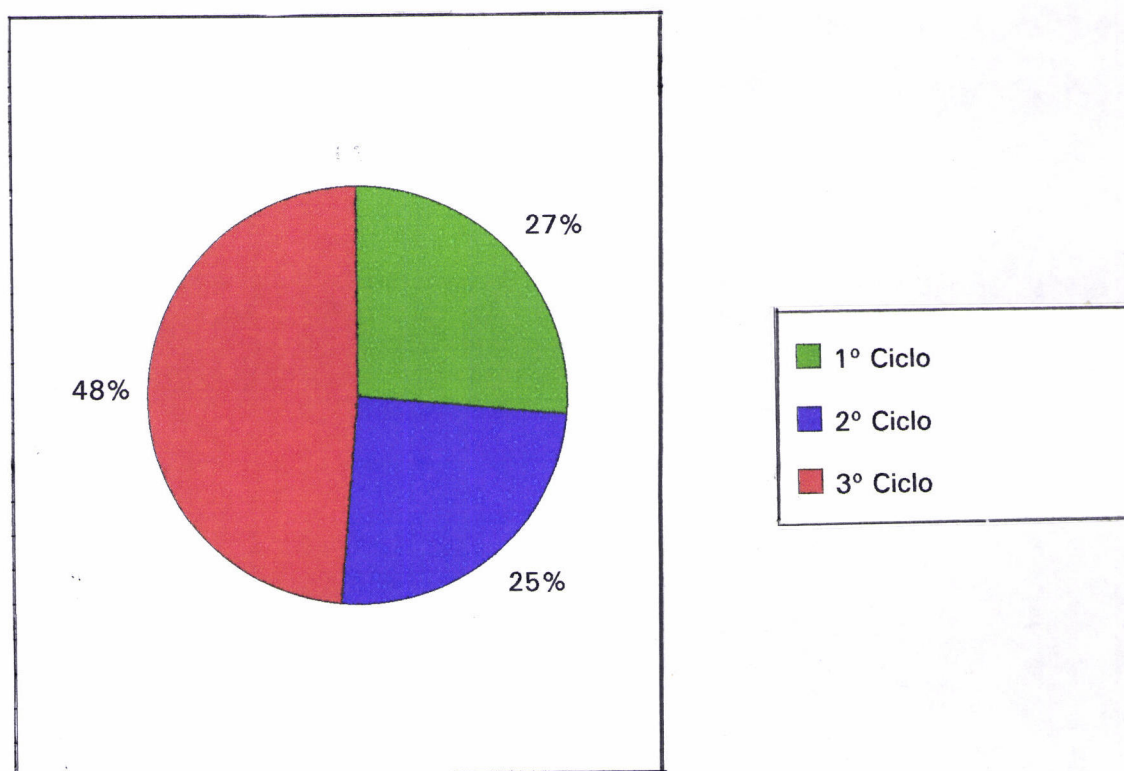
**Legenda:** Disciplinas Ing. - Inglês ((L.E.I), Hist. - História, Geo. - Geografia, C.N. - Ciências Naturais, c.F.Q. - Ciências Física-Química, E.F. - Educação Física, Franc. II - Francês (L.E.II), ALE - Alemão, ESP. - Espanhol, E.T. - Educação Tecnológica.

Tal como para a componente consumo é a área de Estudo do Meio, que no 1º ciclo dá contributo mais significativo (92%). No 2º ciclo são as Ciências da Natureza (33%), A História e Geografia de Portugal (28%) e a Educação Física (20%). No 3º ciclo, a Geografia e as Ciências Naturais conjuntamente contribuem com cerca de 70% do total das unidades de contexto. No entanto é sem dúvida a Geografia que dá maior contributo (57%). Entre as disciplinas opcionais destaca-se a Educação Tecnológica, com cerca de 4%. A disciplina de Educação Física, em termos qualitativos baixa de importância, porque as referências aparecem associadas, dentro do programa, às matérias alternativas (logo sem carácter obrigatório); e dizem apenas respeito aos cuidados a ter na preservação do ambiente, durante a prática dessas actividades desportivas. Observação semelhante é aplicável a esta disciplina, no 3º ciclo. Verificamos também discrepâncias significativas na importância das disciplinas de Ciências da Natureza e Ciências Naturais, em termos qualitativos. Estas disciplinas tem mais importância, no estudo do ambiente, que o valor quantitativo correspondente. Este desfasamento deve-se à estrutura do programa, que descreve em termos muito gerais os conteúdos, desenvolvendo mais os aspectos relacionados com as sugestões metodológicas. São as disciplinas com maior

número de unidades de contexto nas sugestões metodológicas, 49 e 35 respectivamente, contra as 26 e 19 que lhes correspondem nos conteúdos/objectivos específicos.

As 324 unidades de contexto dos conteúdos/objectivos específicos correspondem 430 unidades de registo, assim distribuídas pelos três ciclos.

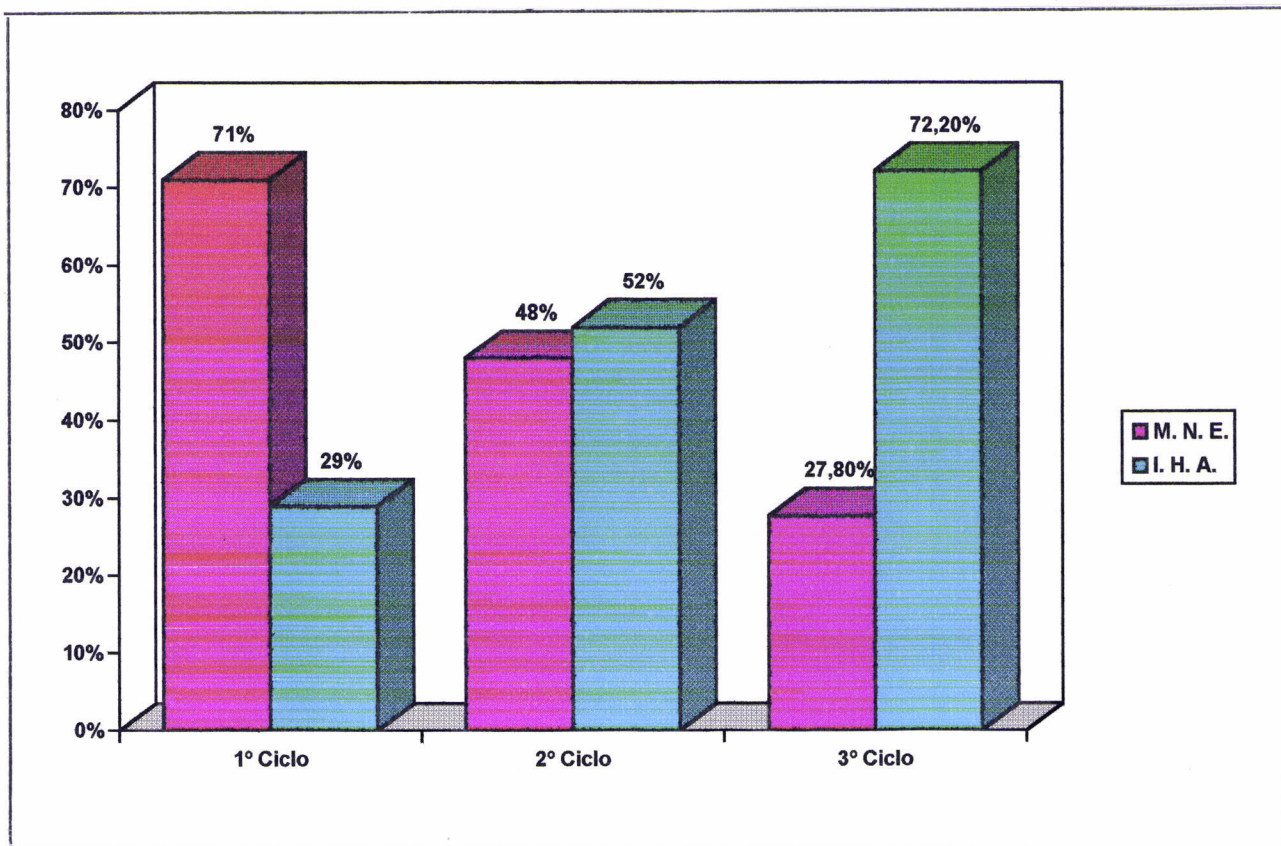
Gráfico 14 - Distribuição das unidades de registo da componente ambiente pelos três ciclos.



No gráfico nº 15, podemos observar a distribuição das unidades de registo por categoria, para a componente ambiente, nos vários ciclos.



Gráfico nº 15 - Distribuição das unidades de registo por categoria, para a componente ambiente, nos vários ciclos.

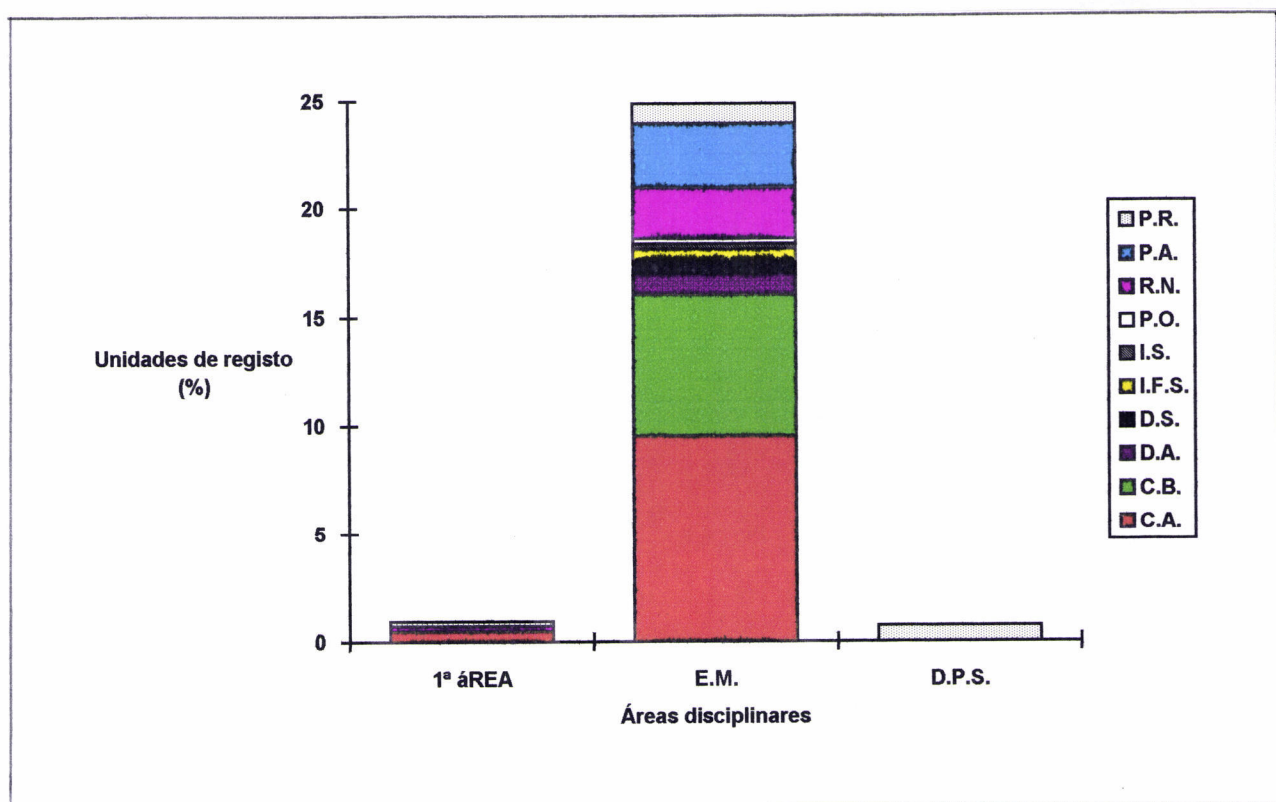


**Legenda:** Categorias M.N.E. - Meio Natural Envolve, I.H.A - Intervenção Humana no ambiente.

A distribuição das unidades de registo pelas duas pelas categorias , revela que o estudo do meio natural envolvente se faz principalmente no 1º ciclo, para no 2º ser quase igualado e no 3º ciclo ultrapassado pelo estudo da intervenção do homem no ambiente. A sua distribuição, pelas subcategorias, nos vários ciclos e disciplinas, pode ser visualizada respectivamente nos gráficos 16, 17 e 18.

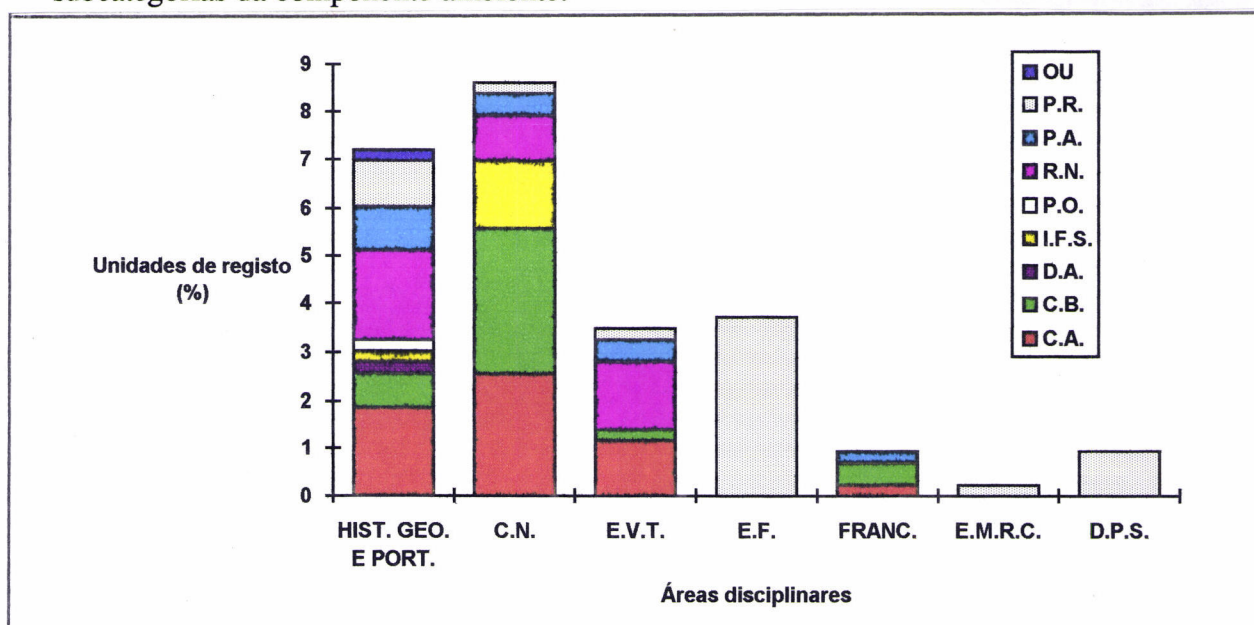


Gráfico nº 16 - Contributo das áreas disciplinares do 1º ciclo, em unidades de registo, para as subcategorias da componente ambiente.



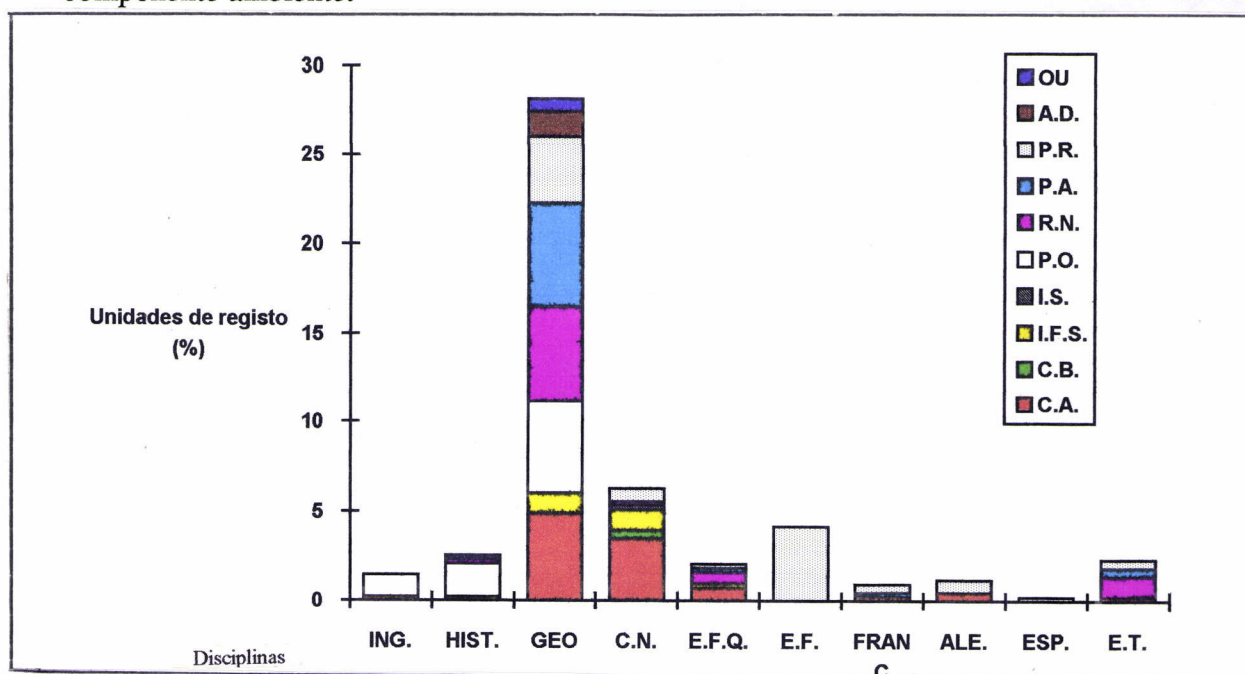
**Legenda:** Subcategorias P.R. - Preservação do Ambiente, P.A. - Problemas ambientais, R.N. - Recursos Naturais, P.O. - População, I.S. - Interações entre seres vivos, I.F.S - Interações dos seres vivos com o meio físico-químico, D.S. - Diversidade de seres vivos, D.A. Diversidade de ambientes, C.B. - Componente biótica, C.A. - Componente abiótica.

Gráfico nº 17 - Contributo das disciplinas do 2º ciclo, em unidades de registo, para as subcategorias da componente ambiente.



**Legenda:** Subcategorias Ou. - Outros, P.R. - Preservação do ambiente, P.A. - Problemas ambientais, R.N. - Recursos Naturais, P.O. - População, I.F.S. - Interações dos seres vivos com o meio físico-químico, D.A. - Diversidade de ambientes, C.B. - Componente Biótica, C.A. - Componente abiótica.

Gráfico nº 18 - Contributo das disciplinas do 3º ciclo, para as diversas subcategorias da componente ambiente.



**Legenda:** Subcategorias Ou. - Outros, A.D. - Ambiente e Desenvolvimento, P.R. - Preservação do Ambiente, P.A. - Problemas ambientais, R.N. - Recursos Naturais, P.O. - População, I.S. - Interações entre seres vivos, I.F.S. - Interações dos seres vivos com o meio físico-químico, C.B. - Componente Biótica, C.A. - Componente abiótica.

O estudo da componente abiótica, assume maior importância no 1º ciclo. O da componente biótica é significativo nos 1º e 2º ciclos. O estudo da população humana faz-se essencialmente no 3º ciclo. O estudo dos recursos naturais, problemas ambientais e preservação do ambiente faz-se ao longo de toda a escolaridade básica.

Da sua análise podemos verificar:

- serem os assuntos relacionados com a preservação do ambiente, os que com maior frequência são tratados pelas diversas disciplinas, segue-se a componente abiótica, os recursos naturais e os problemas ambientais.

- no 2º ciclo, o estudo do Meio Natural Envoltivo e da Intervenção Humana no Ambiente centram-se ao nível da História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza e Educação Visual e Tecnológica;

- no 3º ciclo, o maior contributo é dado pela Geografia, Ciências Naturais, seguidas da História, E.Tecnológica e Ciências Físico-Química. O estudo da população faz-se na Geografia e é nela que se estabelecem as inter-relações mais acentuadas entre população, recursos naturais e problemas ambientais, com percentagens bastante elevadas em cada uma destas subcategorias. Referem-se também explicitamente as relações entre o estado do ambiente e os níveis de desenvolvimento, o que não acontece nas restantes disciplinas.

- o estudo da componente abiótica e biótica é realizado essencialmente na Área de Estudo do Meio, no 1º ciclo; nas Ciências da Natureza do 2º ciclo e nas Ciências Naturais e Geografia do 3º ciclo. A disciplina que mais contribui, no ensino básico, para o estudo da população, recursos naturais, problemas ambientais e preservação do ambiente é a Geografia.

Relacionando os resultados com os conhecimentos a adquirir pelos alunos, verificamos teoricamente, que tais conhecimentos serão maximizados nos alunos que no 3º ciclo escolherem como opção o Francês (L.E.II) ou a Educação Tecnológica.. Torna-se mais difícil precisar a escolha entre as disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica e o Desenvolvimento Pessoal e Social, embora o conteúdo teórico de carácter obrigatório dê vantagem à primeira. A segunda em propostas de trabalho ultrapassa significativamente a primeira; dada a flexibilidade deste último programa, estas propostas poderão ser

trabalhadas num ano do ciclo, em vários anos, em todos ou em nenhum. Só nesta última hipótese iria beneficiar certamente o aluno que tivesse optado pela Educação Moral e Religiosa Católica.

### 2.3 - Análise qualitativa

A análise abrangerá os aspectos ligados a capacidades, atitudes e conhecimentos que nos programas escolares do ensino básico permitam ao aluno desenvolver o perfil de um ecoconsumidor.

#### - Domínio das capacidades e atitudes

Particularmente importante será o desenvolvimento de capacidades e atitudes como a autonomia, espírito crítico, responsabilidade, respeito, capacidade de intervenção e hábitos de análise de fontes de informação. Estas competências vêm na linha do previsto nos artigos 7º e 8º da Lei de Bases do Sistema Educativo. De acordo com a recolha de dados efectuada ao nível dos princípios orientadores, finalidades e objectivos gerais dos programas (ver Quadros nº 29 e 30, em anexo nas pp. 113 a 124), verificamos serem estas competências desenvolvidas em muitas áreas disciplinares ou disciplinas.

É sobretudo na forma de atitudes e capacidades que explicitamente aparece veiculada a componente consumo: "... assumindo uma atitude atenta em relação ao consumo" (ver quadro nº 1, em anexo, p. 14), "... participar em iniciativas para a defesa do consumidor.", "... tomar atitudes críticas face às solicitações da publicidade." ou "... promover a integração na comunidade no sentido da defesa do consumidor." (ver quadros nº 2 e 3, em anexo, pp. 15 e 16).

O desenvolvimento destas capacidades e atitudes só fará sentido se for associado a um

conjunto de matérias que constituam o seu fundamento teórico. Seria necessário que os conteúdos programáticos contemplassem as diversas dimensões do consumo e propiciassem o seu tratamento interdisciplinar.

- Matérias

De acordo com o Quadro nº 31 (em anexo, p. 125), verificamos que as referências programáticas explícitas à inter-relação entre os fenómenos do ambiente e do consumo são escassas; normalmente aparecem indicadas nas observações/sugestões metodológicas. Em termos de conteúdo, o programa de Geografia apresenta a criação de necessidades de consumo crescente nos países industrializados como factor de agressão ao ambiente. No de Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) é colocado o problema do impacte ambiental do consumo de sprays. Levantam-se também as questões relativas à compatibilização da preservação do ambiente com as exigências da sociedade de consumo, nos programas de Desenvolvimento Pessoal e Social do 2º e 3º ciclos.

Encontramos uma série de assuntos que podem ser directamente associados à componente consumo. Os quadros nº 4 a 14 (em anexo, pp. 18 a 35) apresentam a distribuição das unidades de registo correspondentes a essas matérias, nas diversas disciplinas ou áreas disciplinares, ao longo da escolaridade básica.

No 1º ciclo, salientamos dois princípios orientadores que poderão enformar a perspectiva ecológica do consumo, se desenvolvidos simultaneamente. O primeiro, aponta para a

necessidade de confrontar os alunos com problemas concretos da comunidade, de modo a compreenderem gradualmente o seu papel de agentes dinâmicos na sua transformação (ver quadro nº 1, em anexo na p. 14). O segundo, incluído na componente ambiente (ver quadro nº 16, em anexo na p. 46), pretende que aprofundem o conhecimento da Natureza, Sociedade e suas relações.

A educação do consumidor geralmente não é apresentada como uma prioridade. Só no programa de Ciências da Natureza aparece como uma finalidade (ver quadro nº 20, em anexo p. 60). Como objectivo geral, é referida na Área de Estudo do Meio (1º ciclo), Educação Visual e Tecnológica (2º ciclo) e Educação Visual e Educação Tecnológica (3º ciclo) (ver respectivamente os quadros nº 1, 2 e 3, em anexo, nas pp. 14 a 16).

Os programas que têm servido à concretização da política do consumidor, têm tido como objectivo principal assegurar os direitos básicos do consumidor; entre eles o direito à protecção da saúde e segurança, tem sido a primeira prioridade (M.A.R.N./S.E.A.D.C., 1991). Os programas do ensino básico vão de encontro a esta prioridade; existe mesmo um fio condutor que permite o seu aprofundamento ao longo dos três ciclos. Um dos maiores atentados a este direito tem a ver com um conjunto de problemas referentes à higiene alimentar, à má nutrição e deficiência nas condições sanitárias (M.A.R.N./S.E.A.D.C., 1991). No 1º Ano, na Área de Estudo do Meio, pretende-se ajudar a colmatar o problema da má nutrição, pelo estudo da importância da alimentação variada. No 2º, 6º e 8º anos, a atenção vai para as normas de higiene alimentar. O conhecimento destas regras, poderá permitir o desenvolvimento de competências no domínio da Aquisição de Bens, condicionando as suas escolhas, como consumidor.

Entre os países da Europa comunitária, Portugal apresenta as maiores taxas de acidentes com produtos de consumo, onde se destacam os acidentes domésticos e de lazer. A sua ocorrência está relacionada com a má utilização ou utilização para outros fins de bens de consumo (M.A.R.N./S.E.A.D.C., 1991). Uma vez que as crianças, são dos grupos mais afectados, parece-nos muito pertinente o tratamento destas questões logo a partir do 1º ano. Entre os assuntos tratados temos os cuidados a ter com objectos, produtos perigosos, electricidade, uso de meios de transporte, importância da observação das instruções contidas nos rótulos das embalagens e sinalização relativa à segurança. As áreas ou disciplinas que favorecem esse estudo são a área de Estudo do Meio (1º ciclo), Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) e Ciências Física-Química (3º ciclo).

É ainda no âmbito da protecção da saúde e segurança que a Lei de Defesa do Consumidor, reconhece o direito ao cidadão de ser defendido contra práticas desleais ou irregulares da publicidade. A descodificação da mensagem publicitária é tratada, no ensino básico, sobretudo a partir do 2º ciclo. As disciplinas envolvidas poderão ser a Matemática, Educação Visual e Tecnológica (2º ciclo), Geografia (9º Ano), Língua Portuguesa, Francês (L.E.II), e Educação Moral e Religiosa Católica (8º Ano), Educação Visual, Educação Tecnológica e Desenvolvimento Pessoal e Social (3º ciclo). O estudo do fenómeno publicitário pode tornar-se um instrumento ao serviço da defesa do consumidor, favorecendo o assumir de atitudes críticas na aquisição de bens e serviços.

Na salvaguarda dos interesses económicos do consumidor, o papel do Estado é garantir o



funcionamento equilibrado do mercado. Nos programas escolares encontramos um conjunto de matérias na área de Estudo do Meio (1º ciclo), Francês (L.E.I), História e Geografia de Portugal, Educação Física e Inglês (L.E.I), Educação Visual e Tecnológica (2º ciclo), Geografia, Inglês (L.E.I), Francês (L.E.II), Espanhol (L.E.II), Educação Tecnológica (3º ciclo), que favorecem a compreensão da organização e funcionamento do mercado. Adquirem conhecimentos sobre os principais produtos e serviços, principais fluxos de produtos a nível mundial, controle dos circuitos comerciais, formas de comercialização e controle de qualidade. Assuntos como a concorrência, práticas anticoncorrenciais, regulamentação de preços e vendas, créditos ao consumo, reparação de danos e condições contratuais não são abordados; este facto pode em parte justificar-se dada a complexidade destas matérias face ao nível etário dos alunos.

O direito à representação pode ser explorado sobretudo na Educação Moral e Religiosa Católica, no 5º Ano. Não abrange assim, todos os alunos que frequentam a escolaridade básica. O programa de Educação Cívica também favorece o tratamento destes assuntos e do acesso à justiça, se para tal for orientado.

Assuntos relativos à sociedade de consumo, permitem conhecer o contexto social onde decorrem as actividades de consumo, na História (9º Ano). No Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) a atenção vai para os mecanismos de incentivo ao consumo. Na Educação Tecnológica (3º ciclo), estuda-se a influência do contexto histórico em que os objectos são produzidos.

Existe ainda um conjunto de matérias, que sem aparecerem directamente ligadas à temática

do consumo a poderão tornar mais compreensível. São disso exemplo, conteúdos do Estudo do Meio, no 1º ciclo; da História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza, no 2º ciclo e da História, Geografia, Ciências Naturais e Educação Tecnológica, no 3º ciclo.

A História e Geografia de Portugal e a História, facilitam a compreensão dos diversos sistemas económicos, o papel da actividade comercial, a evolução das relações de produção e consumo e do contexto histórico propício à emergência da sociedade de consumo. Os conteúdos do 5º e 6º anos são tratados de modo mais aprofundado no 3º ciclo. Assim no 5º e 7º anos os recursos naturais são apresentados como pólos de atracção e fixação das populações, na Península Ibérica, desde a Pré-História. No 7º Ano, no conteúdo - Das sociedades recolectoras às primeiras civilizações, compreendem a passagem da economia de recollecção à de produção, as suas implicações no aumento da população e a influência das condições naturais no desenvolvimento da humanidade. No Mundo Romano, caracterizam a economia romana; no Mundo Muçulmano em expansão, a sua expansão comercial. No 5º e 7º anos, no estudo do Desenvolvimento Económico, Relações Sociais e Poder Político, salientamos assuntos relativos ao comércio interno (feiras e mercados) , externo e sua importância. No 8º ano, na Expansão e Mudança nos séc. XV e XVI, estuda-se o comércio à escala mundial, a disputa dos mares e a afirmação do capitalismo comercial. No 6º e 8º Anos, no séc. XVIII, salienta-se o mercantilismo, a revolução agrícola e o arranque da revolução industrial. No 9º ano, ao dar-se o tema - A Europa e o Mundo no limiar do séc. XX, a atenção vai para as transformações económicas do após-guerra no mundo ocidental, a crise do capitalismo nos anos 30, o dinamismo económico dos países capitalistas, tornando compreensível a emergência das sociedades do bem estar e a atracção do consumo.

O Estudo do Meio (3º ano), permite o estudo da indústria no meio local; a Geografia (7º e 9º anos) o estudo da diversidade das áreas urbano-industriais europeias e mundiais com os tipos de indústria que nelas predominam. Estes conteúdos facilitam a compreensão dos impactes da actividade industrial no consumo e no ambiente.

A Educação Tecnológica (3º ciclo), no conteúdo Produção, possibilita o conhecimento das razões culturais e sociais do funcionamento do aparelho produtivo, suas formas de organização e gestão. No conteúdo Material, conhecem os processos de extracção e transformação das matérias-primas em materiais.

Finalmente no Quadro nº 32 (em anexo, nas pp. 126 a 129) encontramos um conjunto de matérias - Habitação, Tempos Livres, Qualidade de Vida e Prevenção de Toxicodependências - que podem ser tratadas do ponto de vista da educação do consumidor, embora nos programas não se aponte o seu tratamento nessa perspectiva.

#### A componente ecológica do consumo

A componente ambiente é leccionada predominantemente no Estudo do Meio (1º Ciclo), Ciências da Natureza (2ºCiclo), Ciências Naturais e Geografia (3º Ciclo). Os conteúdos que favorecem a sua articulação com o consumo são os relacionados com a exploração dos recursos naturais, problemas ambientais e preservação do ambiente.

A visão do Homem como utilizador de recursos naturais é particularmente identificável na área de Estudo do Meio (3º e 4º anos), nas Ciências da Natureza (5º ano), Ciências Naturais (7º ano), História e Geografia de Portugal (5º e 6º anos), História (7º, 8º e 9º anos),

Ciências Física-Química (8º ano), Geografia (7º e 9º anos), Educação Visual e Tecnológica (5º e 6º anos) e Educação Tecnológica (7º, 8º, e 9º anos).

É no 1º ciclo que mais explicitamente transparece a importância da Biosfera como fonte de recursos, que transformados nas actividades económicas satisfazem as necessidades de consumo. Na agricultura como fonte de matérias-primas estabelecem a relação entre o trigo e a produção de farinha, do tomate com a produção de concentrado e das uvas com o vinho. Associam também a criação de gado com os lacticínios, a salsicharia e os curtumes e a pesca com as conservas. Estas actividades são ainda apresentadas como fonte directa de alimentos. A partir do 2º ciclo, o elo desta cadeia é menos explícito. Nas Ciências da Natureza (6º ano) apenas aparece uma referência às plantas como fonte de alimento e matérias-primas. Da matéria-prima ao produto e ao consumo não há qualquer indicação. Na História esse fio condutor já está mais implícito ao dar-se a relação dos recursos naturais com a fixação das populações na Península Ibérica ao longo dos tempos. Esta relação de populações com os recursos volta a ser retomada no 3º ciclo, na Geografia, mas no contexto actual.

Os conteúdos programáticos da Área de Estudo do Meio (1º ciclo), Educação Visual e Tecnológica (2º ciclo), Geografia, Ciências Naturais e Educação Tecnológica (3º ciclo) facilitam a compreensão dos impactes no ambiente das actividades de extracção e transformação. A Geografia estende a responsabilidade dos impactes à urbanização, transportes e turismo. As actividades domésticas são apenas explicitamente referidas como factor de poluição das águas interiores.

A ponte que estabelece a relação do consumidor com os problemas ambientais e a sua responsabilidade na preservação é dificilmente identificável no 1º ciclo. Nos problemas ambientais (3º ano) estuda-se a poluição ligada às actividades de produção (agricultura,

criação de gado e exploração de pedreiras). Os assuntos relacionados com a preservação são sobretudo estudados no 4º ano. Os alunos ficarão a conhecer formas de promoção do ambiente. Trata-se de um objectivo muito geral, impossibilitando a identificação dos aspectos e a natureza das formas de promoção a privilegiar. No 2º ciclo, nas Ciências da Natureza (5º ano) poderão estabelecer essas relações quando solicitados a fazer propostas para a resolução dos problemas ambientais; no 6º ano quando ao assumirem-se como agentes poluidores no dia a dia enunciam formas de melhorar o seu comportamento, evitando o esgotamento dos recursos da Terra. Na Educação Visual e Tecnológica, na exploração da problemática do desperdício de energia são sensibilizados para a necessidade da sua economia e para o uso de fontes de energia renováveis; embora estes conteúdos se apresentem como facilitadores de uma reflexão sobre o contributo que podem ter, como consumidores, na preservação do ambiente não há indicações explícitas nesse sentido.

No 3º ciclo, Ciências Naturais (7º ano) , o estudo dos problemas ambientais centra-se na acumulação de materiais residuais - necessidade de reciclagem, face ao qual poderão propor soluções. Na definição deste conteúdo acentua-se a importância da reciclagem, sem referência à possibilidade de redução dos consumos, à reutilização, ao uso e escolha de materiais biodegradáveis ou mais duráveis. A procura de soluções, deixa em aberto algumas possibilidades. Os alunos deverão compreender a necessidade de uma gestão racional dos recursos naturais, mas as sugestões de tratamento do tema continuam a não ser explícitas, no papel que o consumidor pode desempenhar. Observações análogas se aplicam aos programas de Ciências Físico-Química e Educação Tecnológica, nos conteúdos relativos à necessidade de racionalização dos consumos de energia e matérias-primas; no primeiro ainda se prevê nos objectivos gerais o desenvolvimento da capacidade de planearem e porem em prática medidas para a diminuição do consumo de energia, o que vem de encontro aos nossos interesses.

A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, propõe que os governos orientem as suas acções de acordo com os seguintes princípios: revigorar o crescimento e alterar a sua qualidade, conservar a base de recursos, garantir um nível sustentável da população, reorientar a tecnologia e gerir os riscos, integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões, reformar as relações económicas internacionais, reforçar a cooperação internacional.(M.P.A.T., 1987)

À luz destes princípios, verificamos que os programas do ensino básico, apontam essencialmente para a conservação da base de recursos. É efectivamente o programa de Geografia , 9º ano (M.E/D.G.E.B.S., 1991s), que mais sensibiliza para este tipo de questões. Assim, nos objectivos gerais do tema - A População e os Recursos a Nível Mundial, sensibilizam-se os alunos "... para a necessidade de um ajustamento permanente entre os comportamentos demográficos e os recursos disponíveis" (M.E/D.G.E.B.S., 1991s, p.30), ajudando-os a discernir a necessidade de garantir um nível sustentável da população. Para a consciencialização da necessidade de reformas nas relações económicas internacionais , salientamos na clarificação de conteúdos do tema - A interdependência mundial, que " se destaque o papel das sociedades industrializadas no controle dos circuitos comerciais, em particular, no que se refere à tomada de decisão dos tipos de produtos a produzir e dos preços a praticar" (op. cit., p. 30); do protecționismo como uma das formas de fazer a regulação das balanças comerciais; se relacione "... a incorrecta aplicação dos investimentos estrangeiros, a ajuda monetária internacional e a degradação dos termos de troca com a dependência económica e política dos países não industrializados" (op. cit., p. 38) e se saliente "... a ajuda monetária internacional como forma de promover a cooperação e o desenvolvimento das áreas economicamente mais desfavorecidas" (op. cit., p. 36). Para revigorar e alterar a qualidade do crescimento poderão contribuir as mensagens contidas nos objectivos gerais do tema - As Desigualdades nos Níveis de Desenvolvimento Mundial; permitem reconhecer "... que o desenvolvimento

só poderá ser alcançado com a progressiva supressão dos contrastes relativamente ao bem estar.", (op. cit., p.36) " a importância do desenvolvimento de atitudes de aceitação de diferentes ideias, valores ou interesses acerca do que indivíduos e povos podem entender por bem estar e qualidade de vida " (op. cit., p. 38) e da "... importância de produção de legislação que regule a acção dos cidadãos , em geral e dos agentes económicos em particular, face ao ambiente..." (op. cit., p. 46). No reforço da cooperação internacional, nos objectivos gerais do tema - A Terra, planeta frágil, reconhecem "... a necessidade de desenvolver um esforço comum na preservação e gestão do ambiente, pressupondo uma responsabilização individual e colectiva..." (op. cit., p. 42) e "...se saliente o papel da cooperação internacional dos diferentes governos na gestão e preservação do ambiente..." (op. cit., p. 36). Relativamente à reorientação da tecnologia e previsão de riscos, são estudadas algumas soluções técnico-científicas que contribuem para reduzir o impacto da actividade económica. No Desenvolvimento Pessoal e Social (2º e 3º ciclos) reflectem sobre a relação do progresso científico e tecnológico com o aproveitamento de recursos e diminuição da poluição e sua importância na destruição da natureza.

No que respeita à escolha de produtos e serviços ecológicamente mais compensadores apenas temos duas referências. Uma na disciplina de Geografia (9º ano) quando os produtos biodegradáveis são apresentados como uma das soluções técnico-científicas para a redução do impacto da actividade económica no ambiente. Outra nas sugestões metodológicas da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo), na problematização dos sprays como produtos de higiene e beleza ou uma ameaça ao planeta.

Não há a registar referências explícitas no sentido da criação de formas diferentes de produzir. Ao tratar-se especificamente, na Educação Tecnológica o conteúdo Produção, os factores ambientais são referidos como intervenientes no sistema de produção; mas ao pretenderem que os alunos se apercebam que por detrás de cada objecto há um sistema de

produção com implicações económicas, sociais e culturais determinantes, omitem-se as implicações ambientais. No conteúdo, Objecto Técnico, apenas os sistemas económico e social são apresentados como determinantes da produção de objectos. Nos critérios de escolha de bens não se especificam os critérios, nomeadamente os ecológicos.

No âmbito das necessidades como motor do consumo, apenas nas sugestões metodológicas da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) se propõe que se questione o facto de se consumir para satisfação de necessidades ou de desejos supérfluos. No programa de Geografia, a criação da necessidade de consumo crescente nos países industrializados é apresentada como causa de degradação do ambiente e no de Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) relaciona-se o consumo com a degradação ecológica. Estes programas poderão tornar possível uma reflexão sobre o alcance e os limites do preço ecológico das nossas necessidades.

Apesar dos conteúdos explícitos relativos às componentes ambiente e consumo serem reduzidos na Língua Portuguesa e Matemática, desempenham papel fundamental como instrumentos de interpretação e intervenção no real. A primeira proporciona a aquisição e domínio de técnicas de comunicação oral e escrita (ex: debates, entrevistas, diálogo, discussões), de recolha, organização, análise e interpretação de informação, de estímulo à capacidade de apreensão do significado e intencionalidade das mensagens e na apropriação de técnicas de intervenção oral e escrita (de que são exemplos a elaboração de cartas de reclamação, pedidos de esclarecimento e informação). A Matemática permite a aquisição de técnicas que desenvolvem a capacidade de comunicação, raciocínio e resolução de problemas. O contributo da Estatística, pode revelar-se bastante útil no tratamento de dados nas áreas do ambiente e consumo e sua análise crítica.



As Línguas Estrangeiras intervêm no desenvolvimento de atitudes positivas face a universos culturais e sociais diferentes. Ainda na educação para a comunicação, como fenómeno de interacção social, incentivam o respeito pelos outros, o sentido e entre-ajuda, cooperação e solidariedade com outros povos.

O programa de Educação Cívica não faz referências explícitas às problemáticas do ambiente e consumo, mas no mapa de conhecimentos e objectivos terminais encontramos um conjunto de matérias, indispensáveis ao desenvolvimento da capacidade de intervenção dos consumidores esclarecidos. Os alunos poderão conhecer: a Constituição da República Portuguesa, documentos de consagração e defesa de direitos e liberdades sobre matérias, Instituições de Segurança e Solidariedade Social e Organizações Internacionais. Compreendem a importância desses documentos na garantia de direitos, deveres e liberdades fundamentais; do pluralismo de interesses e opiniões na procura de soluções mais justas; de importância das instituições de solidariedade e segurança social na melhoria da qualidade de vida; da necessidade de cooperação e solidariedade a nível local, nacional e internacional na resolução de problemas; do papel das associações na defesa dos interesses públicos e privados e da opinião pública como instrumento de pressão na formação de compromissos.

Finalmente, da análise dos quadros nº 33, 34 e 35 (em anexo, nas pp. 130 a 133), verificamos que as diversas áreas/disciplinas fornecem indicações da possibilidade de se realizarem trabalhos de natureza multi ou interdisciplinar; no entanto não especificam a(s) parte(s) do programa das outras disciplinas onde se prevê a articulação. De interesse para a nossa temática poderão ser as propostas da Matemática, Ciências da Natureza e Educação Visual e Tecnológica, no 2º ciclo; da História, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Física - Química e Geografia, no 3º ciclo. Identificamos outros temas passíveis de

tratamento interdisciplinar, no âmbito da educação do Consumidor. Esses temas constam do quadro nº 36 (em anexo, pp. 135 e 136).

## CONCLUSÕES

Dado o nosso atraso histórico em termos de desenvolvimento económico, a entrada da sociedade portuguesa na denominada sociedade de consumo é um fenómeno recente. O acesso à grande abundância de produtos e serviços continua restrito aos centros urbanos mais desenvolvidos. O poder de compra é fortemente condicionado pelos fracos recursos económicos.

O facto da concretização das Políticas do Ambiente e do Consumidor estarem na dependência do mesmo ministério poderá vir a ser um elemento facilitador da sua articulação. O país possui um quadro legislativo que atribui responsabilidades na área da informação do consumidor aos fabricantes, distribuidores, embaladores, armazenistas, importadores, às organizações não governamentais de defesa do consumidor, aos meios de comunicação social e a um conjunto de organismos públicos que actuam nas áreas da economia e da saúde. A complementar, temos ainda a considerar, a actuação das suas congéneres na área da defesa do ambiente.

À partida dispomos de um quadro legislativo e institucional, que prevê a chegada ao cidadão comum, através de agentes diversos, da informação que possibilitaria o desenvolvimento de uma consciência ecoconsumerista. É do funcionamento destas estruturas que dependerá o sucesso ou insucesso deste objectivo. Assim, podemos desde já identificar um conjunto de factores condicionantes deste funcionamento: a debilidade organizativa e financeira das associações não governamentais, a falta de formação escolar e profissional de alguns agentes económicos, a carência de meios

financeiros e humanos que torna pouco eficaz o funcionamento dos organismos públicos. Relativamente aos meios de comunicação social, em particular a televisão, embora nos últimos dois anos tenha registado um aumento da informação ligada à defesa do consumidor, o seu papel tem sido mais o de veicular formas de legitimar e reproduzir modelos sociais dominantes na sociedade de consumo (quer através da publicidade, quer da programação ordinária). A programação relativa a temas de ambiente tem sido mais abundante, mais sistemática, por vezes de grande qualidade, mas passa geralmente em horários de fraca audiência.

Nas crianças e jovens em idade escolar, o desenvolvimento da consciência ecoconsumerista irá depender sobretudo da influência da família, do grupo de amigos, dos meios de comunicação social e da escola. É no papel que a escola poderá desempenhar nesta matéria que se centram as conclusões do nosso trabalho. O facto do currículo da Reforma Educativa contemplar a formação do cidadão nas áreas da educação do consumidor, educação para a saúde e educação ambiental, constitui uma peça fundamental do quadro anteriormente descrito.

Ao confrontar os resultados da nossa análise dos programas com a realidade, não queremos deixar de lembrar, que existem diferenças entre o que vem no programa e o enriquecimento que resulta da sua concretização. Esse enriquecimento varia de escola para escola, de acordo com as características do grupo disciplinar, as experiências e vivências dos professores e alunos.

O(s) programa(s) do ensino básico, da reforma educativa:

- possibilitam a educação do ecoconsumidor, na forma de atitudes e capacidades. Estas poderão ser desenvolvidas em associação com a aquisição de conhecimentos científicos, língua materna e no domínio da formação pessoal e social, num mesmo ano em várias disciplinas e ao longo dos vários ciclos;

- apresentam um "deficit" teórico explícito em matérias de ensino-aprendizagem facilitadoras de um estudo integrado das temáticas do ambiente e consumo. Não propiciam, desta forma, o tratamento da temática do consumo numa perspectiva ecológica.

- globalmente integram em todos os ciclos e em várias áreas e disciplinas, matérias que se intencionalmente orientadas, podem servir de suporte à educação do consumidor. Na ausência dessa intencionalidade, o que se poderá proporcionar aos alunos é a exploração desta temática em situações pontuais e pouco frequentes, não conduzindo assim à formação efectiva dos mesmos nesta matéria. Mesmo quando aparecem referências explícitas à formação do consumidor (nas finalidades e objectivos gerais), os programas falham por falta de indicações na especificação dos conteúdos e sugestões metodológicas. Entre os aspectos positivos dos programas salientamos dois. Um tem haver com o facto de estarem em consonância com as linhas orientadoras das políticas comunitária e nacional de defesa do consumidor, nalguns aspectos que se relacionam com a protecção da saúde e segurança. O outro, com a distribuição das matérias, que integram temas passíveis de serem tratados em mais do que um ciclo, possibilitando o seu aprofundamento e tratamento interdisciplinar;

- apresentam maior suporte teórico explícito e mais direccionado para a componente ambiente. Isto talvez possa ser explicado pelo facto do movimento ecológico se ter implantado mais fortemente no tecido social, apesar de ser relativamente mais recente que o consumerista. O estudo da componente ambiente envolve mais as disciplinas comuns a todos os alunos, com maior frequência nos aspectos relativos à preservação do ambiente. No entanto as referências à preservação do ambiente caracterizam-se por elevado grau de generalidade.

- nos conteúdos ligados à exploração dos recursos naturais, problemas ambientais e preservação da natureza, onde se esperava que favorecessem a articulação da componente ambiente com o consumo, dão contributo pouco significativo. A visão do homem como utilizador de recursos é facilmente identificável ao longo dos três ciclos. Em consonância é frequente o apelo à necessidade de conservação da base de recursos naturais. A ponte que estabelece a relação entre a actividade de consumidor com os problemas ambientais e o seu papel na preservação do ambiente, é dificilmente identificável no ensino básico. Os problemas ambientais aparecem sobretudo associados às actividades extractiva e transformadora, o que vem de encontro ao constatado na leitura dos documentos relativos ao estado do ambiente a nível mundial, comunitário e nacional. Pensamos que as referências relativas à solução destes problemas possam contribuir para a consciencialização da necessidade de um sistema de produção que preserve a base ecológica do consumo. Os programas escolares propiciam condições para se proceder à formação de ecoprodutores. Preparando os jovens nas funções de ecoconsumidor e ecoprodutor reduzir-se-ia o potencial conflito que os opõe e a falta de coerência, que por vezes se impõe a cada individuo, no desempenho simultâneo destes dois papéis;

- chamam com frequência a atenção para o papel da publicidade na manipulação do consumidor e criação de novas necessidades, sobretudo a partir do 2º ciclo. Apesar da descodificação da mensagem publicitária ser preocupação frequente não identificámos referências programáticas que explicitamente apontem para a reorientação das necessidades. Apenas os programas de Geografia (3º ciclo) e Desenvolvimento Pessoal e Social (2º ciclo) relacionam a criação de necessidades crescentes de consumo com a degradação ecológica;

- quanto ao programa de Geografia é o único que interrelaciona as questões ligadas à População/Recursos com a problemática do ambiente e do desenvolvimento à escala nacional, europeia e mundial. Através de uma abordagem sistémica os alunos são sensibilizados para a necessidade de se garantir um nível sustentável da população, a reforma das relações económicas internacionais, alterações na qualidade do crescimento, o reforço da cooperação internacional e a reorientação da tecnologia.

Atendendo a que os temas da componente consumo se concentram nos programas do 3º, 6º e 8º anos e os do ambiente nos 1º, 2º, 5º e 7º anos, e à formação possível, no contexto anteriormente descrito, dificilmente se garantirá a formação de um consumidor com capacidade de intervir decidida e conscientemente na preservação do ambiente. Restamos, no entanto, uma hipótese possível da concretização deste objectivo, que é a integração oportuna e sistemática de objectivos da educação do consumidor, quando se fizerem estudos na área do ambiente e vice-versa.

Como considerações finais parece-nos oportuno referir que a generalidade dos programas apresenta as matérias de ensino-aprendizagem do nosso interesse, de forma bastante geral. Como tal corre-se o risco de pouco se fazer, se o professor seguir à risca o que efectivamente vem mencionado. Não pretendemos com isto dizer que a sua reformulação passasse pela promenorização excessiva, mas que se definissem linhas de orientação mais precisas do seu tratamento, na perspectiva da educação do consumidor e ambiente. A pertinência deste facto deve-se à falta de orientação/formação que os professores ainda têm nestas matérias. Outra alternativa será a criação de um programa próprio de educação do consumidor. Este não poderá ser facilmente concretizado se não aparecer claramente descrito o contributo que cada disciplina pode efectivamente dar, pois o nosso modelo de organização curricular, sobretudo nos 2º e 3º ciclos, tem por base as diversas disciplinas.

Uma explicação possível para os programas não contemplarem explicitamente aspectos relativos ao ambiente quando se pretende fazer educação do consumidor e vice-versa, talvez resida no facto da saída/transposição das Resoluções do Conselho de Ministros da Educação (86/C184/07 e 88/C177/03) e a elaboração dos programas ter sido muito próxima.

Ainda à guisa de considerações finais não nos podemos alhear de que a formação do ecoconsumidor não depende apenas de programas escolares bem concebidos. Existem outros factores relacionados com o contexto social envolvente, a formação de professores, a própria estrutura da organização curricular, gestão e administração escolar que facilitam/dificultam a sua formação. Ao nível do contexto social, referimos a necessidade de reforço das mensagens ecoconsumeristas na educação não formal.



Os professores desempenham papel fundamental na transformação do currículo formal em currículo de ensino-aprendizagem. O sucesso da implantação de práticas inovadoras depende muito do valor que atribuem a essas inovações. Essa valoração depende em parte da formação que tiverem. Assim, seriam importante que os cursos de formação de professores contemplassem estas temáticas, quaisquer que fossem as áreas de formação específica. Devendo ter ainda acesso a programas de formação contínua, onde estes assuntos sejam suficientemente aprofundados.

Quanto à estrutura do modelo de organização curricular, dificulta a integração das áreas de formação trans e interdisciplinares. A carga lectiva disciplinar é muito grande, mesmo quando os alunos não frequentam aulas de apoio e complemento educativo e actividades de complemento curricular. De momento, no horário correspondente à disciplina faz-se Área- Escola (que exigirá a concretização do programa de Educação Cívica) e formação transdisciplinar no domínio da Língua Materna e Desenvolvimento Pessoal e Social. Por outro lado, não é suficiente, uma hora semanal para a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (ainda em alternativa à Educação Moral e Religiosa Católica). Esse tempo é insuficiente se atendermos à numerosa e diversificada série de temáticas que lhe são atribuídas no artigo 47º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Relativamente à gestão e administração escolar é possível encontrarmos turmas com número superior a trinta alunos. Faltam materiais bibliográficos e audio-visuais de apoio ao estudo desta temática. A redução da carga lectiva disciplinar facilitaria a criação de espaços comuns nos horários dos professores e alunos, possibilitando a sua reunião periódica. Sem isto, torna-se um trabalho extremamente desgastante que só a persistência e a muito boa vontade, tornam minimamente possível.

Dada a falta de tradição no tratamento destes temas, seria importante a criação de um centro, que a nível nacional apoiasse e assegurasse a difusão e troca de experiências. Parecendo-nos pertinente a sua ligação à figura de um professor coordenador, em cada escola. Esse professor teria como função única e exclusivamente a coordenação dos projectos escolares nestas matérias. Podendo eventualmente estabelecer a ligação dos mesmos projectos com os implementados a nível autárquico, associativo, cooperativo e sindical.

## BIBLIOGRAFIA

ACOT, P. (1990). *História da Ecologia*, Editora Campus, Rio de Janeiro, (1ª edição, 1988).

ALPHANDÉRY, P e outros (1993). *O Equívoco Ecológico*, Instituto Piaget, Lisboa, (1ª edição, 1991).

ALVAREZ MARTIN, M. N. (1992). *La educacion del consumidor dentro del aula*, Instituto Leonardo Torres Quevedo de Santander, España, (texto policopiado).

ASSEMBLEIA CONSULTIVA DO CONSELHO DA EUROPA (1975). *Programa Preliminar da Comunidade Económica Europeia para uma Política de Protecção e Informação do Consumidor*. In J.O. nº 92 de 25 de Abril, Bruxelas.

(1981). *Segundo Programa da Comunidade Económica Europeia para uma Política de Protecção e Informação do Consumidor*. In J.O. nº 133, de 3 de Junho, Bruxelas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1976). *Constituição da República Portuguesa*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, p. 62.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1982). *Constituição da República Portuguesa*, (revisão), Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, p. 70.

(1993). *Constituição da República Portuguesa*, (3ª revisão), Assembleia da República Portuguesa, Lisboa, p. 49.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA (1987). *Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia*, Associação Portuguesa para o Estudo da Integração Europeia, Lisboa, p. 24.

BARDIN, L. (1979). *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa, (1ª edição, 1977).

CAMPBELL, B. (1988). *Ecologia Humana*, Edições 70, Lisboa, (1ª edição, 1983).

CANS, R. (1993). *Verdes - A Encenação Ecológica*, Bertrand Editora, Venda Nova, (1ª edição, 1992).

CAS, R. (1975). *La Defense du Consommateur*, Presses Universtaires de France, Paris.

CASCÃO, I. M. (1989). *Estudo sobre Atitudes e Comportamentos do Consumidor*, Série Estudos, nº 11, I.N.D.C., Lisboa.

CLARKE, R. (1980). *O Nascimento do Homem*, Gradiva Publicações Lda, Lisboa.

CLARK, W. C. (1989). *L'écologie humaine et les changements de l'environnement planétaire*. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 121, vol.XLI, pp. 349 a 376.

CIDADE MAESTRO, E. (1991). *Perspectivas sobre educación de consumidor*, Instituto Nacional del Consumo, Madrid

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1992). *O Estado do Ambiente na Comunidade Europeia*, Com(92), 23 final, Vol. III, Bruxelas.

(1993). *Um Programa da Comunidade Europeia de Política e Acção, em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. In J.O. (93/C138/01), Bruxelas.

CONSUMER'S ASSOCIATION (1979). *Consumer Education*, Consumer's Association and Hodder & Stonghon, London.

COPPENS, Y. (1983). *O macaco, a África e o homem*, Publicações Gradiva Lda, Lisboa.

COSTA, L. M. (1989). *Constituição da República Portuguesa*, 82ª revisão), Editora a Educação Nacional Lela, Porto, p. 42.

DECRETO-LEI nº 100/84 de 29 de Março. (Diário da República, I Série, nº 75).

DECRETO-LEI nº43/89 de 3 de Fevereiro. (Diário da República, I Série, nº 29).

DECRETO-LEI nº286/89 de 29 de Agosto. (Diário da República, I Série, nº 198).

DELÈAGE, J. P. (1993). *História da Ecologia - Uma Ciência do Homem e da Natureza*, Publicações D. Quixote, Lisboa.

DESPACHO nº 73/86 de 25 de Agosto. (Diário da República, I Série, nº 194).

DESPACHO nº 141/M.E./90 de 1 de Setembro. (Diário da República, II Série, nº 202).

DESPACHO nº 142/M.E./90 de 1 de Setembro. (Diário da República, II Série, nº 202).

DESPACHO nº 164/M.E./90 de 24 de Setembro. (Diário da República, II Série, nº 221).

DESPACHO nº 65/M.E./91 de 17 de Maio. (Diário da República, II Série, nº 113).

DESPACHO nº 124/M.E./91 de 17 de Agosto. (Diário da República, II Série, nº 188).

DESPACHO nº 143/M.E./91 de 18 de Setembro. (Diário da República, II Série, nº 215).

DIRECÇÃO GERAL DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1992). *A Defesa do Consumidor nos Objectivos e Conteúdos das disciplinas do Ensino Básico e Secundário*, Comunicação apresentada por um representante da D.G.E.B.S., no I Encontro Nacional de Professores - A Educação do Consumidor na Escola, (texto policopiado).

ESTEVÃO, M. L. (1986). *Administração e Protecção do Consumidor*, Série Estudos, nº1, I.N.D.C., Lisboa.

(1992). *A Educação do Consumidor na Política de Defesa do Consumidor*, Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Professores - A Educação do Consumidor na Escola, Lisboa, (texto policopiado).

FROTA, M. (1993). *Por uma Política de Promoção dos Interesses e de Protecção dos Direitos dos Consumidores*, Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Direito do Consumo, Coimbra, (texto policopiado).

GALBRAITH, J. K. (s/d). *A Sociedade da Abundância*, Publicações Europa-América, Coleção Estudo e Documentos, nº 200, Mem-Martins, (1ª edição, 1957).

GUERREIRO, M. G. (1981). *Os Recursos da Terra*, Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIÕES DE CONSUMIDORES (1987). *O Valor das Pessoas - Problemas do Consumidor à Escala Mundial*. In Revista O Poder Gerador, número e volume únicos, pp. 6 a 10.

INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (1987). *Guia do Consumidor*, I.N.D.C., Lisboa.

(1990)a. *A televisão e a Defesa do Consumidor - Passado Conflituoso, Futuro Incerto*. In Revista O Consumidor, nº 26, pp. 8 e 9.

(1990)b. *Imprensa - Cobertura Positiva*. In Revista O Consumidor, nº 26, p. 10.

- (1990)c. *Imprensa Especializada - Reduzida Expressão*. In Revista O Consumidor , nº 26, p. 10 e 11.
- (1990)d. Rádio - *Interesse crescente pelas questões de consumo*. In Revista O Consumidor, nº 26, pp. 11 e 12.
- (1991). *Movimento Internacional dos Consumidores*. In Revista O Consumidor, nº 31, pp. 14 a 16.
- (1992). *Prioridades da Política de Defesa e Promoção dos Interesses dos Consumidores*. In Revista O Consumidor, nº 39, pp. 9 e 10.
- (s/d). *Alimentação e Defesa do Consumidor*, Dossier Pedagógico.
- (s/d). *Supermercados*, Dossier Pedagógico.
- (s/d). *Publicidade*, Dossier Pedagógico.
- KARPATKIN, R. (1987). *Gente como Nós*. In Revista O Poder Gerador, número e volume únicos, p. 49.
- KATONA, G. (1968). *La Sociedad de Consumo de Masas*, Rialp, Madrid.
- KIERBY, M. C. (1992). *Guia da Reforma Curricular*, Texto Editora, Lisboa.
- LAWLOR, E. (1990). *Direito de Opção e Impulso Económico - o objectivo dos consumidores no mercado único*, Comissão das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- LEI nº 29/81 de 22 de Agosto. (Diário da República, I Série, nº 192).
- LEI nº 46/86 de 14 de Outubro. (Diário da República, I Série, nº 237).
- LEI nº 11/87 de 7 de Abril. (Diário da República, I Série, nº81).
- LIMA, C. P. (1990). *Evolução Humana*, Editora Atica, S. Paulo.
- MACHADO, P. A. (1985). *Ecologia Humana*, Cortez Editora, S. Paulo.

MATEUS, A. e outros (1992). *O Mercado Interno e os Consumidores Portugueses - Impacte Previsível para 1993*, vol. I, I.N.D.C., Lisboa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS (1991). *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal*, M.A.R.N., Lisboa.

(1992). *Ambiente/92*, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS E SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DEFESA DO CONSUMIDOR (1991). *Livro Branco da Defesa do Consumidor*, I.N.D.C., Lisboa, (Pré-publicação).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DIRECÇÃO GERAL DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1990). *Programa do 1º Ciclo - Ensino Básico*, Editorial do M.E., Algueirão.

(1991)a. *Organização Curricular e Programas - Ensino Básico*, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. I, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)b. *Organização Curricular e Programas - Ensino Básico*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. I, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)c. *Programa de Alemão - Plano de Organização do Ensino -Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)d. *Programa de Ciências da Natureza - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)e. *Programa de Ciências Naturais - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)f. *Programa de Ciências Físico-Química*, 3º Ciclo, M.E./D.G.E.B.S., Lisboa, (versão reescrita para consolidação para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)g. *Programa de Educação Física - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)h. *Programa de Educação Física - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)i. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)j. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)k. *Programa de Educação Musical - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)l. *Programa de Educação Musical - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)m. *Programa de Educação Visual e Tecnológica - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)n. *Programa de Educação Visual - Plano de Organização do Ensino Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol.II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)o. *Programa de Educação Tecnológica - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)p. *Programa de Espanhol - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)q. *Programa de Francês - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)r. *Programa de Francês - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)s. *Programa de Geografia - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*

(1991)t. *Programa de História e Geografia de Portugal - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.*



(1991)u. *Programa de História - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)v. *Programa de Inglês, 2º Ciclo*, Reforma Educativa, M.E./D.G.E.B.S., Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)x. *Programa de Inglês - L.E.I.*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, M.E./D.G.E.B.S., Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)y. *Programa de Programa de Inglês - L.E.II*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, M.E./D.G.E.B.S., Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)w. *Programa de Língua Portuguesa - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 2º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)z1. *Programa de Língua Portuguesa - Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol. II, I.N.C.M., Lisboa.

(1991)z2. *Programa de Matemática*, 2º Ciclo, Reforma Educativa, M.E./D.G.E.B.S., Lisboa.

(1991)z3. *Programa de Matemática - Plano de Organização do Ensino -Aprendizagem*, 3º Ciclo, Reforma Educativa, vol.II, I.N.C.M., Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL (1991)a *Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social*, 1º Ciclo, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)b. *Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social*, 2º Ciclo, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)c. *Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social*, 7º Ano, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

(1991)d. *Programa de Educação Cívica*, 3º Ciclo, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, (para aplicação em regime de experiência pedagógica).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1992). *Tratado da União Europeia*, Publirep, Sintra, pp.18 e 69.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1987). *O Nosso Futuro Comum*, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa.

(1989). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território/1989*, Gabinete de estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa.

(1990). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território/1990*, Gabinete de Estudos e Ordenamento do Território, Lisboa.

(1991). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território/1991*, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa.

MORIN, E. e outros (1993). *Os Problemas do Fim do Século*, Editorial Notícias, Lisboa, (1ª edição, 1990).

NAVARRO LOPEZ, M. (1978). Las origens del movimiento del consumidores. In M. NAVARRO LOPEZ (org.) *La Sociedad de Consumo y su Futuro - el caso de España*, Instituto Nacional del Consumo, Madrid.

NAZARETH, J. M. (1988). *Portugal - Os Próximos 20 anos - Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no final do século XX*, vol. III, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PARIKH, J. e outros (1994). Padrões de Consumo: a força propulsora do esgotamento ambiental. In MAY, P. H. e MOTTA, R. S. (org.), *Valorando a Natureza - Análise Económica para o Desenvolvimento Sustentável*, Editora Campus Lda, Rio de Janeiro, pp. 10 e 11.

PORTARIA nº 247/88 de 21 de Abril. (Diário da República, I Série, nº93).

REIS, J. e outros (1992). *O Mercado Interno e os Consumidores Portugueses - Impacte Previsível para 1993*, vol. II, I.N.D.C., Lisboa.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO de 9 de Junho de 1986. (J.O. 86/C184/07).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO de 24 de Maio de 1988. (J.O. 88/ C117/03).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO de 23 de Novembro de 1988. (J.O. 89/C3/01).

RHIND, D. (1991). *Les systemes d'information geographique et les problemes environnementaux*. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp. 693 a 714.

RIVIERE, J.W. M. la (1991). *La coopération entre les sciences naturelles et les sciences sociales dans le domaine de l'environnement planétaire: impératifs, réalités, possibilités*. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp.663 a 672.

SCHUMACHER, E. F. (1985). *Small is Beautifull*, Publicações D. Quixote, Lda, Lisboa.

SIMONNET, D. (1981). *O Ecologismo*, Moraes Editores, Lisboa.

SJOBERG, L. (1989). *Les comportements humains et les changements de l'environnement planétaire: approches psychologiques*. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 121, vol. XLI, pp. 455 a 470.

S/Autor (1987). *A Sociedade de Consumo*, Biblioteca Salvat Grandes Temas, nº 54, Publicações Alfa, Lisboa.

TOLBA, M. K. e outros (1992). *The Environment 1972-1992 - Two décadas of challenge*, U.N.E.P. e Chapman & Hall, London.

TURNER, B. L. e MEYER, W. B. (1991). *Occupation des sols, couverture végétale et les changements de l'environnement panétaire: elements de réflexion*. In *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp. 715 a 725).

VIERTLER, R. B. (1988). *Ecologia Cultural*, Editora Ática, S. Paulo.

YOUNG, G. L. (1983). *Origins of Human Ecology*, Hutchinson Ross Publishing Company, Strondsburg - Pennsylvannia.

